

REVISTA

SOCIEDADE  
BRASILEIRA DE  
PSICOLOGIA POLÍTICA

Jan./Jun. • VOL. 5 • Nº 9 • ISSN 1519-549X

# Psicologia Política

2005

## **Sociedade Brasileira de Psicologia Política**

### **Presidente**

Salvador Antonio Mireles Sandoval (PUCSP/Unicamp-Brasil)

### **Vice-Presidentes**

Centro Oeste - Ana Raquel Rosas Torres (UCG-Brasil)

Sudeste - Cornelis van Stralen (UFMG-Brasil)

Norte - Enock Pessôa (UFAC-Brasil)

Nordeste - Leoncio Camino (UFPb-Brasil)

Sul - Louise Lhullier (UFSC-Brasil)

### **Secretário Geral**

Marco Aurélio Máximo Prado (UFMG-Brasil)

### **Conselho Fiscal**

Karin von Smigay (UFMG-Brasil)

Maria Palmira da Silva (ESP-Brasil)

Cícero Pereira (UCG-Brasil)

Alessandro Soares da Silva (PUCSP-Brasil)

## **Comitê Editorial da RPP**

### **Editores**

Marco Aurélio M. Prado (UFMG-Brasil)

Salvador Antonio Mireles Sandoval (PUCSP/UNICAMP-Brasil)

### **Comissão de Apoio**

Bruno da Graça Leite Padilha (PUCSP-Brasil)

Frederico Viana Machado (UFMG-Brasil)

Nadir Lara Junior (UNIMARCO-Brasil)

Soraia Ansara (PUCSP-Brasil)

### **Conselho Editorial**

Ana Raquel Rosas Torres (UCG – Brasil), Bert Klandermans (Free Univ. of Amsterdam – Holanda), Cecília Coimbra (UFF – Brasil), Celso Pereira de Sá (UERJ – Brasil), Celso Zonta (UNESP – Brasil), Cornelis van Stralen (UFMG – Brasil), Elísio Estanque (Univ. de Coimbra – Portugal), Iray Carone (USP – Brasil), John Hammond (CUNY – EUA), Jorge Valla (Univ. de Lisboa – Portugal), Jose Sabucedo (Univ. de Santiago de Compostela – Espanha), Karin von Smigay (UFMG – Brasil), Louise Lhullier (UFSC – Brasil), Lucília Reboredo (UNIMEP – Brasil), Márcia Regina de Oliveira Andrade (ITESP – Brasil), Maria da Graça Correa Jacques

(UFRGS), Maria de Fátima Quintal de Freitas (UFPR – Brasil), Maria Aparecida Morgado (UFMT – Brasil), Maritza Montero (UCV – Venezuela), Odair Sass (PUC/SP – Brasil), Osvaldo Yamamoto (UFRN – Brasil), Pedrinho Guareschi (PUC/RS – Brasil), Telma Regina de Paula Souza (UNIMEP/PUCCAMP – Brasil)

Os artigos da RPP são de responsabilidade dos autores.

**Endereço para correspondência**

Núcleo de Psicologia Política - Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências humanas  
Av. Antônio Carlos, 6.627 - FAFICH - sala 4020 - Pampulha  
Cep: 31.275-901 - Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil  
Revista disponível integralmente no site:  
[www.fafich.ufmg.br/~psicopol](http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol)

**Revisão técnica de língua inglesa**

Salvador Sandoval - PUC/SP  
Cornelis van Stralen - UFMG

**Preparação para formato eletrônico**

Frederico Viana Machado

**Diagramação e Produção Editorial**

Ana Paula Trindade  
Fone: (31) 3225-5309 || (31) 9968-5309

**Tiragem**

500 exemplares/Impresso em 2006

**Banco de dados em Index**

INDEX PSI (Conselho Federal de Psicologia)  
Geodados (Universidade Estadual de Maringá)  
PSER INFO

Revista psicologia política / Sociedade Brasileira de Psicologia  
Política – vol.5, nº9 - (Jan./Jun. 2005). – São Paulo: SBPP,  
2001

Semestral

ISSN 1519-549X

1. Psicologia política – Periódicos 2. Psicologia social – Periódicos  
3. Psicologia e política – Periódicos.

CDD-320.019

Biblioteca: Rosângela Ap. Marciale CRB 8/5846



vol. 5 - número 9 - janeiro / junho 2005

Linha editorial .....	07
Mensagem da Diretoria da Sociedade Brasileira de Psicologia Política - SSBP .....	09
Editorial .....	11
Sobre as Noções de Sujeito e Cidadania: notas para algumas reflexões psicossociais - <i>Alexandre Bonetti</i> <i>Lima</i> (Universidade Estadual de Londrina - PR) .....	15
Representación política y gobierno:mecanismos institucionales para un gobierno democrático - <i>Raúl</i> <i>Rocha Romero</i> (Facultad de Estudios Superiores Zaragoza - UNAM) .....	33
Práticas Psicológicas nas Políticas Públicas: um debate sobre a temática da violência - <i>Neuza Maria</i> <i>de Fátima Guareschi</i> (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), <i>Júlio César Diniz</i> (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), <i>Luciele Nardi Comunello</i> (bolsista da FAPERGS e PIBIC/CNPq - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) e <i>Milena Nardini</i> (bolsista da FAPERGS e PIBIC/CNPq - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) .....	47
Grupos <i>skinheads</i> e <i>hip-hoppers</i> : reflexões sobre violência coletiva - <i>Telma Regina de Paula Souza</i> (Universidade Metodista de Piracicaba - SP) .....	67
Feminismo de terceira geração - um debate para a psicologia política - <i>Karin Ellen von Smigay</i> (Universidade Federal de Minas Gerais) .....	101
"Ter saúde é poder trabalhar": o caso de trabalhadores acidentados e aposentados por invalidez - <i>Izabel Cristina</i> <i>Ferreira Borsoi</i> (Universidade Federal do Ceará) .....	119
Publicando na RPP .....	137

vol. 5 - number 9 - january / june 2005

Editorial Linel .....	07
Message from Brazilian Society of Political Psychology .....	09
Editorial .....	11
<b>About the notions of subject and citizenship: notes for some psychosocial reflections - <i>Alexandre Bonetti Lima</i> (Universidade Estadual de Londrina - PR) .....</b>	<b>15</b>
<b>Political representation and government: institutional mechanisms for a democratic government - <i>Raúl Rocha Romero</i> (Facultad de Estudios Superiores Zaragoza-UNAM) .....</b>	<b>33</b>
<b>Psychological Practices in Public Politics: a discussion about the theme of violence - <i>Neuza Maria de Fátima Guareschi</i> (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), <i>Júlio César Diniz</i> (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), <i>Luciele Nardi Comunello</i> (bolsista da FAPERGS e PIBIC/CNPq - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) e <i>Milena Nardini</i> (bolsista da FAPERGS e PIBIC/CNPq - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) .....</b>	<b>47</b>
<b><i>Skinheads</i> and <i>hip-hoppers</i> groups: reflections on collective violence - <i>Telma Regina de Paula Souza</i> (Universidade Metodista de Piracicaba - SP) .....</b>	<b>67</b>
<b>Feminism of third generation - a debate for the political psychology - <i>Karin Ellen von Smigay</i> (Universidade Federal de Minas Gerais) .....</b>	<b>101</b>
<b>"Being healthy is being able to work": the case of injured workers retired due to invalidity - <i>Izabel Cristina Ferreira Borsoi</i> (Universidade Federal do Ceará) .....</b>	<b>119</b>
Submission guidelines .....	137

A *Revista Psicologia Política* é um periódico semestral vinculado a Sociedade Brasileira de Psicologia Política (SBPP). A *Revista* é uma publicação dirigida ao campo de estudos interdisciplinar da Psicologia Política. Constitui-se, portanto, em um periódico de estudos das problemáticas no campo da Psicologia Política que tem como epicentro a reflexão sobre o comportamento político nas sociedades contemporâneas. O ponto de intersecção entre estas duas áreas científicas - Psicologia e Política - tem sido a preocupação com a construção de um universo de debate no qual nem as condições objetivas nem as subjetivas estejam ausentes, pelo contrário, estão sendo compreendidas, por diferentes abordagens teóricas, como codeterminantes, portanto, constituintes dos comportamentos coletivos, dos discursos, das ações sociais e das representações que constituem antagonismos políticos no campo social. A Revista preocupa-se com o desenvolvimento deste campo interdisciplinar de reflexão e prática investigativa, no qual os principais debates têm sido reunidos em torno de questões como o preconceito social, diferentes formas de racismos e xenofobias, ações coletivas e movimentos sociais, violência coletiva e social, socialização política, comportamento eleitoral, relações de poder, valores democráticos e autoritarismos, participação social e políticas públicas, bem como os estudos sobre opinião pública e meios de comunicação de massa. Reunem-se, ainda, nestas preocupações, os estudos sobre análise de discursos e ideologias, de universos simbólicos e de práticas institucionais. As questões referentes aos debates teóricos e metodológicos neste campo são bem recebidas por este conselho editorial que tem a preocupação de debater cientificamente o aprofundamento das temáticas constituintes da interface entre os aspectos políticos e os psicológicos.





## Mensagem da Sociedade Brasileira de Psicologia Política

*Salvador A. M. Sandoval*

Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP  
Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia Política

Este primeiro semestre de 2005 tem sido muito propício para a consolidação da Psicologia Política no Brasil. Realizamos o 3º Simpósio de Psicologia Política no campus de Bauro da UNESP de 13 a 16 de abril de 2005. Esse Simpósio marcou um novo patamar da Psicologia Política no Brasil pela sua forma de organização e pela presença significativa de pesquisadores de outros países da América Latina.

Na organização destacaram-se as mesas redondas em substituição das tradicionais comunicações coordenadas, apresentando a produção de núcleos ou grupos de psicologia política. Parece-nos que esta forma de organização colocou os alicerces para um intercâmbio mais orgânico entre pesquisadores e estudantes que se dedicam à Psicologia Política.

O simpósio contou como convidados de Venezuela, México, Uruguay e Chile. Da Venezuela compareceu a Professora Maritza Montero, presidente eleita da Sociedade Internacional de Psicologia Política (ISPP), já bastante conhecida entre nós por seus trabalhos sobre a Psicologia Comunitária e a Psicologia Social Libertadora, que na abertura do simpósio abordou o tema “A Psicologia Política da Libertação e suas contribuições para a realidade Latino-Americana”. A Professora Graciela Mota Botelho da Universidad Autonoma de Mexico falou sobre “A Contribuição da Psicologia Política ao Processo de Democratização e a Professora Carolina Mol da Universidad Nacional del Uruguay sobre o tema “Uma leitura crítica dos usos das teorias de Identidade na Psicologia Política”. Maria Tereza Almarza da Universidad del Mar-Chile participou da mesa redonda “Intervenções Psicopolíticas no Espaço Público.

O Simpósio encerrou-se com uma assembléia da ABPP com a aprovação do estatuto da entidade e com uma avaliação do Simpósio. Pelo estatuto a entidade será denominada Associação Brasileira de Psicologia Política-ABPP atendendo ao novo Código Civil, para qual sociedade é um ente econômico. A avaliação do Simpósio foi extremamente positiva, mas lamentou-se que os participantes nacionais vieram quase exclusivamente de São Paulo e Minas Gerais. Para promover o caráter nacional da entidade, resolveu-se que os próximos simpósios deverão ocorrer em outras regiões do

S B P P

Brasil e foi proposto que o 4º Simpósio poderia ser realizado na região Centro-Oeste.

Logo em seguida ao Simpósio, foi realizado o 1º Congresso Latino-Americano da Psicologia, promovido pela União Latino-Americana de Entidades de Psicologia em São Paulo de 20 a 24 de abril. O Congresso contou com presença importante da Psicologia Política, tanto pelas mesas redondas organizadas pela Associação Brasileira de Psicologia Política como pelo fato de que o presidente da entidade, professor Salvador Sandoval, foi o coordenador do Congresso.

No pequeno intervalo entre o Simpósio e o Congresso, Maritza Montero fez uma visita na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que promete se tornar histórica. Ela propôs a Reitora da UFMG, a professora Ana Lucia Almeida Gazzola, a criação de um Instituto de Verão de Psicologia Política, patrocinado pela Sociedade Internacional de Psicologia Política e vinculado ao Núcleo de Psicologia Política e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, para realizar cursos de três a quatro semanas para pós-graduandos e pesquisadores da área e profissionais que atuam no campo da política. A responsabilidade de organizar o Instituto ficou com os professores Cornelis Johannes van Stralen e Marco Aurelio Máximo Prado. A área de abrangência do Instituto de Verão será América Latina e o Instituto inspirar-se-á na experiência do Summer School of Political Psychology, atualmente mantido pela Universidade de Stanford e no European Summer School of Political Psychology. Acreditamos que o Instituto de Verão poderá ter um papel importante não apenas para consolidar a psicologia política na América Latina, mas principalmente para lhe dar visibilidade no cenário internacional.

No segundo semestre deste ano, será realizado o XIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), em Belo Horizonte de 11 a 15 de novembro. A ABPP considera-se sócio-institucional da ABRAPSO ainda que neste momento o estatuto da ABRAPSO ainda não preveja esta modalidade. O XIII Encontro será mais uma oportunidade de intercâmbio e reflexão para a Psicologia Política, ainda que essa não se situe no interior da Psicologia Social, mas na encruzilhada das Ciências Humanas. Esperamos encontrar muitos colegas em Belo Horizonte.

Por fim, queremos parabenizar os editores com a progressiva melhoria da qualidade da nossa revista e convidamos todos a corresponder aos esforços deles, enviando suas produções e colaborando com a divulgação da revista.

## A Diversidade Temática e a Unidade no Campo da Psicologia Política

Neste novo número da Psicologia Política, os leitores encontram novas temáticas que vem sendo pesquisadas no campo e um profícuo debate sobre diversidade e unidade intrínseco aos estudos aqui publicados.

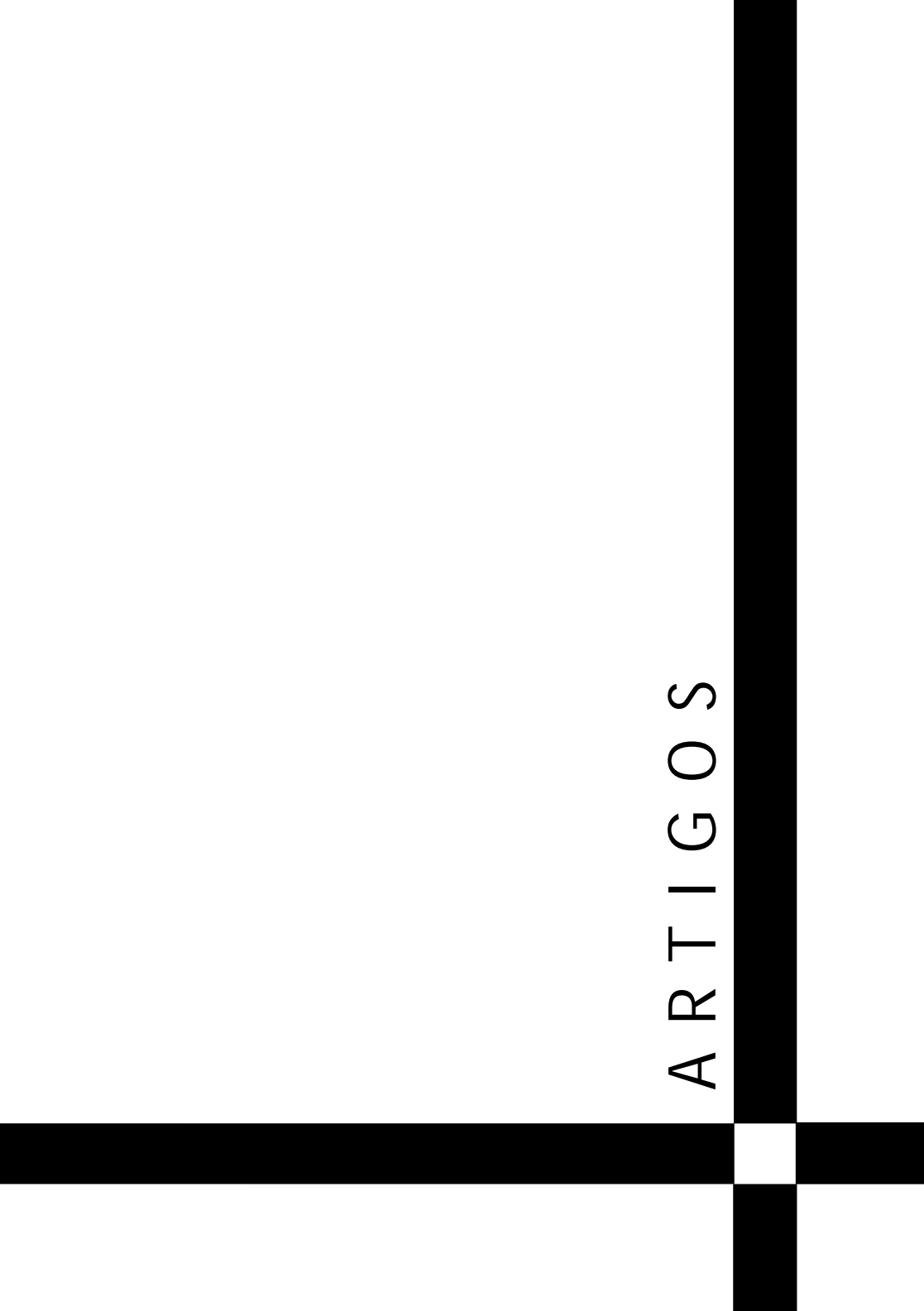
O texto *Sujeito, Cidadania e Democracia: notas para algumas reflexões psicossociais*, de autoria de Alexandre Bonetti Lima, traz interessante debate sobre as possíveis articulações entre as noções de sujeito e cidadania no pensamento de Alain Touraine. O autor busca introduzir uma visão psicossocial na perspectiva de uma teoria sociológica que crivou relevante guinada no pensamento sobre as sociedades na passagem do século XX para o XXI. O artigo *Representación Política y Gobierno: Mecanismos Institucionales para un Gobierno Democrático*, de Raúl Rocha Romero, ao analisar a relação entre representação política e governo introduz uma visão psicopolítica das instituições políticas no México. Discussão que tardiamente a psicologia tem feito, mas que se faz urgente nos projetos de reformas institucionais em diversos países. Outros dois artigos tomam a ampla temática da violência de lugares distintos. O texto *Práticas Psicológicas nas Políticas Públicas: um debate sobre a temática da violência*, de Neuza Maria de Fátima Guareschi e outros, busca refletir sobre o lugar da psicologia em programas sociais de combate a violência e o de Telma Regina de Paula Souza, intitulado *Grupos Skinheads e Hip-Hoppers: Reflexões Sobre Violência Coletiva*, introduz uma visão psicossocial sobre a violência a partir das falas de indivíduos pertencentes a diferentes grupos sociais – skinhead e hip-hoppers.

Compondo a diversidade de temáticas neste número, a autora Karin Ellen von Smigay com seu texto *Feminismo de terceira geração – um debate para a Psicologia Política*, apresenta um ensaio sobre os momentos históricos do movimento feminista, buscando introduzir um debate que caracterize este um objeto de análise para a psicologia política. E, por fim, o artigo *Ter saúde é poder trabalhar: o caso de trabalhadores acidentados e aposentados por invalidez*, de Izabel Cristina Ferreira Borsoi, apresenta uma reflexão política das condições de trabalho evidenciando que o trabalho como atividade humana por excelência é um campo de atuação e pesquisa para a psicologia política que cada vez mais cresce e ganha importân-

cia nas publicações da área.

Com esta diversidade e questionando a possível unidade do campo, este número vem por excelência apontar para as várias questões emergentes e já consolidadas no campo da psicologia política. Convidamos o leitor para participação desta saudável tensão e do questionamento sobre a homogeneidade de uma área de pesquisa que apresenta aqui suas interlocuções.

*Marco Aurélio Máximo Prado*  
*Salvador Antonio Mireles Sandoval*  
Editores da Revista Psicologia Política



ARTIGOS



## **Sobre as Noções de Sujeito e Cidadania: notas para algumas reflexões psicossociais**

**Alexandre Bonetti Lima**

Docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina.

### **Resumo**

Utilizando-se de referência de Alain Touraine, este artigo procura refletir sobre a vinculação que faz o autor entre os conceitos de Cidadania e Sujeito. Para Touraine, o Sujeito é entendido como Ator Social que se mobiliza no sentido de provocar mudanças no ambiente social e material de modo a produzir controle sobre o mesmo; ele “recusa uma imagem artificial da vida social como máquina ou organismo, crítica feita, não em nome de princípios transcendentais, mas em nome da livre produção de si mesmo” (Touraine, 1994, p. 247). Isso não significa, porém, um mergulho no individualismo narcisista, voltado exclusivamente para o si mesmo, pois para Touraine, o indivíduo só se afirma enquanto Sujeito quando reconhece outrem igualmente como Sujeito; e reconhecer outrem como Sujeito é respeitar sua alteridade, é ser, portanto, democrático, sentir-se igual aos outros, com os mesmos direitos, mas também único e diferente dos demais.

### **Palavras-chave**

Sujeito, Cidadania, Alteridade, Psicologia Social, Emancipação.

## About the notions of subject and citizenship: notes for some psychosocial reflections

### Abstract

Using Alain Touraine as a reference, this article aims about the relationship made by this author between Citizenship and Subject. For Touraine, the subject is understood as a social actor who mobilizes in the sense of making changes in the social and material environment for to control it; he “refuses an artificial image of social life as a machine or an organism, and this critic is made not in the name of transcendent principles, but in the name of the free production of oneself” (Touraine, 1994: 247). Despite, this does not mean narcissist individualism exclusively self-directed. For Touraine, the individual affirms him or herself and he/she recognizes other people as Subjects; and recognizing others as equal subjects means to respect their alterity. Therefore, it means to be democratic, feeling oneself as the other people, equal, with the same rights, but also unique and different.

### Key Word

Subject, Citizenship, Alterity, Social Psychology, Emancipation.



Etimologicamente, segundo Caraminas e Pascual (1980), o termo Sujeito, de Subjectus, particípio passado de Subjecio, significa submisso. Destes derivam todas as outras terminologias encontradas nos mais diferentes dicionários, dos quais o dicionário Aurélio é um bom exemplo, onde encontramos as seguintes: “1)Súdito; 2)Escravizado, cativo; 3)Dependente, submetido; 4)Súdito, vassalo; 5)O ser individual, real, que se considera como tendo qualidades ou praticado ações; 6)Titular de um direito; 7)Cada uma das pessoas vinculadas a uma relação jurídica” (Ferreira, 1995).

Como se vê, o termo é bastante abrangente e diversificado. É identificado tanto como o indivíduo dócil e submisso, quanto o reles e mal; o escravizado e cativo, quanto o titular de um direito. Em suma, o termo sujeito incorpora diferenças nos seus significados, conforme o uso que se faz dele.

Tal flexibilidade de significados, embora permita um uso abrangente do termo em questão pode ser subdividida em duas grandes variações. É o que faz Manzini-Covre (1994) em artigo no qual se debruça para discutir sobre o conceito de cidadania. Em tal artigo, a autora subdivide o termo sujeito em dois eixos distintos: Sujeito Sujeitado e Sujeito para a Liberdade. Com isso, aponta para duas direções possíveis de serem tomadas pelo sujeito na organização social: a do submisso e dócil a tal organização e a do que luta pela sua liberdade e autonomia em meio a ela. Obviamente que a direção tomada em um ou outro destes caminhos se vincula a razões distintas<sup>1</sup>.

A partir do estabelecimento de uma oposição entre os conceitos de público e massa, Manzini-Covre (1994), lançando mão das reflexões de Arendt (1987), conclui que o público é o lugar ocupado pelos homens livres e autônomos. “*É a esfera da liberdade, e onde a ação e o discurso (práxis e léxis) sugerem a esfera dos negócios humanos*” (Manzini-Covre, 1994: 125).

Contrariamente ao plano do público, a massa se caracteriza pela total uniformidade de seus elementos, eliminando quaisquer diferenças entre eles, definição, por sua vez, bem ilustrada por Elias Canetti, quando afirma:

*“Tomo um exemplo: uma torcida em jogo de futebol. Nesta os indivíduos se sentem juntos, as diferenças e status etc caem por*

*terra, enfim as cargas das hierarquias perdem seu peso. Diante de um gol, pobres e ricos, chefes e subordinados se sentem juntos, iguais. É o único momento em que os homens perdem o temor de serem tocados por um estranho. Somente quando imerso em massa é que o homem pode escapar deste temor em relação ao contato. Neste caso ideal, todos são iguais entre si. Nenhuma diferença conta, nem mesmo a dos sexos. Qualquer pessoa que se aperte contra nós, torna-se idêntica a nós mesmos. Nós a sentimos da mesma forma como sentimos a nós mesmos. De repente, tudo acontece como que dentro de um só corpo ...” (1995:129).*

Canetti (1995) define esse fenômeno como momento de descarga, sentido com grande alívio e prazer pelas pessoas por trazer a ilusão de igualdade e rompimento das distâncias entre si, na medida em que as faz esquecer por um momento as profundas desigualdades as quais são subjugadas. Retira-lhes, ademais, a consciência da necessidade, muitas vezes ansiogênica, de ter que lutar pelos seus desejos, pela conquista e preservação de seus direitos, em troca do prazer imediato da inserção na unidade da massa.

Manzini-Covre (1994) localiza o Sujeito Sujeitado neste plano de massificação. Este, porém, não se manifesta apenas nos instantes de formação de uma massa concreta como a citada no exemplo acima, mas no cotidiano das relações sociais. Pois é no cotidiano que os dispositivos de poder exercem seu domínio, infiltrados nas relações que os indivíduos estabelecem entre si, seja no âmbito das organizações de trabalho, das instituições, das coletividades das quais participam, seja através dos meios de comunicação de massa, impondo-lhes simulacros de necessidades e desejos, e despojando “populações inteiras das relações comunitárias, de valores que sustentavam a sua identidade para igualá-las como massa” (Manzini-Covre, 1994:131).

Necessário ressaltar que a condição de Sujeito Sujeitado na organização social não se constrói por apenas uma via, ou seja, somente por intermédio dos dispositivos de poder que se embrenham de fora para dentro, subjugando e enquadrando as subjetividades individuais a adotarem

determinados comportamentos no dia-a-dia de suas vidas. Se assim fosse, estar-se-ia abraçando um objetivismo simplista, que concebe o ser humano como um grande balão vazio passivamente preenchido por meio de experiências objetivas ocorridas no decorrer de suas histórias. Não se consideraria, portanto, sua participação ativa no processo de significar e refletir sobre tais experiências, e de assim fazer escolhas, entre elas, a de resistir às estreitas molduras das identidades massificadas.

La Boétie (1997), em texto do século XVI, no qual analisa a relação de servidão voluntária entre súditos e monarcas, chega a conclusões bastante profícuas e atuais sobre a atitude do indivíduo em se deixar subjugar, as quais se pode extrair das seguintes indagações: *“De onde ele pegou tantos olhos, com os quais vos espia, se vós não os abrir para ele? Como tem ele tantas mãos para bater em vós, se ele não as toma de vós? Os pés com os quais espezinha as vossas cidades, de onde ele os tem, se não são os vossos? Como tem ele algum poder sobre vós senão por vós? Como ousaria ele vos atacar, se não estivesse em combinação convosco?”* (La Boétie, 1997:52).

Diante destas, novas questões se impõem, a saber: o que leva as pessoas a assumirem essa posição de servidão, de passividade e conformismo? Por que permitem o exercício de um poder tirânico e explorador sem tomar iniciativas para mudar essa situação?

Da Matta (1991), em estudo sobre a organização da sociedade brasileira, acena com uma resposta ao apontar para a atração que sente o dominado pelo seu superior, submetendo-se a ele para, então, identificar-se e sentir-se como seu igual, como fazendo parte de seu poder, ainda que ilusoriamente. Canetti (1995) também aponta para a força de sedução que tem a tirania e seu poder entre a massa da população. Usando como ilustração o prestígio que gozam os leões entre os homens, assevera:

*“(...) Sua implacabilidade, a segurança com que é executado (o ato de agarrar e destruir a presa), a indiscutível superioridade do executante, o fato de que tudo, por mais variado que seja, pode se transformar numa presa – tudo isso contribui para o seu violento prestígio. Não importa de que ponto de vista se analise a situação, em todos eles o poder se manifesta na sua concentração*

*máxima. Desta forma, deixaram uma impressão indelével no homem; todos os reis teriam sido leões com o máximo prazer. Era o ato de agarrar que eles admiravam e elogiavam, seu êxito. Em todos os lugares passou-se a qualificar de coragem e de grandeza o que se baseava numa força amplamente superior” (Canetti, 1995: 227).*

La Boétie (1997) ainda adiciona o costume como mais um aspecto importante para alimentar as atitudes de sujeição do indivíduo. Diz ele: “*O costume que, por certo, tem em todas as coisas um grande poder sobre nós, não possui em lugar nenhum virtude tão grande quanto a seguinte: ensinar-nos a servir – e como se diz de Mitridate que se habituou a tomar veneno – para que aprendamos a engolir e não achar amarga a peçonha da servidão*” (La Boétie, 1997: 32-33).

Dito de outro modo, o costume tem por consequência naturalizar uma situação, por mais sofrível que seja, reduzindo, assim, as perspectivas de uma transformação real por parte dos que nela são subjugados cotidianamente. Ao invés disso, estes acabam por se apegar às ilusões de uma transformação mágica da situação, que se efetua por meio da identificação e, por conseguinte, da aquisição ilusória do poder da classe ou da organização que os explora e oprime, caracterizando, dessa maneira, o plano da unidade da massa.

Assim sendo, a condição de Sujeito Sujeitado tem duas faces que se entrecruzam intimamente, configurando uma só forma e definindo a direção tomada pelo indivíduo: a face ideológica e muitas vezes tirânica e autoritária dos mecanismos de poder exercidos conforme os interesses de uma elite política e econômica, e a face subjetiva e intersubjetiva, do desejo e das emoções, que associadas ao hábito cotidiano, ao costume, podem promover um grau de alienação<sup>2</sup> que delineia, no indivíduo, uma postura submissa aos ditames da ordem societária.

Do exposto até aqui, a organização societária da modernidade tem instrumentos importantes para a construção do Sujeito Sujeitado. Contudo, é nesta mesma sociedade que se criam, também, os espaços para a libertação do Sujeito – entendendo este como Ator Social, ou Sujeito para

a Liberdade, conforme Manzini-Covre (1994).

Para Touraine (1995), o Sujeito<sup>3</sup> é o indivíduo movido pela vontade de agir para ser reconhecido como Ator Social. Este, por sua vez, é definido como o ser que age no sentido de modificar o ambiente social e material no qual está enredado. Ele não se sujeita, não estabelece relações de conformidade com o ambiente, mas de transformação, seja na divisão do trabalho, nas relações de poder, nas orientações culturais, entre outras.

O indivíduo é a instância onde são depositadas as experiências, os pensamentos, as significações, em síntese, a vida de uma pessoa em particular. O Sujeito emerge, portanto, do esforço do indivíduo para exercer controle sobre o ambiente de modo a dar sentidos pessoais a este ambiente e às relações que estabelece.

É preciso ressaltar, no entanto, que a postura do Sujeito enquanto agente de mudança não deve ser confundida com um individualismo subjetivista. Pois, se o Sujeito é um contestador da ordem, a sua contestação se constrói no cotidiano de sua inserção na trama social. Ele não é um alienado, voltado exclusivamente para reflexões centradas em suas vivências e para o cuidado de si. Ele se opõe ao que é definido como papéis sociais padronizadores e, portanto, invasivos da integridade do Eu, e é no exercício dessa oposição, dessa resistência que ele se constitui.

É nos conflitos sociais, portanto, que se constitui o Sujeito. É: “(...) *na recusa de uma imagem artificial da vida social como máquina ou organismo, crítica feita, não em nome de princípios transcendentais, mas em nome da livre produção de si mesmo que leva a afirmar o Sujeito e seus direitos em um mundo onde o ser humano é transformado em objeto*” (Touraine, 1995: 247).

Sawaia (1994), em texto no qual discute a noção de cidadania na modernidade, aponta para a necessidade de se considerar a alteridade como um valor fundamental para se romper com o plano de massificação das relações sociais. Afirma que, somente deste modo, pode-se “*resgatar a autonomia e a pluralidade na distribuição dos direitos e deveres*” (Sawaia, 1994: 148), e construir uma sociedade cujas relações respeitem as diferenças individuais e culturais.

Igualmente, Touraine (1995) revela a importância do reconhecimento do outro como Sujeito para que o indivíduo se afirme enquanto Sujeito. É no reconhecimento do outro enquanto Sujeito – e, portanto, além de seus papéis sociais – que se cria a consciência que liberta do individualismo narcisista, bem como do coletivismo massificante e totalitário (Levinas, 1997); e reconhecer o outro como Sujeito pressupõe respeitar a alteridade, ser democrático, sentir-se igual aos outros, com os mesmos direitos, mas também único e diferente dos demais (Sawaia, 1994). A construção do Sujeito pressupõe, então, uma relação de solidariedade, na medida em que se processa com um reconhecimento mútuo entre Sujeitos distintos. Diz Touraine: “*É somente quando o outro Sujeito se dirige a mim afim de que eu seja Sujeito para ele, que eu sou realmente Sujeito*” (1994: 292).

Condição muito diferente das contestações individualistas em que o indivíduo se desprende dos papéis funcionais da ordem social em nome do puro retorno a si mesmo, ou da vinculação engajada em grupos e organizações que, em nome de sua afirmação na sociedade, tornam-se xenófobos, pulverizando as individualidades, já que incapazes de respeitar as diferenças. Inversamente a isto, o Sujeito é desprendido e engajado ao mesmo tempo, ele se desprende dos papéis que são postos nas relações sociais, para encontrar a si mesmo nestes papéis, dando-lhes um sentido pessoal. Quer dizer:

*“A presença do Sujeito é marcada pela distância que o ator toma em relação a sua situação. Ele não está mais inteiramente empenhado no seu ato, ele se desprende dele, não para observá-lo de fora, mas para entrar em si mesmo, provar-se na sua existência, mas no sentido que o ato tem para essa existência do que para a sociedade ou para a tarefa que lhe foi confiada”* (Touraine, 1994: 298).

Assim, o indivíduo, enquanto Sujeito, não se identifica completamente com as identidades dadas, seja pela empresa onde trabalha, ou pelas organizações e instituições que frequenta, seja por idéias, discursos, entre outros. Pois é necessário que haja um desprendimento, é preciso que suas identificações sejam parciais, para que a reflexão sobre elas seja reiteradamente possível<sup>4</sup> e, então, ele possa proceder além dos limites dos papéis sociais e, assim, transformá-los transformando-se. Somente assim, o Sujeito poderá interagir no universo de suas relações de modo a preser-

var a integridade do Eu, com suas múltiplas maneiras de ser e de agir, com as particularidades de seus sentimentos, emoções, cultura, história, memória, características físicas ...

### Integrando Sujeito e Cidadania

Touraine (1994) aponta para uma estreita conexão entre as idéias de Sujeito e Cidadania. Afirma que o exercício da Cidadania numa organização societária só é possível com a presença de Sujeitos. Sobre a primeira, a concebe como dizendo respeito à consciência de pertença ao Estado nacional. Mas recorre a Walzer (1983) para ampliar ainda seu significado, visto que, para este autor, diz respeito também à consciência de pertencer a uma comunidade ou uma região, na qual o indivíduo sente-se responsável pelos rumos da vida coletiva. Ressalta, porém, que a pertença em si mesma não esgota o sentido da cidadania se não for acompanhada do espírito democrático, ou seja, da garantia a todos os membros e setores da sociedade de acesso aos direitos universais do homem.

A idéia de pertença destituída de princípios democráticos pode levar a sociedade civil à completa identificação “*com o mundo dominado pelas comunidades, (onde procura-se) apenas a integração, a homogeneidade e o consenso*” (Touraine, 1994: 180), resultando, como tantas vezes na história, na correspondência imposta entre o Estado, a sociedade civil e uma cultura específica – equação dos regimes totalitários. De outro lado, contudo, a pertença comunitária pode ser o fator de defesa do espírito democrático, quando liberta o indivíduo dos padrões do mundo do mercado e da razão técnica, pois, como afirma Touraine:

*“A força da democracia resulta não de uma construção racional, mas de uma luta de interesses e de valores contra os poderes; a democracia só existe como libertação quer do despotismo racionalista, quer da ditadura comunitária e, sobretudo, das formas extremas desta a que chamei o totalitarismo da objetividade e o totalitarismo da subjetividade”* (1994: 173).

Por isso a presença do Sujeito é crucial. Através de suas ações cotidianas, ele exige a democracia, único regime político capaz de garantir as liberdades individuais e coletivas.

Também refletindo sobre a idéia de cidadania, Manzini-Covre (1994), ao fazer a oposição conceitual entre público e massa, lança mão das reflexões de Arendt (1993) sobre as distinções que esta autora faz do *Animal Laborans* e do Homem Político. Define o primeiro como aquele “*que se ocupa e trabalha para ter suas necessidades básicas, e sempre outras mais necessidades atendidas, mas que fica aí empacado*” (Manzini-Covre, 1994: 125); é o homem do plano de massa, portanto. Diferentemente, o Homem Político é o homem da democracia, na medida em que sai do reino da necessidade para o da liberdade. Sua órbita de existência é a dos homens livres, iguais, responsáveis pela gestão da coisa pública e da ação política. Nos dizeres da autora: “*Percebo essa liberdade como espaço onde o ser humano alce algum vôo de realização humana, mesmo para poder pensar a utopia, liberto das peias da necessidade*” (Manzini-Covre, 1994: 126). É a órbita do Sujeito, portanto.

No que concerne à sociedade moderna, Manzini-Covre (1994) considera o *Animal Laborans* predominante sobre o Homem Político, mesmo nos países de tradição democrática, uma vez que seus habitantes prendem-se cada vez mais nas redes da necessidade e do consumo contínuo; e assevera:

*“(...) toda a sociedade moderna está organizada, transformando as comunidades em sociedades de operários e assalariados, que se concentram na única atividade para manter a vida – o labor. O labor pelo próprio labor, atado à terra, sem vôo, sem sonho... E é esta a sociedade dos consumidores, o labor e o consumo, dois momentos de um mesmo processo”* (Manzini-Covre, 1994:127).

Ainda no tema das sociedades modernas, Tocqueville (1981), já no século XIX, denunciava o processo de massificação que já se acenava, chegando a criticar duramente a democracia que se instaurava a qual, em sua visão, induzia à destruição das comunidades através da instauração da



igualdade, mas uma igualdade da uniformização e da mediocridade.

Morin (1986) aponta para a tirania da cultura de massa que, através da *mass media* promove um tipo de igualdade, mas uma igualdade passiva, na qual os indivíduos são bombardeados continuamente por informações sem ter oportunidade para debatê-las com o interlocutor. É Manzini-Covre novamente quem ilustra este fenômeno com um exemplo cotidiano:

*“Procure-se refletir sobre o processo desses meios de comunicação e as pessoas. Observe-se, por exemplo, uma pessoa diante da televisão. É passada a ela uma grande carga de informações, tantos eventos e problemas que ocorrem – suponha-se que lhe venha sentimentos, opiniões, possíveis soluções para os problemas, com quem vai debatê-las se está diante da máquina? Se ela não retiver essas idéias e sentimentos para debater em espaço público, ou se ela não é afeita a isso e nem tem acesso a este espaço, acaba em nada esse possível processo. Está ali ela, a pessoa, e a máquina. Com o tempo, não há mesmo mais ‘diálogo’ possível com a máquina. A pessoa adquire a atitude passiva, recebe as informações e nada faz, ainda porque se sente impotente ou porque já se dessensibilizou. Aquilo passa a dizer respeito a um mundo que não lhe cabe lidar. É como se a responsabilidade não fosse também dela, do espectador, a responsabilidade fica para os que cuidam do governo, dos que comandam. E se deixa assim comandar e se envolver em um esquema de uma cidadania passiva, desmobilizadora. E por sua vez, este esquema carrega um ethos de pessimismo e impotência para promoção de mudanças fora dos limites dos interesses das elites” (1994: 124-125).*

Touraine (1994), no entanto, mostra-se menos pessimista com relação ao destino da sociedade moderna. Reconhece o poder de submissão das estruturas societárias, mas ressalta que, paradoxalmente, elas fazem parte de um modelo de sociedade que criou também espaços para a liberdade. Referindo-se à sociedade de consumo, alerta para a diversificação, flexibilidade e reduzida normalização exigidas pelo mercado que, com isso, mostra-se mais tolerante com os diversos setores da sociedade; e exemplifica: *“Ela (a sociedade de consumo) reprime cada vez menos as formas de sexualidade tidas como desviantes, porque ele (o mercado) esvazia de sentido a própria idéia de desvio e substitui a norma social pela autenticidade pessoal” (Touraine, 1994: 188).*

Aos que apontam para a formação de uma sociedade de consumidores individualizados e para a destruição das comunidades, responde indicando o surgimento de inúmeras “tribos” e seitas que se definem mais pela identidade cultural e pelos grupos de pertença do que pela capacidade de consumo.

Necessário dizer, porém, que não é intenção do autor exaltar as democracias liberais pautadas na economia de mercado como o modelo ideal para se viver em sociedade. Mas apenas salienta para a coexistência de dois mundos na modernidade: o mundo da racionalidade técnica e do mercado, o qual, através da modernização crescente destrói e rejeita o que é arcaico em nome do progresso; e o mundo das comunidades e da subjetivação, que, inversamente, se volta para a identidade cultural e rejeita a racionalização do progresso.

Afirma que a maior ameaça que pesa sobre a sociedade é o dilaceramento entre estes dois mundos, uma vez que, assim, “*o espaço da liberdade se esvazia*” (Touraine, 1994: 197). Chama a atenção, contudo, para os sinais de associação que têm se apresentado, dizendo: “(...) *É preciso agora inverter essa visão pessimista e lembrar que a modernidade tem sido constantemente marcada pela procura da complementaridade, da associação da racionalização, da liberdade e da identidade*” (Touraine, 1994: 198).

Tal alerta, por seu turno, remete de volta à discussão sobre o Sujeito, posto que é este que luta pelo direito à liberdade e pela afirmação de si, de modo a preservar a integridade de seu corpo individual e cultural. É também o Sujeito que, a partir de situações particulares, reconhecendo os outros como Sujeitos, envolve-se ativamente em movimentos sociais que prestam-se a lutar pela liberdade, pela justiça, pela igualdade. A esse propósito, lembra Touraine acerca do movimento operário:

*“(...) O movimento operário conduziu ao reconhecimento dos direitos sociais pela associação direta de uma consciência de classe, logo, de uma luta contra uma dominação social, com a defesa de princípios gerais, tais como a liberdade e a justiça. Estes direitos eram, ao mesmo tempo, particulares no seu conteúdo e universais nos seus princípios”* (1995: 100).

Em meio a este processo de luta, o Sujeito integra identidade e técnica, razão e subjetivação, individual e coletivo, tendo como referência a liberdade. Isto, por sua vez, exige a presença de condições estruturais democráticas no contexto social, pois, inversamente a idéia de uniformização das condutas, descrita por Tocqueville (1981), a democracia, para Touraine (1994), consiste num regime político que se orienta pela restrição ao poder – inclusive o poder da maioria. A igualdade nela presente refere-se a um “*princípio moral de recurso de que necessitam aqueles que não exercem o poder na vida social, para defenderem os seus interesses e para sustentarem as suas esperanças. (Assim), a recusa de qualquer essencialidade do poder é indispensável para a democracia*” (Touraine, 1994: 45), uma vez que a realidade social é composta por uma variedade de grupos de interesses, de categorias e classes sociais não podendo, assim, ser dominada por uma unidade central de poder – seja esta o Estado, uma entidade religiosa, a “soberania popular”, ou qualquer outra – mas pela pluralidade dos grupos sociais.

Esta perspectiva de democracia, por sua vez, é consonante com as reflexões de Sawaia (1994), que traz para a discussão da cidadania as temáticas da alteridade e da individualidade. Para a autora, a cidadania deve ser pensada dentro de uma perspectiva histórica que, contemporaneamente, não mais se assenta apenas no contrato social entre supostos iguais. Assim, assevera:

*“Para evitar a cristalização da cidadania em categorias fetichizadas que reduzem o homem de carne e osso a massa disforme que sente, pensa e age em uníssomo, incapaz de tomar seu destino nas próprias mãos, é preciso incorporar ao conceito de cidadania o de alteridade. Cidadania pressupõe igualdade de direitos, sendo que um dos mais importantes é o direito de viver a própria vida e ser único e diferente dos demais” (Sawaia, 1994: 147-148).*

Como, porém, pensar na efetivação desta concepção de cidadania no cotidiano de países de capitalismo periférico como o Brasil, cujas democracias, extremamente frágeis, são constantemente ameaçadas, quando não violentadas por regimes autoritários, bastante freqüentes em nossa história? Que tipo de cidadania é possível existir numa sociedade que não se

classifica nem como predominantemente moderna, nem tampouco tradicional, sendo assaltada continuamente por “modelos ‘modernizadores’ cuja função é sempre saltar etapas imaginárias em grandes e populísticos momentos de progresso nacional” (Spink, 1994: 106), com o fim de garantir os interesses das elites hegemônicas? Como diz Da Matta:

*“O Brasil tende a nos confundir ou a nos perturbar porque nele existe uma sociedade que surge como antiga e moderna, simultaneamente. Temos uma sociedade industrializada (...) convivendo com pobreza e miséria (...) continuamos a manter um subemprego galopante, legitimado por um sistema legal que contempla muito mais o capital do que o trabalho (...) é nesse casamento de antigo com moderno, de centro com periferia que temos, me parece, de concentrar a nossa atenção mais crítica” (1991: 23).*

Isso posto, depreende-se que a construção da cidadania torna-se uma empreitada bastante problemática em nosso país. Não significa, contudo, que seja impossível. Prova disso é o pipocar de manifestações e movimentos populares por todos os cantos e recantos do país que bradam suas queixas com a propriedade dos que se sabem e se sentem injustiçados, e pressionam o governo e as elites para que estendam o cobertor das conquistas da modernidade aos que permanecem excluídos de seus benefícios. Através da luta por demandas situacionais e específicas – como moradia, reforma agrária, justiça, saúde pública, emprego, reposições salariais, entre outros – cada um dos setores da população que se mobiliza toma seu destino às mãos e reivindica o acesso aos direitos de cidadão.

O que leva a concluir que a construção da cidadania passa pela referência ao Sujeito. Pois, o que mobiliza a ação coletiva não se prende apenas à consciência racional do que é posto na legislação, ou em princípios abstratos e universais. É mais do que isso, é um sentir-se com direitos, um sentir-se igual aos outros. Como diz Sawaia: “(...) *Há uma necessidade subjetiva para suscitar a adesão, a mobilização, tanto quanto condições para agir em defesa destes direitos*” (1994: 152).

Logo, um novo elemento se apresenta à idéia de cidadania. Esta não é dada apenas pelo contexto social dos indivíduos que nele se inserem e convivem; nem é uma aquisição natural das sociedades. Ela é uma aquisi-

ta, que se concretiza por meio da prática de mobilização, de participação, de reivindicação de uma coletividade para o que entende ser de direito. A propósito, assevera Manzini-Covre: *“Só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão. Neste sentido, a prática da cidadania pode ser estratégica, por excelência, para a construção de uma sociedade”* (1995:10).

## Notas

<sup>1</sup> É preciso ressaltar, contudo, que tais direções caracterizam-se como condutas ideais e, portanto, impossíveis de serem tomadas, exclusivamente, – uma ou outra – por um indivíduo concreto. Quer dizer, não existe sujeito inteiramente submisso, nem tampouco constantemente ativo e provocador de mudanças, mas, conforme o aspecto focalizado de sua vida, bem como a situação ou momento específico, pode haver o predomínio de uma direção sobre a outra, definindo, assim, a conduta do sujeito frente à realidade social como sendo de submissão ou de agência de mudança.

<sup>2</sup> Um vez que abraça como sua um simulacro de identidade, sustentada pelo prazer imediato de vestir um papel social ilusório, ou que, ao menos, alimenta uma ilusão.

<sup>3</sup> Nos referiremos a partir daqui ao termo Sujeito para designar a sua dimensão enquanto Sujeito para a Liberdade e, portanto, que se opõe à dimensão do Sujeito Sujeitado.

<sup>4</sup> Não se trata aqui de uma reflexão racional ou intelectual meramente, mas do ato que propicia ao indivíduo garantir o exercício autônomo do Eu nas situações que vivencia.

## Referências Bibliográficas

- CANETTI, E. (1995). *Massa e Poder*. (Sérgio Tellaroli, Trad.) São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho Originalmente Publicado em 1960)
- CARAMINAS, J. & PASCUAL, J. A. (1980). *Diccionario Critico Etimológico Castellano e Hispánico*. Madrid: Cretas. Vol I.
- DA MATTA, R. (1991). *A Casa e a Rua*. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan.
- FERREIRA, A. B. H. (1995). *Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- LA BOÉTIE, E. (1997). *Discurso sobre a Servidão Voluntária*. (Manuel João Gomes, Trad.) Lisboa: Antígona. (Sem Data de Publicação Original)
- LEVINAS, E. (1997). *Entre Nós: ensaios sobre a alteridade*. (Pergentino Stefano Pivatto, Trad.) Petrópolis: Vozes. (Trabalho Originalmente Publicado em 1991)
- MANZINNI-COVRE, M. L. (1994). Cidadania, Cultura e Sujeitos. In: SPINK, M. J. (org), *A Cidadania em Construção: uma reflexão transdisciplinar*. (pp. 123-145). São Paulo: Cortez.
- MANZINNI-COVRE, M. L. (1995). *O Que É Cidadania*. São Paulo: Brasiliense.
- MORIN, E. (1986). *Cultura de Massa no Século XX: o espírito do tempo - 2*. (Agenor Soares Santos, Trad.) Rio de Janeiro: Forense-Universitária. (Trabalho Originalmente Publicado em 1975).
- SAWAIA, B. B. (1994). Cidadania, Diversidade e Comunidade: uma reflexão psicossocial. In: SPINK, M. J. (org). *A Cidadania em Construção: uma reflexão transdisciplinar*. (pp. 147-156). São Paulo: Cortez.
- SPINK, P. K. (1994). Cidadania na Organização e Cidadania da Organização: notas para a desconstrução de “recursos humanos”. In: SPINK, M. J. (org) *A Cidadania em Construção: uma reflexão transdisciplinar*. (pp. 105-121). São Paulo: Cortez.
- TOCQUEVILLE, A. (1981). *De la Démocracie en Amérique*. Paris: Garnier-Flamarion.
- TOURAINÉ, A. (1994). *O Que É Democracia?* (Fernando Tomaz, Trad.) Lisboa: Instituto Piaget. (Trabalho Originalmente Publicado em 1994)
- TOURAINÉ, A. (1995). *Crítica da Modernidade*. (Elia Ferreira Edel, Trad.) Petrópolis: Vozes. (Trabalho Originalmente Publicado em 1994)

WALZER, M. (1983). *Spheres of Justice: a defense of pluralism and equality*. Oxford: Martin Robertson.

Alexandre Bonetti Lima  
R. Virgílio Jorge, 600 - Jd. San Remo - Londrina (PR).  
Cep 86062-270  
e-mail: bonetti@uel.br

. recebido em fevereiro de 2005.

. aprovado em maio de 2005.





## **Representación política y gobierno: mecanismos institucionales para un gobierno democratico**

**Raúl Rocha Romero**

Profesor de Carrera Tiempo Completo en la Facultad de Estudios Superiores  
Zaragoza-UNAM

### **Resumen**

En este artículo se discuten diferentes aproximaciones sobre el concepto de representación política. A partir del reconocimiento de que en las democracias liberales o representativas existe siempre una distancia política entre los representantes y los representados en el ejercicio mismo de gobierno, es que se diseñan diversos mecanismos institucionales derivados de las nociones de mandato, “accountability” y responsividad para posibilitar un gobierno democrático. Ello significa que la cuestión de si el gobierno representativo debe seguir su propio juicio o cumplir con el mandato de los ciudadanos, es en realidad un falso dilema. En un gobierno democrático a los gobernantes se les permite gobernar y, en ello, los ciudadanos deben controlar al gobierno a través de diversos mecanismos institucionales que incluyan y promuevan una mayor participación política por parte de la ciudadanía.

### **Palabras clave**

Representación política, mandato, accountability, responsividad, gobierno democrático

## **Political representation and government: institutional mechanisms for a democratic government**

### **Abstract**

Different approaches to political representation concept are discussed in this report. From acknowledgment that always can exist political distance between representatives and their represented, in both liberal and representative democracies by the government practice itself. Several institutional mechanisms are designed by mandate, accountability and responsiveness notions to have the possibility of a democratic government. This means that the questions if the representative government should continue with its own judgment or its has to comply with the population mandate, it's a real untrue dilemma. In a democratic government, is allowed that the governing managed and the population should control the government through several institutional mechanisms, involved and promoted the major political participation by population.

### **Key words**

Political representation, mandate, accountability, responsiveness, democratic government

## Representação política e governo: mecanismos institucionais para um governo democrático

### Resumo

Neste artigo discutem-se diferentes aproximações sobre o conceito de representação política. A partir do reconhecimento de que nas democracias liberais ou representativas existe sempre uma distância política entre os representantes e os representados no exercício do governo. É nesse contexto que se desenham diversos mecanismos institucionais derivados das noções de mandato, “accountability e responsividad” para possibilitar um governo democrático. Isso significa que a questão de, se o governo representativo deve seguir seu próprio juízo ou cumprir o mandato com os cidadãos, isso é na realidade um falso dilema. Em um governo democrático os governantes têm a permissão de governar e, nele, os cidadãos devem controlar o gobierno através dos diversos mecanismos institucionais que incluem e promovam uma maior participação política por parte da cidadãos.

### Palavras chave

Representação política, mandato, “accountability”, “responsividad”, governo democrático

## Introducción

El propósito del presente artículo consiste en discutir el concepto representación política en su relación con el ejercicio de gobierno y, de manera particular, en analizar los mecanismos institucionales que se han derivado de las nociones de *mandato*, *accountability*<sup>1</sup> y *responsividad* en el marco del modelo del principal-agente. La representación política constituye hoy uno de los temas centrales en la ciencia política. Esta afirmación pareciera banal, porque una vez que observamos y asistimos al redescubrimiento de la política para explicar hechos políticos desde esta dimensión y no sólo desde la económica, en verdad muchos conceptos que se refieren a prácticas políticas particulares son nodales en la estructura de la propia disciplina. Sin embargo, representación política es un concepto multidimensional y relacional, es decir, su elaboración y comprensión se articula alrededor de la elaboración conceptual de muchos otros<sup>2</sup>.

Su relevancia estriba en el hecho de que en las democracias liberales o representativas<sup>3</sup> actuales existe siempre y por definición *una distancia política* entre los representantes y los representados en el ejercicio mismo de gobierno. Dicha distancia sobrepasa los límites de la actuación de los aparatos burocrático-administrativos, en tanto que los ciudadanos pueden participar en la elaboración e implementación de distintos programas de gobierno e incluso de algunas políticas públicas, para aludir a una de las cuestiones centrales en el ejercicio de gobierno: la toma de decisiones políticas. Por esta razón, es que se han construido mecanismos institucionales para asegurar una mayor vinculación política entre el que delega la autoridad y el que la ejerce. Estos son derivados básicamente de las nociones de mandato, *accountability* y responsividad.

De esta manera, este escrito se divide en dos apartados. En el primero, se revisan críticamente algunas de las perspectivas existentes sobre la representación política, incluyendo la perspectiva del modelo principal-agente. En el segundo apartado, expresado a modo de corolario, se profundiza el análisis realizado para vincularlo con el ejercicio de gobierno de corte democrático. Igualmente, se señalan algunas cuestiones que deberían ser consideradas para la continua construcción y consolidación de gobiernos democráticos.

## Perspectivas sobre la representación política

Sobre el concepto representación existen diversas interpretaciones que parecieran convertirlo en un concepto laxo, difuso y complejo. Sin embargo, tal y como lo asevera Fenichel Pitkin (1985), éste tiene un significado identificable que es aplicado de diferentes formas a contextos diferentes. Particularmente, el concepto representación política es de larga data, pero es en la época moderna y más precisamente en el marco del surgimiento y consolidación de las democracias representativas, que adquiere una centralidad mayor. Dado que en la actualidad el concepto se asocia estrechamente con la idea y práctica de la democracia, no es casual entonces que en su análisis se le relacione necesariamente con otros conceptos que hacen referencia a prácticas, procesos e instituciones políticas concretas. Esto lo convierte precisamente en un concepto multidimensional.

No obstante su multidimensionalidad, la representación política tiene una definición unívoca: que el gobierno no está en manos del pueblo, sino en los gobernantes por él autorizados. Esto significa que los gobernantes están sujetos al control electoral del pueblo y que, si desean seguir contando con dicha autorización, han de representar de alguna manera las preferencias de los gobernados. La representación política tiene así dos significados: uno preciso, que consiste en la autorización mediante el proceso electoral; y otro difuso, que implica la idea del reflejo de la sociedad y sus aspiraciones (Rivero, 2003).

Es precisamente en este segundo significado en el que se concentran las diversas interpretaciones existentes. En la literatura se encuentran distintas referencias, según los autores. Por ejemplo, Fenichel Pitkin (1985) identifica muchos elementos de representación, los cuales pueden ser agrupados en dos categorías que necesariamente son complementarias: 1) la representación estructural, referida a las cuestiones de quiénes y qué deberían ser representados en, por ejemplo, la composición de las legislaturas. Cuando los requerimientos formales se conjugan para propiciar la delegación (autorización) y la *accountability*, el resultado es la representación. Los requerimientos formales son esencialmente la realización de elecciones libres, competitivas y regulares; y 2) la representación sustantiva, que implica la idea de qué es lo que precisamente lo hace representativo. Ello involucra el supuesto de que la representación es una actividad y no sólo una condición. Así, la cuestión radica en establecer lo

que es políticamente representativo para una actividad, es decir, los representantes deberían guiarse por su propio juicio, opinión o conciencia en lugar de la de sus representados. Esto, a su vez, remite a la controversia entre mandato e independencia. Para la autora, esta tensión, se resuelve considerando que representación significa actuar bajo los intereses de los representados, de un modo responsivo (sensible) ante ellos. Sin embargo, en esta perspectiva, no queda claro por qué los representantes tendrían que actuar de ese modo, en tanto que el único elemento vinculante entre representantes y representados es el proceso electoral.

Por su parte, en 1993 Birch (citado por Rivero, 2003) señaló cuatro tipos básicos: 1) representación como mandato, que consiste básicamente en que alguien manifiesta la voluntad de un sujeto distinto a él mismo; 2) representación sociológica, que refiere una relación de similitud o semejanza entre la sociedad y los representantes políticos en la medida en que un cuerpo de representación, como el parlamento, en su composición reproduzca de manera proporcional los rasgos, características y orientaciones de aquello que representa; 3) representación simbólica, que alude a todos aquellos símbolos que son propios de los representados y que, por tanto, deben estar incorporados en la representación; y 4) representación como delegación, es decir, aquella representación que tiene su origen en la autorización vía las elecciones. Todos estos elementos tienen un amplio uso político, pero el último tiene un sentido plenamente político, porque de él derivan las funciones sustantivas de la representación política: a) reclutamiento político para ocupar cargos políticos, b) evaluación de los aspirantes mediante la competencia electoral, c) asegurar la responsividad, d) permitir la exigencia de responsabilidad política, e) legitimar al gobierno mediante su elección, y f) facilitar el apoyo al gobierno, dando publicidad y justificación a sus planes.

Si bien, en esta perspectiva, se incorporan algunos elementos particulares, éstos aparecen de manera dispersa, pues no se establecen las relaciones, ya no teóricas o conceptuales, sino institucionales entre ellos para propiciar mediante la realización de estas funciones un ejercicio de gobierno democrático. Aquí las lagunas son evidentes, en tanto que la representación política no se circunscribe a la autorización y delegación sino que, al tener su origen aquí, se instala posteriormente en la actuación misma de los representantes. La distancia entre representación y gobierno no es aún problematizada en esta perspectiva.

Finalmente, Przeworski (1998)<sup>4</sup> en la relación que establece entre democracia y representación, y Manin, Przeworski y Stokes (1999)<sup>5</sup> vinculando las elecciones con la representación, distinguen fundamentalmente dos modelos: 1) la representación como mandato, y 2) la representación como responsabilidad y control (*accountability*).

Przeworski (1998) afirma que la cuestión central radica en saber por qué los gobernantes habrían de actuar en beneficio del interés de otros, de los ciudadanos, o al menos de cierta mayoría de ellos, es decir, por qué los gobiernos habrían de ser representativos. En el plano del vínculo democracia-representación, la respuesta a tal cuestión si bien se puede alimentar de una visión normativa, no se encuentra precisamente en ella. Reside más bien en el ejercicio efectivo de gobierno. Así, la cuestión se concreta en el diseño de instituciones que permitan a los gobiernos gobernar, al tiempo que los ciudadanos están en condiciones de controlar esos gobiernos. En esta perspectiva, la democracia sistemáticamente hace que los gobiernos sean representativos. Por otro lado, para Manin, Przeworski y Stokes (1999) la representación también se logra con las elecciones, en tanto que los ciudadanos utilizan sus votos para seleccionar políticas y a políticos, y/o para sancionar al gobierno.

Así, para estos autores, la *representación como mandato*, significa que de las propuestas políticas ofrecidas en las campañas electorales, así como de las consecuencias de su aplicación en la vida de las personas, los ciudadanos eligen cuáles de estas propuestas quieren que sean implementadas, y a qué políticos encargar dicha implementación. Así, la plataforma vencedora se convierte en el *mandato* que el gobierno debe cumplir. Sin embargo, esta concepción requiere de ciertas condiciones: la coincidencia de intereses entre políticos y electores; que los políticos conozcan las preferencias de los votantes y que con ello busquen ser electos y reelectos; y la elección de los políticos de acuerdo a las preferencias de electores decisivos, con la certeza de que, si aquéllos que se desvían de éstas, serán sancionados. Pero sucede que los políticos encuentran incentivos para desviarse del mandato aún en la búsqueda del beneficio del público o para mantenerse fiel al mismo a costa del electorado. Es ilustrativo, en este punto, el estudio de Stokes (2001) sobre la violación de los mandatos en las democracias latinoamericanas, en el que señala que dicha violación no es incoherente con la representación construida, pero que sí es un indicador de la calidad de las democracias.

Las críticas a esta concepción son evidentes. Las campañas electorales tendrían que ser informativas en el sentido de que las expectativas de los electores las cumplan los políticos y, en este caso, surge la cuestión fundamental de si efectivamente el mandato significa la actuación del gobierno siempre en función de los intereses de los electores. A ello se añade el problema de que las condiciones y circunstancias políticas son siempre cambiantes y que, por tanto, el mandato no es ya lo mejor para los electores. Quizá por ello es que Manin (1997) señala que una virtud de todos los sistemas democráticos es el hecho de que ningún político está obligado legalmente a ceñirse a su plataforma electoral.

Por su parte, *la representación como responsabilidad y control (accountability)*, implica la idea de que los ciudadanos pueden inducir a los gobernantes a rendir cuentas de sus acciones de gobierno, con el objeto de sancionarlos si no están actuando en función de sus intereses. Este tipo de representación surge cuando los electores reeligen a los gobernantes por haber actuado en función de sus intereses, y cuando éstos aplican las políticas necesarias para poder reelegirse. En este sentido, la responsabilidad genera la representación, empero esto no es posible cuando los ciudadanos tienen información incompleta sobre las condiciones presentes en la reelección de los políticos. Por sí misma, la responsabilidad no genera la posibilidad de que los gobernantes actúen en beneficio de los ciudadanos. Aquí se introduce la noción de *responsividad*, que significa que los gobiernos son sensibles o receptivos a las demandas de los ciudadanos y, en consecuencia, orientan su actuación en esa dirección.

Pero el problema sigue siendo el mismo: ¿cómo hacer que los gobiernos actúen a favor del interés del público? Para ello, existen dos formas: mecanismos prospectivos y retrospectivos (Przeworski, 2001). En el prospectivo, las elecciones son las que definen el mandato para el gobierno, es decir, el voto prospectivo sirve para elegir a los mejores gobernantes y a las mejores políticas y, por su parte, en el mecanismo retrospectivo, las elecciones sirven para hacer responsables a los gobiernos por sus actuaciones pasadas y, por esta vía, los ciudadanos pueden obligar a los gobiernos a ser responsivos. Estas situaciones son posibles, sin embargo, cuando en el diseño electoral está permitida la reelección.

Por último, bajo la óptica del modelo principal-agente, proveniente del análisis económico en las teorías de la regulación pero incorporado por el neoinstitucionalismo de la ciencia política, se busca construir de manera



más precisa la representación política a través de los procesos de delegación y rendición de cuentas (*accountability*). En este modelo, en tanto la relación entre las partes es jerárquica y asimétrica, la cuestión reside en crear sistemas de acuerdos o contratos que motiven al agente (gobernantes, representantes o políticos) a actuar a favor de los intereses del principal (gobernados, representantes o ciudadanos) y que no se desvíe del mandato del principal, en tanto ambos tienen preferencias e intereses diferentes. Para ello, se diseñan mecanismos de rendición de cuentas (*accountability*) que incorporen incentivos positivos y negativos para el agente, así como la posibilidad de monitorear la actuación de los agentes por parte del principal.

La rendición de cuentas, para conseguir tales propósitos, se puede pensar en dos sentidos: horizontal y vertical (O'Donnell, 2000). La primera se refiere a la supervisión y fiscalización de agencias estatales autónomas en el desempeño de otras agencias del estado, es decir, los diferentes ámbitos de gobierno deben rendirse cuentas entre sí. No obstante, esta horizontalidad de la rendición de cuentas es insuficiente para asegurar responsabilidad. Un complemento es la rendición de cuentas vertical, que consiste en la vigilancia o control entre partes que no son iguales. El autor divide la rendición de cuentas vertical en electoral y social vertical. La primera indica que las elecciones son un mecanismo para inducir la responsabilidad del gobierno y, la segunda, se relaciona con la crítica que hace la sociedad y los medios de comunicación al desempeño del gobierno. A la postre, el mecanismo vertical puede ayudar a que se expresen procesos de rendición de cuentas horizontales. Una ilustración concreta de cómo operan estos mecanismos institucionales, es la breve monografía sobre la rendición de cuentas y su relación con la democracia mexicana, que realizó Ugalde (2002).

### **A modo de corolario: representación política y gobierno democrático**

La representación política, en sus diferentes acepciones, pretende asegurar un vínculo más concreto entre gobernantes y gobernados. Sin embargo, para los ciudadanos, los alcances de dichas perspectivas son limitados en el sentido de que la representación se agota en el proceso de

delegación y autorización del ejercicio de la autoridad mediante la realización de elecciones periódicas, limpias y competitivas. La centralidad de las elecciones es hoy en día tal que se le consideran un genuino instrumento de la democracia (Powell, 2000). Pero, respecto de los gobernantes y a pesar de los mecanismos institucionales ya reseñados, no existen criterios políticos claros porque actuar en pro de los intereses del público es una noción tan vaga que permite diversas interpretaciones según las circunstancias políticas.

Esta paradoja de la democracia representativa parece que no tiene vías de solución, por lo menos en sociedades que si bien son democráticas presentan igualmente una enorme desigualdad social y económica entre sus miembros y que, como consecuencia, limitan el acceso a los espacios propiamente políticos a la mayoría de la población. Sin ser por supuesto la solución, podría intentarse avanzar mediante la búsqueda de mecanismos institucionales que promuevan una mayor participación política por parte de la ciudadanía en los asuntos que les conciernen y que afectan sus vidas.

Esto traslada el concepto representación al plano del propio ejercicio de gobierno. De manera muy reciente, se ha elaborado conceptualmente, y con aplicaciones prácticas, un nuevo modelo de gobernar que implica la necesaria participación de la ciudadanía en las tareas de gobierno. A esto se le ha denominado *gobernanza democrática*, concepto muy distinto al de gobernabilidad, puesto que éste indica que la función de gobernar corresponde sólo y precisamente al gobierno electo. Incluso, el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, en referencia al estado actual de las democracias latinoamericanas, conceptualiza esto como el paso de una democracia de electores a una democracia de ciudadanos (PNUD, 2004).

En la dirección señalada existen algunos estudios que dan cuenta de algunos tópicos específicos que se relacionan con la accountability. Strom (1997; 2000) estudia la relación entre democracia y *accountability* en las negociaciones entre coaliciones electorales; y el proceso de delegación en democracias parlamentarias; Kitschelt (2000) explora los vínculos entre los ciudadanos y los políticos en gobiernos democráticos; Haque (2000) refiere el significado de *accountability* en la nueva gobernanza pública; y Dunn (2003) analiza las relaciones entre *accountability*, la teoría democrática y una mayor educación. Una mención aparte merece el texto editado por Mainwaring y Welna (2003) en donde se revisan los mecanismos de accountability democrática existentes en América Latina.

Sin embargo, la relación entre la representación y la estructura y desempeño de gobierno es precisamente lo que menos se ha estudiado. Por ejemplo, dadas las condiciones económicas y sociales actuales, bien se podrían buscar mecanismos específicos que *actualicen* los principios de separación de poderes y los de equilibrio y control entre los mismos, con el objeto de asegurar un gobierno democrático. Pero además, no sólo se trata de lograr una mayor responsabilidad y responsividad de los gobernantes, también importa conseguir lo propio respecto de los ciudadanos. En palabras de Przeworski (1998) se trata del diseño institucional de la democracia, de la creación de un círculo virtuoso entre el incremento de poderes del estado y el incremento de control sobre el mismo, con el objeto de que se permita a los gobernantes gobernar y a los gobernados que controlen al gobierno. Si se asume esta fórmula, entonces la cuestión de si el gobierno representativo debe seguir su propio juicio en tanto agente o seguir el de los ciudadanos en cuanto principales, es en realidad un falso dilema. Los gobernantes quieren gobernar y los gobernados quieren que los gobiernen, pero quieren que se gobierne bien, es decir, que sea un gobierno honesto, eficiente y eficaz.

## Notas

<sup>1</sup> El término *accountability* no tiene una traducción precisa al español. Se suele entender por él tanto la noción de *responsabilidad política* y *control político* y, de manera más reciente y frecuente, la de *rendición de cuentas* (Przeworski, Stokes y Manin, 1999; y Schedler, 1999).

<sup>2</sup> Dado el propósito de este escrito, y por limitaciones de espacio, no se desarrollan aquí los vínculos entre el concepto representación política y otros conceptos eminentemente políticos tales como sistemas electorales, voto, participación política y, por supuesto, el de democracia. Baste señalar que su importancia se refleja en la serie de estudios que establecen estas relaciones. Al respecto, se pueden consultar, por ejemplo, Brennan y Lomasky (1993); Vallés y Bosch (1997); Loenen (1997); Millar, et. al. (1999); Brennan y Hamlin (2000); y Rivero (2003).

<sup>3</sup> De la misma manera, no se discuten aquí los diferentes tipos y concepciones de democracia. En este escrito se reconoce que la democracia representativa es la que actualmente existe en nuestras sociedades. Para una revisión de ello, ver Sartori (1989); Shapiro y Hacker-Cordón (1999); Lijphart (2000); y Gonzalo y Requejo (2001).

<sup>4</sup> Este artículo es una versión más ampliamente trabajada por el propio autor, del capítulo introductorio de la obra de Przeworski, Stokes y Manin (1999).

<sup>5</sup> La versión en español del capítulo referido aparece en Manin, Przeworski y Stokes (2000) "Elecciones y Representación". En Revista Zona Abierta Núms. 100/101. pp 19-49.

## Referências Bibliográficas

BRENNAN, G. & LOMASKY, L. (1993). *Democracy and Decision. The Pure Theory of Electoral Preference*. Cambridge: Cambridge University Press.

BRENNAN, G. & HAMLIN, A. (2000). *Democratic Device and Desires*. Cambridge: Cambridge University Press.

DUNN, D. (2003). "Accountability, Democratic Theory, and Higher Education". *Educational Policy*. Vol. 17. No. 1. pp. 60-79.

FENICHEL PITKIN, H. (1985). *El Concepto de Representación*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales.

GONZALO, E. & REQUEJO, F. (2001). "Las Democracias". En Caminal, M. (Edtr.). *Manual de Ciencia Política*. Madrid: Tecnos.

HAQUE, S. (2000). "Significance of Accountability Under the New Approach to Public Governance". *International Review of Administrative Sciences*. Vol. 66. pp. 599-617.

KITSCHOLT, H. (2000). "Linkages Between Citizens and Politicians in democratic Polities". *Comparative Political Studies*. Vol. 33. Núms. 6/7. pp. 845-879.

LIJPHART, A. (2000). *Modelos de Democracia*. España: Ariel.

LOENEN, N. (1997). *Citizenship and Democracy*. Toronto: Dunburn.

MAINWARING, S. & WELNA, C. (2003). *Democratic Accountability in Latin America*. United States of America: Oxford University Press.

MANIN, B. (1997). *The Principles of Representative Government*. Great Britain: Cambridge University Press.

MANIN, B., PRZEWORSKI, A. & STOKES, S. (1999). "Elections and Representation". En Przeworski, A., Stokes, S. & Manin, B. (Edtrs.)

*Democracy, Accountability and Representation*. Cambridge: Cambridge University Press.

MILLAR, W., et al. (1999). *Policy Representation in Western Democracies*. United States of America: Oxford University Press.

O'DONNELL, G. (2000). "Further Thoughts on Horizontal Accountability". En *Conference on Institutions, Accountability and Democratic Governance in Latin America*. Kellogg Institute for International Studies. Notre Dame.

PNUD (2004). *La Democracia en América Latina*. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. Perú.

POWELL, B. (2000). *Elections as Instruments of Democracy*. New Haven: Yale University Press.

PRZEWORSKI, A. (1998). "Democracia y Representación". *Revista del CLAD Reforma y Democracia*. No. 10. Caracas. pp. 7-31.

PRZEWORSKI, A. (2001). "Una Mejor Democracia, Una Mejor Economía". En Camou, A. *Los Desafíos de la Gobernabilidad*. México: FLACSO-IISUNAM-Plaza y Valdés. pp. 115-130.

PRZEWORSKI, A., STOKES, S. & MANIN, B. (Edtrs.) (1999). *Democracy, Accountability and Representation*. Cambridge: Cambridge University Press.

RIVERO, A. (2003). "Representación Política y Participación". En Del Águila, R. (Edtr.) *Manual de Ciencia Política*. Madrid: Trotta. 3a. Edición. pp. 205-229.

SARTORI, G. (1989). *Teoría de la Democracia*. Tomos I y II. México: Alianza Universidad.

SCHEDLER, A. (1999). "Conceptualizing Accountability". En Schedler, A., Diamond, L. & Plattner, M. *The Self-Restraining State: Power and Accountability in New Democracies*. United States of America: Lynne Rienner Publishers. pp. 13-28.

SHAPIRO, I. & HACKER-CORDÓN, C. (Edtrs.) (1999). *Democracy's Value*. Cambridge: Cambridge University Press.

STOKES, S. (2001). *Mandates and Democracy: Neoliberalism by Surprise in Latin America*. New York: Cambridge University Press.

STROM, K. (1997). "Democracy, Accountability, and Coalition Bargaining". *European Journal of Political Research*. No. 31. pp. 47-62.

STROM, K. (2000). "Delegation and Accountability in Parliamentary Democracies". *European Journal of Political Research*. No. 37. pp. 261-289.

UGALDE, L. C. (2002). *Rendición de Cuentas y Democracia. El caso de México*. Instituto Federal Electoral. Cuadernos de Divulgación de la

Representación política y gobierno:  
mecanismos institucionales para un gobierno democrático

---

Cultura Democrática No. 21. México.

VALLÉS, J. & BOSCH, A. (1997). *Sistemas Electorales y Gobierno Representativo*. España: Ariel.

Raúl Rocha Romero  
e-mail: rocharr@servidor.unam.mx

. *recebido em janeiro de 2005.*  
. *aprovado em março de 2005.*

## Práticas Psicológicas nas Políticas Públicas: um debate sobre a temática da violência

**Neuza Maria de Fátima Guareschi**

Professora Doutora Orientadora do Grupo de Pesquisa 'Estudos Culturais, Identidades/Diferenças e Teorias Contemporâneas' do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da PUCRS.

**Júlio César Diniz**

Especialista em Saúde Pública, Mestre em Psicologia Social e Doutorando do Grupo de Pesquisa 'Estudos Culturais, Identidades/Diferenças e Teorias Contemporâneas' do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da PUCRS.

**Luciele Nardi Comunello**

Bolsista de Pesquisa do Grupo 'Estudos Culturais, Identidades/Diferenças e Teorias Contemporâneas' do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da PUCRS; financiamento: FAPERGS e PIBIC/CNPq. (2002)

**Milena Nardini**

Bolsista de Pesquisa do Grupo 'Estudos Culturais, Identidades/Diferenças e Teorias Contemporâneas' do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da PUCRS; financiamento: FAPERGS e PIBIC/CNPq. (2002)

### Resumo

Este artigo apresenta uma discussão sobre as práticas psicológicas inseridas num contexto de políticas públicas, a partir de referenciais específicos e utilizando como ponto de partida uma pesquisa realizada com um grupo de homens considerados agressores. A pesquisa iniciou com seu propósito voltado para a compreensão dos sentidos produzidos por estes homens. No entanto, fomos sendo levados a repensar questões importantes acerca das formas como estavam sendo desenvolvidas determinadas ações ligadas a políticas públicas, através de práticas psicológicas, bem como questões relacionadas às concepções teóricas a partir das quais as intervenções realizadas encontravam-se fundamentadas. Desta forma, neste artigo,

estipulamos três pontos para problematizarmos: 1) a questão da possível existência de uma identidade de agressor; 2) o caráter anônimo pretendido pelo grupo; 3) o aspecto de compulsoriedade que o caracterizava. A discussão efetuada sobre estes pontos está a serviço de promover uma reflexão acerca de como as práticas psicológicas vêm intervindo no campo das Políticas Públicas, especialmente as que estão voltadas à problemática da violência. Para tal, fundamentamo-nos na compreensão do conceito de identidades do campo Estudos Culturais, a fim de questionar a possível existência de um estatuto identitário relacionado à agressão; na discussão e posicionamento do Construcionismo Social sobre a concepção de violência como algo não individual; e no debate trazido pelos movimentos feministas no que diz respeito ao caráter anônimo atribuído a esse grupo.

**Palavras-chave**

Práticas Psicológicas, Políticas Públicas, Violência, Identidades, Estudos Culturais.



## Psychological Practices in Public Politics: a discussion about the theme of violence

### Abstract

This paper presents the discussion of psychological practices in the context of public policy based on research with a group of men considered as 'aggressors'. The research intends to understand the meaning production by these men that leads to the phenomenon 'violence'. However, we were led to rethink important issues, as the ways in which certain actions of social policy were being developed through psychological practices, and the theoretical concept on which interventions were being founded. Thus, after analyzing the meanings produced regarding violence, we have chosen three issues to discuss: 1) the possibility of the existence of an 'aggressor identity'; 2) the suggestion of an anonymous character of the group; 3) the compulsory aspect that characterizes the group. The discussion about these issues guides us to analyze how psychological practices have been intervening in social policies, especially those that lead with the problem of violence. Thus, we have based our study on the understanding of identities in the field of Cultural Studies, in order to question the possibility of the existence of an identity statute related to aggression; on the discussion and position of Social Constructionism, considering violence as non-individual; and on the debate produced by the feminist movements in relation to the anonymous character attributed to this group.

### Key-words

Psychological Practices, Public Politics, Violence, Identities, Cultural Studies.

## Introdução

Historicamente, a violência foi comumente identificada como sinônimo de criminalidade e, por isso, teve uma atenção quase que exclusiva das ciências jurídicas. Desde a Antigüidade clássica até os dias atuais, encontra-se o problema da violência e dos meios para evitá-la, diminuí-la ou controlá-la (Chauí, 1995). Esteve também associada a questões de poder - resistência por parte de uma classe desfavorecida economicamente, reprimida pela classe dominante que, através da opressão, buscava a manutenção de uma hierarquia de 'estruturas sociais'. Essa perspectiva, objetivada pela sociologia, é entendida a partir de um paradigma pautado pelos ideais marxistas que tinham como fundamento o determinismo econômico<sup>1</sup>.

Essa tendência determinista contribuiu para a construção/consolidação de imagens permanentes e estereotipadas de associação da pobreza com a violência. A mídia aparece aqui como importante elemento, envolvida na geração e manutenção desses estereótipos, que estigmatizam as populações mais pobres (Mello, 1999). Obtemos através da tela de TV uma espécie de proteção que nos afasta e evita a proximidade da 'violência real'. A mídia gera uma aparente sensação de 'distância dos fatos'. Vendo os fatos através da 'realidade virtual' acabamos nos acostumando de tal forma com a violência que ela passa a fazer parte, de forma banalizada, do nosso cotidiano (Mello, 1999).

Conforme Soares (1999), pobreza e desigualdade podem ou não estar associados à violência, pois tudo depende do tipo de violência, do contexto intersubjetivo e cultural do qual falamos. Esta perspectiva aponta para o conceito de vulnerabilidade social, que tem como um de seus efeitos o rompimento da ligação hegemônica arbitrária realizada entre pobreza e violência.

A noção de vulnerabilidade social remete a uma situação de desvantagem social, que diz respeito à articulação de recursos materiais e simbólicos para dar conta de uma demanda social, cultural, econômica, que tem como desdobramento possível a produção de um sujeito "exposto ao risco"; é entendida como uma posição de fragilidade ou desvantagem de sujeitos ou grupos frente ao acesso às condições de promoção e garantia de seus direitos de cidadania (Abramovay, M; Castro, M.G.; Pinheiro, L.C.; Lima, F.S.; Martinelli, C.C.; 2002).

Ainda assim, é importante destacar que a própria violência é vista de diferentes formas por diversos autores. Segundo Sorge (1993), a violência é o uso injusto da força física, moral ou psicológica e a violação de um direito. O autor coloca que a sociedade contemporânea exalta o prazer e o dinheiro como valores supremos; e reconhece a astúcia e violência como modos de obtê-los.

Apesar de encontrarmos tentativas de definição de violência como as citadas acima, não há discurso nem saber universal sobre este tema: cada sociedade está às voltas com a sua própria violência, segundo seus critérios e trata seus próprios problemas com maior ou menor êxito. Nesse contexto encontram-se as Políticas Públicas, como conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta, administrar determinadas demandas, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público como, por exemplo, a questão da violência, mais precisamente, da violência doméstica<sup>2</sup>.

Na ausência de verdades universais acerca da violência, o que existe são práticas tomadas como violentas em um dado contexto histórico e social. Como exemplo disso, temos a compreensão da violência doméstica. Atualmente, essa concepção traz para o campo da violência práticas que anteriormente eram tomadas como modos de regulamentação das relações sociais. Como exemplo destes modos de regulamentação podemos citar a violência contra a mulher, crianças e adolescentes, principalmente no espaço familiar (Coimbra, 2002).

No que diz respeito às práticas psicológicas no âmbito das Políticas Públicas em relação à violência, para que se obtenham resultados eficazes nas intervenções que buscam combatê-la, considera-se necessário uma reflexão a partir de diferentes perspectivas. Neste artigo, problematizamos determinadas práticas psicológicas cujos referenciais hegemônicos oferecem suporte às Políticas Públicas que abarcam esta temática especificamente. Essas reflexões nasceram a partir de observações de uma atividade realizada no espaço público, com o objetivo de intervir sobre a questão da violência doméstica.

Algumas das pesquisas mais recentes no campo da violência, referem-se pelo menos a três formas em que esta se apresenta. A primeira trata

da *violência direta*, que se refere aos atos físicos resultantes em prejuízo deliberado, ou seja, quando alguém sofre algum tipo de dano físico a partir de um contato corporal; a *violência indireta*, que envolve todos os tipos de ação coercitiva ou agressiva, resultando em prejuízo psicológico ou emocional, quando, por exemplo, o sujeito é destituído de possibilidades de reação; e, por fim, a *violência simbólica*, referente às relações de poder que se estabelecem por meio de instituições, cerceando a “livre ação, pensamento e consciência dos indivíduos”. Como exemplo desta, citamos o estabelecimento hegemônico de hierarquias de valores nas relações sociais (Abramovay et.al., 2002, p.27-28).

Considerando esse percurso da produção de conhecimento acerca da violência, traçamos o objetivo deste artigo. A discussão da qual tratamos no presente artigo visa promover uma reflexão acerca das práticas psicológicas em um contexto de ações públicas, trazendo à tona a necessidade de compreender a violência dentro de um contexto social, cultural e político; busca ampliar o entendimento da violência a partir da perspectiva da Psicologia Social, através de alguns operadores teóricos, principalmente no que diz respeito à noção de identidades; além disso, procura compreender as práticas discursivas que se produzem e sobre as quais se constituem saberes que objetivam formas de violência.

A partir da compreensão das Práticas Discursivas não mais é possível pensar a violência como algo que se esgota no campo individual. Propomos, assim, entendê-la como um fenômeno complexo, constituído por diversos vetores, socialmente produzido. Dessa forma, a pesquisa que desenvolvemos, e sobre a qual nos debruçamos nessa discussão, apresentou como um de seus objetivos fazer com que homens considerados agressores passassem a se pensar a partir de atos ditos de violência. Visou, entre outros, criar a oportunidade para que esses homens se expressem de forma tal que não ocorresse discriminação e que não fossem reconhecidos, nem por eles mesmos e nem pelas práticas das Políticas Públicas, por uma “identidade de agressor”.

Em um primeiro momento, a pesquisa buscou compreender a Produção de Sentidos acerca da violência em homens ditos agressores, situados em um contexto cultural e social particular. Procurou-se compreender de que modo estes sentidos passaram a subjetivá-los, atravessando-os na construção de suas identidades.

Em um segundo momento, a pesquisa estabelece um debate acerca das Políticas Públicas, através da problematização dos tipos de intervenção/práticas psicológicas que vêm sendo desenvolvidas no trabalho com homens envolvidos em situações de violência e de risco. Para tanto, elegemos três características marcantes deste trabalho: o caráter compulsório da presença nos grupos, realizados em locais que remetem ao Poder Judiciário; a insinuação de uma identidade de “agressor” a priori e a designação de um grupo de agressores com caráter de anônimos.

Desta forma, trabalhamos com a noção de violência social a fim de problematizar algumas práticas psicológicas de modo a pensar mudanças e discussões acerca de como a violência é tomada na inserção do trabalho da Psicologia no campo das Políticas Públicas.

### Notas Metodológicas: Contexto da Pesquisa

Para viabilizar a referida pesquisa foi realizado um projeto conjunto, sendo que o projeto integrou-se a uma ONG<sup>3</sup> que trabalha no sentido de “*instituir propostas eficazes, inibidoras e interventivas de fatores desencadeantes da violência*” (Carvalho, A.; Salles, F.; Guimarães, M.; Ude, W.; 2002). Uma das atividades propostas por esta ONG, que se desenvolve na região metropolitana do Estado do Rio Grande do Sul, é o grupo denominado “Agressores Anônimos”, do qual participamos durante mais de dois anos na condição de observadoras participantes. Segundo a proposta desta organização, os procedimentos de intervenção grupal visam a *prevenção da violência*, sendo entendidos como condição de possibilidade para a diminuição das situações de risco, bem como da reincidência de circunstâncias de agressão.

Os grupos “terapêuticos”<sup>4</sup> observados eram compostos por homens, dentro de uma faixa etária entre 16 e 68 anos, moradores da grande Porto Alegre, em sua maioria pais de família; eram, em geral, moradores de comunidades carentes, de baixa renda e com baixo nível de instrução devido a dificuldades de acesso à escola<sup>5</sup>. Conviviam em condições precárias, tanto em relação à moradia; ao trabalho, ou falta deste, quanto à falta de recursos ou possibilidades para o lazer. Alguns deles se encontravam desemprega-

dos, outros trabalhando como autônomos, carpinteiros, metalúrgicos, etc. Este contexto acima descrito, atravessado por diversos vetores sociais, culturais, econômicos e políticos, remete a uma situação de desigualdade e desvantagem na articulação de recursos materiais e simbólicos no que diz respeito à possibilidade de mobilidade social (Abramovay et al., 2002).

Estes participantes chegaram até os grupos encaminhados pelo Sistema Judiciário, através de locais como o Fórum, o Conselho Tutelar ou ainda a Delegacia de Polícia da Região, devido a queixas de algum envolvimento em situação de agressão e/ou risco. Inicialmente, as reuniões foram realizadas em um espaço cedido por uma Associação de Trabalhadores de uma cidade na Região Metropolitana de Porto Alegre e sua frequência era semanal. Foram realizados oito encontros, com a participação de cinco homens. Os primeiros encontros foram relatados em um diário de campo pela impossibilidade de gravação. Neste, também foram registrados datas, horários e combinações diversas com relação aos grupos.

Em função da dificuldade de locomoção até a Associação e pelos grupos se realizarem em horário de trabalho, alguns homens não puderam mais comparecer aos encontros no horário marcado e, conseqüentemente, acabaram abandonando o grupo. O grupo então se mudou para a Delegacia de Polícia local, por ser um local de mais fácil acesso para os participantes. Além disso, pensou-se que o encaminhamento imediato ao grupo garantiria sua presença. Desta forma, estes grupos começaram a ser realizados dentro da própria Delegacia, onde os encaminhamentos eram feitos imediatamente após a auditoria<sup>6</sup>, pelo próprio delegado. Neste momento foi possível gravar os grupos, sempre com o consentimento dos participantes.

Os locais e modos de encaminhamento dos participantes aos grupos remetem ao caráter compulsório de sua participação nos grupos. Esta questão será explorada em seguida ao problematizarmos as práticas psicológicas e, através destas, as Políticas Públicas que procuram abarcar este campo.

Após dois encontros neste local, tendo a participação de três homens, o projeto foi transferido para um Fórum situado na Grande Porto Alegre, em função de uma necessidade da própria ONG, bem como pela facilidade de sua inserção neste local e pela disponibilidade de uma sala mais apropriada para a realização dos grupos.

As reuniões ocorreram, então, quinzenalmente. Este Fórum acolhia a demanda de quatro delegacias da cidade, sendo que os homens eram encaminhados pela juíza do local, durante a audiência<sup>7</sup>. Os encontros eram abertos, tendo duração de aproximadamente uma hora e a presença de seus membros era rotativa. Participamos sempre como observadoras, no total de 22 encontros coordenados pela técnica<sup>8</sup>, sendo que participaram dos grupos o total de 23 homens.

A partir das transcrições dos grupos, das anotações do diário de campo e das observações, buscou-se compreender os sentidos produzidos acerca da violência, tendo como ponto de partida aspectos de contexto de vida de homens considerados agressores<sup>9</sup>. Para isso, partiu-se da perspectiva teórico-metodológica da Produção de Sentidos, proposta por Spink (1999), situada no Construcionismo Social.

Nessa perspectiva, procuramos compreender os sentidos que os homens considerados agressores produzem em relação aos motivos, sentimentos, experiências, ao contexto relacionado aos atos violentos. As questões que emergiram a partir das observações participantes são relacionadas à família, aos tipos de agressão, ao uso de drogas e ao diálogo. É importante ressaltar que essas questões são compreendidas como vetores de determinados discursos que se interpelam, se atravessam e não como categorias estáticas. Dentro do modo como os homens significam esses discursos, emergem sentidos sobre a falta de diálogo; a destituição, a dificuldades de obter recursos para o sustento; afetividade e autoridade, principalmente relacionada à família; valores para distinguir o certo do errado; diferenciação entre agressão verbal e física; falta de controle e sentimento de culpa. Assim, os sentidos produzidos em relação à violência remetem às relações familiares. Mais uma vez a problemática da violência aparece objetivada como algo que pode ser reduzido ao espaço privado do lar. Esta perspectiva tem como efeito a particularização/individualização da compreensão da violência.

Também, a Produção de Sentidos acerca da violência é perpassada pelo uso de drogas, pelas diversas formas de agressão, pela ausência de diálogo ou impossibilidade deste como forma de contornar as situações de violência. É importante ressaltar que essas questões são compreendidas como vetores que se cruzam, de maneiras não lineares, instáveis e descontínuas e não como categorias estáticas. Além disso, todas essas categorias ainda aparecem estritamente relacionadas ao espaço privado<sup>10</sup>.

A segunda parte da pesquisa surgiu a partir da necessidade de se refletir sobre as intervenções que estavam sendo realizadas. Este procedimento teve como objetivo poder problematizar não somente os modos como os homens significam a violência, mas também indicativos de como determinadas práticas psicológicas - cujos referenciais hegemônicos têm orientado intervenções no campo das Políticas Públicas e Sociais - possam estar entendendo os comportamentos apresentados por esses homens. Dessa forma, conforme já relatado, o segundo momento da pesquisa constituiu-se da ampliação dos questionamentos sobre violência, a partir de ações e compreensões das práticas psicológicas que orientam Políticas Públicas e Sociais, utilizando suporte teórico para discuti-las e o material de pesquisa produzido como subsídio para essas reflexões. Assim, compreendemos que as práticas psicológicas podem ser ações e estratégias de intervenção em um determinado campo, quer seja no espaço privado ou no espaço público.

### **Problematizando Práticas Psicológicas no contexto das Políticas Públicas**

#### *O Estatuto Identitário, a Compulsoriedade e o Caráter Anônimo.*

A denominação do grupo como “Agressores Anônimos”, ao tomar o homem como “agressor”, propõe a agressão como algo do campo individual, o que vem ao encontro de uma concepção psicológica que propõe o sujeito como constituído por uma essência, ou ainda de uma identidade fixa construída a partir de condições abstratas inerentes ao indivíduo. É possível problematizarmos esta questão, compreendendo as identidades como fluidas e não fixas, construídas a partir das diferenças, conforme proposto por alguns autores do campo dos Estudos Culturais (Hall, 1997; Silva 2000; 1999). Dentro desta perspectiva, as identidades variam de acordo com as posições que os sujeitos ocupam nos diversos campos culturais e sociais, através de relações de poder e, conseqüentemente, de possibilidade de resistência.



A construção das identidades é entendida como um engendramento em uma rede discursiva, não como uma essência, mas como uma fixação (temporária) em uma determinada posição de sujeito. Desse modo, a identidade se expressa na forma como o ser humano torna-se algo a partir de marcadores sociais e culturais.

Com isso queremos dizer que as identidades são modos de inscrição dos sujeitos em determinadas redes discursivas, as quais podem criar aparatos e estratégias não só para capturar as diferenças, mas para que essas sejam tomadas como problemáticas, devendo, assim, ser reguladas, controladas, administradas. Como colocam Zizek, Butler e Laclau (2000), isso constitui um modo de reforma política dos corpos e das almas a fim de buscar “uma estrutura de sujeito universal”.

Ainda em relação às diferenças, Goffman (1982) traz a idéia do *estigmatizado*, ou *etiquetado social*. Estes conceitos produzem o cruzamento entre a identidade pessoal e a identidade social do sujeito, marcando sua formação e a constituição de valores sociais e morais de acordo, ou não, com os esperados pelo grupo ao qual pertence.

A identidade como constituída em um plano puramente social ou individual, acaba por simplificar o fenômeno da constituição da identidade ou do sujeito: “Fundamentalmente, estes dois posicionamentos, identidade individual e social, são problemáticos porque para qualquer uma das alternativas, teríamos de encontrar um sujeito produzido em uma dimensão puramente individual ou puramente social” (Hoenisch, 2003).

Dessa forma, o estigma de agressor torna-se algo que toma o sujeito como diferente dos outros, estabelecendo distinções através de marcadores sociais e culturais que, em geral, funcionam para agrupar, classificar e ordenar podendo, inclusive, associá-lo a visões marginalizadas e de negação coletiva da ordem social.

Segundo os criminólogos interacionistas, a conduta infratora não será uma qualidade da conduta individual, mas sim uma atribuição, uma etiqueta, que resulta da interação social, aspecto que também torna possível o questionamento da atribuição de uma identidade de agressor. Ainda, propõe outras formas de pensar o “desvio”, vinculando o homem às estruturas políticas, econômicas e sociais. Refere que o ato infrator é um ato político, porque o delinqüente exprime sua fuga na organização social e

econômica dominante e instituída. Dessa forma, a intervenção propostas por esta atividade (“Agressores Anônimos”), neste aspecto, pode ser considerada como reforçadora das reincidências criminais, através da sua visão estigmatizante e de etiquetamento ligada à análise de situações sociais (Hoenisch, 2003).

Os discursos que constituem estas intervenções vêm ao encontro de algumas práticas da psicologia que objetivam a questão da agressão e da violência como algo do indivíduo, de sua essência, procurando explicá-las através de traços de personalidade e de diagnósticos clínicos, como desvios de conduta. Em outros casos procura-se localizar a violência no espaço privado, especialmente o das relações familiares. Este saber trata o indivíduo como dissociado de seu contexto social, cultural e político, legitimando o que pertence à esfera pública e o que pertence à esfera privada. Para compreender o sujeito, ou melhor, tudo aquilo que é do sujeito e que este apresenta e produz, passa não só a adotar e a trabalhar dentro de uma lógica do privado mas, sobretudo, como tendo sua origem no privado, no individual, no familiar.

No momento em que se parte de uma perspectiva essencialista e biológica para dar conta da questão da violência, acaba-se por ignorar a diversidade de possibilidades de expressão do sujeito, suas diferenças culturais, sociais, econômicas, sexuais ou geográficas, engessando formas de ser e pensar. Pensar o ser humano através de seus vetores existenciais complexos é um desafio que se nos impõe, pois lidar com a alteridade, com a diferença ou com o outro nunca é uma tarefa fácil.

É devido a essa perspectiva de ser humano abstrato que a Psicologia já incorreu em diversas atrocidades na sua história como, por exemplo, os diversos sistemas classificatórios criados por algumas teorias, ou ainda o próprio conceito de normalidade, como algo ideal. Todas as pessoas possuem diferenças culturais que as identificam, que produzem diferentes modos de ser e pensar a si mesmos e ao mundo em que vivem.

É preciso deixar claro que com isso não buscamos justificar situações de agressão, mas sim trazer à tona a necessidade de revisitarmos nossos conceitos, com relação a questão das Políticas Públicas e do papel que a própria Psicologia desempenha neste sentido, procurando compreender as práticas e os sujeitos que nelas/delas se produzem, situados e compreendidos em seus contextos complexos. É preciso abandonar uma

explicação simplista que individualiza, padroniza e exclui sujeitos ao legitimar modos de vida, modos de ser, cristalizando identidades.

Um sistema classificatório aplica o princípio da diferença nas populações para poder dividi-las em várias características, ou seja, em sistemas classificatórios que dão ordem à vida social. Entretanto, é também pela construção destes sistemas que a cultura pode nos propiciar os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados (Woodward, 2000). As formas pelas quais a cultura estabelece fronteiras e distingue a diferença são cruciais para compreender as identidades.

O engessamento de classificações, que se dá através do estabelecimento de concepções binárias (feio/bonito, bom/ruim, agressivo/não agressivo, socializável/não socializável) constitui um procedimento de exclusão. Dentro dessa perspectiva, encontram-se as propostas de reintegração, reinclusão, para sujeitos ditos “desadaptados”, que necessitam de reeducação para “retornarem à civilização”, como se em algum momento estivessem estado à parte desta. Comumente não se percebe que esta desadaptação é, em grande parte, produzida pelo próprio sistema social e político (Zaluar & Leal, 2001).

A discussão que fizemos até aqui em relação a uma suposta identidade agressiva não nos desprende nem nos afasta dos princípios teóricos, políticos e éticos que nos levam a questionar a denominação de “anônimos” dada aos participantes deste grupo. Esta denominação vem de encontro a um dos grandes ideais que moveu a luta feminista, de nomear aquele que comete a agressão, discurso que deu visibilidade à violência doméstica e que passou a reivindicar que o Estado incorporasse essa questão como uma preocupação das Políticas Públicas.

Até o final do século XIX, início do século XX, prevaleceram os ideais liberais, que atribuíam ao Estado um papel mínimo de regulador do mercado pautado pela livre concorrência, portanto, alheio às questões sociais. Após a crise de 1929, a partir de uma série de fatores que se atravessavam na configuração sócio-econômica da época, intensificaram-se as discussões acerca deste papel. Resgatou-se, assim, os poderes políticos do Estado de interferência nas relações sociais, através da ação das Políticas Públicas. Desse modo, muitas ações do Estado foram resultados da participação de diversos movimentos sociais que lutavam pela garantia de direitos. Um dos movimentos que marcou época foi o movimento feminista,

na segunda metade do século XX, cujo mote “o pessoal é político” acabou por ser incluído na agenda das Políticas Públicas (Carvalho, et.al., 2002).

Foi neste contexto, que o movimento feminista realizou rupturas, através das lutas pela emancipação e garantia dos direitos das mulheres, através da busca por seu lugar no espaço público, utilizando-se de artifícios como a imprensa para dar voz à perspectiva emergente de igualdade entre gêneros. Essa inserção e tomada do espaço público, por longo tempo vetado às mulheres, significaram uma conquista na investida contra a opressão e a violência simbólica que produzia relações assimétricas entre homens e mulheres, segregando as últimas à “privação do privado” (Soihet, 1997).

A partir desses discursos, que objetivavam a necessidade de explicitação de uma violência simbólica - produtora de desigualdades entre gêneros - é que a violência doméstica vista há muito tempo como uma questão do espaço privado, como algo de responsabilidade individual ou familiar, passa a ganhar visibilidade e ser considerada como uma preocupação do público, através das práticas engendradas pelas Políticas Públicas. Um marco neste processo foi o surgimento das delegacias de mulheres, para dar conta desta demanda. Assim, discursos emergentes enunciavam a importância de “identificar” o agente da agressão, de “dar cara ao homem que comete a agressão”, principalmente se tratando da violência doméstica. As discussões propostas por perspectivas teóricas feministas objetivam uma agenda política de “denunciar a violência”, trazendo-a para ser debatida no espaço público, sob a responsabilidade do Estado. Foi justamente esta postura de desvelamento da situação de violência doméstica que possibilitou a emergência desta categoria como uma preocupação do Estado.

Conforme mencionado anteriormente, o grupo de “Agressores Anônimos” foi realizado em diversos locais. De alguma forma, todos eles estão associados a espaços do Sistema Judiciário que, muitas vezes, é relacionado a questões morais, a um espaço de opressão e de controle. No entanto, cada um destes espaços possui peculiaridades, no sentido de que estabelecem/implicam diferentes formas de relação.

De acordo com o percurso do grupo, em alguns momentos, a via pela qual os homens foram chamados a participar destes se deu de forma “compulsória”. No espaço da delegacia, por exemplo, eram encaminhados pelo delegado após a auditoria. Esse procedimento denota o uso de mecanis-

mos de controle social que acabam por ser, também, violentos. Trazemos aqui o conceito da violência simbólica, considerada aquela que exclui e domina por meio da linguagem (Zaluar & Leal, 2001). Ou ainda, aquela que não possui visibilidade e se estabelece nas relações de poder (Abramovay et al., 2002).

As autoras Zaluar e Leal (2001), citam Tavares dos Santos, para falar desta violência, que possui forte manifestação, através das instituições pela afirmação de poderes, legitimados por uma determinada norma social, que lhe confere esta forma de controle. Configura-se, então, como um dispositivo de controle aberto e contínuo, caracterizado pelos “excessos”, “jogos” de poder, pelas práticas disciplinares que produzem dano social, ao fixarem determinados sentidos hegemônicos e imediatos acerca do mundo. Estas são questões que ganham visibilidade quando tratamos da temática da violência, principalmente no âmbito das Políticas Públicas, pegando como exemplo a Justiça Terapêutica. Esta traz colada, arbitrariamente, as concepções de justiça, violência, controle, punição e identidade, bem como as perspectivas de reinserção ou reintegração, já citadas anteriormente.

Juntamente ao que discutimos sobre o caráter anônimo, também se aborda questionamentos em relação à condição de compulsoriedade colocada ao grupo de homens, mesmo que de forma não explícita. Conforme relatamos nos procedimentos sobre a pesquisa, os grupos estabeleceram-se no Fórum, onde os participantes eram encaminhados pela juíza durante a audiência. Esta configuração leva ao fato de acabarem relacionando sua presença nos grupos a uma forma de obterem benefícios em seu processo judicial. Assim, mesmo não tendo um caráter de compulsoriedade, neste momento, os mecanismos de controle e disciplina se fazem presentes por outras vias, menos explícitas.

A forma de realização e adequação de determinados processos estruturais da sociedade evidencia-se na enunciação dos jogos de força e de poder que podem estar presentes nos discursos hegemônicos de práticas psicológicas utilizadas pelo Estado no engendramento de Políticas Públicas. Isto pode tornar-se mais complicado não só para os sujeitos usuários dessas Políticas Públicas, como também para o desenvolvimento das ações dessas, principalmente, quando estas objetivam tratar de temáticas mais complexas e subjetivas dos sujeitos, como é o caso da violência social.

## Considerações Finais

A partir das discussões realizadas, fica evidente que as práticas psicológicas que orientam ações e estratégias de algumas Políticas Públicas - em especial as que se organizam para lidar ou diminuir com a violência - apesar de sua busca por reformulações constantes, demonstram não possuir maior clareza e crítica em relação a alguns conceitos. Um exemplo disso, é o efeito dos sentidos sobre as diversas concepções de ser humano, sujeito, identidades, diferenças sociais e culturais e marcadores identitários que se colocam em intersecção - de forma conflitiva ou não - com as relações de gênero, espaço público e privado, poder judiciário e outras.

A Psicologia tem, assim, o desafio de articular a questão da violência em suas práticas junto às Políticas Públicas buscando uma abordagem mais complexa que, no mínimo, consiga ser problematizadora de questões do contemporâneo que envolve a violência. Assim, a temática concernente à violência deve apresentar, para este campo do conhecimento, uma diversidade de entendimentos teóricos.

Tendo em vista a diversidade do ser humano, as práticas psicológicas no contexto das ações públicas (Políticas Públicas) não podem dispensar uma discussão ontológica e epistemológica sobre sujeito e realidade, que norteiem suas intervenções. Este apontamento remete à necessidade emergente de que se promovam cada vez mais trabalhos com caráter inter, ou ainda, transdisciplinares que busquem dar conta de contextos complexos, constituídos por vetores diversos, como é a discussão das temáticas sobre violência.

A diversidade cultural e simbólica dos grupos humanos se constitui em uma complexidade que praticamente desafia os campos de saber a inventar e criar formas singulares de combater o fenômeno da violência em prol da defesa da vida. Desta forma, os processos políticos, sociais e econômicos apresentam-se como fatores que não podem ser negados ao se falar em novas perspectivas para a psicologia em sua interlocução com as Políticas Públicas. São elementos que servem como possibilidades de ampliação para discussões de cunho teórico e epistemológico, o que se torna fundamental do ponto de vista ético das práticas psicológicas.

A partir da compreensão da produção de sentidos sobre violência

em relação aos homens ditos agressores, torna-se visível o quanto são interpelados por discursos que localizam a problemática da violência no espaço privado. Esta noção vem ao encontro de determinados saberes da psicologia que buscam explicar situações da violência a partir de uma compreensão individual ou familiar. Como colocadas anteriormente, estas questões estavam presentes nas falas dos homens e remetiam a produção da violência às relações familiares, atravessadas por problemáticas como o uso de drogas, a dificuldade de estabelecer diálogo, a preocupação com a educação dos filhos, as relações de carinho e cuidado, os diferentes modos de agressão, a preocupação em diferenciar o certo do errado, o bom do mau, entre outros.

Entretanto, por vezes, os grupos de discussão com esses homens tornaram-se, também, espaços reflexivos, possibilitando a emergência de outras produções de sentidos que propiciavam a reflexão de outros modos de se pensarem como sujeitos no mundo em que vivem, impondo-se a determinados significados de discursos hegemônicos, como por exemplo, em relação a uma identidade agressiva naturalizada. A compreensão dessas questões foi de suma importância para que pudéssemos, durante o desenvolvimento do processo da pesquisa, problematizar as práticas psicológicas no âmbito das Políticas Públicas. Assim, buscou-se, a partir da reflexão sobre a condição desses homens discutir as práticas psicológicas no contexto das Políticas Públicas que tratam da violência. Partimos da perspectiva da violência como algo que é do público, que se produz nas relações sociais e não como características naturais da identidade e decorrentes do espaço privado.

## Notas

<sup>1</sup> Esta perspectiva compreende as relações sociais como relações de dominação e economicamente determinadas;

<sup>2</sup> Não é de nosso interesse, neste momento, aprofundarmo-nos na questão da violência doméstica, nem tampouco relacioná-la diretamente com a discussão acerca da violência. Considerar que a violência é uma categoria histórica e socialmente construída. Neste artigo, visamos problematizar as práticas psicológicas, categoria histórica e socialmente construída. Neste artigo, visamos problematizar as práticas

psicológicas, cuja intervenção promove uma colagem arbitrária entre a violência e a violência doméstica, quando não problematizadas em relação as concepções entre os espaços público e privado.

<sup>3</sup> Esta ONG é por nós entendida como uma Política Pública e Social à medida que consiste em uma ação coletiva voltada para garantia de direitos sociais e está inserida numa rede de prestação de serviços, locada e interconectada a órgãos públicos, como o Sistema Judiciário, através de uma relação de interdependência. Assim, sua função e viabilidade são conferidas pelo Estado, por assim dizer. Desempenha, então, um importante papel político de intervenção junto à população, de maneira a implementar a ação do Estado

<sup>4</sup> Os grupos eram coordenados por uma Psicóloga, que possuía vínculos de trabalho com o Sistema Judiciário.

<sup>5</sup> O abandono ou evasão escolar se dá por motivos como a necessidade de trabalho, que é reforçada pelo grande abismo que se estabelece entre o ensino formal e as demandas do mercado de trabalho, entre outros.

<sup>6</sup> Momento em que acontece a queixa de envolvimento em agressão, em que os homens são ouvidos pela primeira vez pelo técnico responsável.

<sup>7</sup> Momento em que as partes envolvidas na situação de agressão são ouvidas pelo/a juiz/a e se busca chegar a uma solução a respeito do caso.

<sup>8</sup> Esta profissional, responsável pelas intervenções, é graduada em Psicologia e Direito, exercendo neste momento uma função de mediadora dos grupos a partir de referências da Psicologia, no entanto, em um local que remete a um saber jurídico, o que facilitou sua inserção.

<sup>9</sup> Estes homens são assim considerados pelas instituições jurídicas e pelas intervenções que se estabelecem neste âmbito.

<sup>10</sup> Em função de nossa proposta neste artigo estar vinculada à problematização das práticas psicológicas que orientam ações no espaço público, fizemos apenas uma breve referência aos resultados desta primeira parte da pesquisa, que podem ser encontrados de forma mais abrangente e completa no artigo: Guareschi, Neuza; Comunello, Luciele; Nardini, Milena; e Weber, Andrei. Discussões sobre a violência: trabalhando a produção de sentidos. Psicologia: reflexão e crítica, n.01, 2006.



## Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam, CASTRO, Mary Garcia, PINHEIRO, Leonardo de Castro, LIMA, Fabiano de Sousa, MARTINELLI, Cláudia da Costa. (2002). Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO.

CARVALHO, Alysson, SALLES, Fátima, GUIMARÃES, Marília, UDE, Walter. (2002). Políticas Públicas. Belo Horizonte: Editora UFMG.

CHAUÍ, Marilena. (1995). Convite à filosofia. São Paulo: Ática.

COIMBRA, Cecília. (2002). Por uma Psicologia Cidadã. In: Entre Linhas, Porto Alegre, n. 15, p 6-7, jul./ago. 2002.

GOFFMAN, E. (1982). Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

HALL, S. (1997). A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: Revista Educação e Realidade. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, v. 22, n.º 2, p. 15-46.

HOENISCH, Júlio César Diniz. (2003). Divã de Procusto: critérios para a perícia criminal no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e da Personalidade)- Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MELLO, Sílvia L. de. (2003). A Violência Urbana e a Exclusão dos Jovens. In: SAWAIA, Bader (Org.). As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes. p.129-140.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). (1999). O que é afinal Estudos Culturais? Belo Horizonte: Autêntica.

\_\_\_\_\_. (2000). A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz (org). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, Vozes.

SOARES, Barbara Musumeci. (1999). Mulheres Invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SOIHET, Rachel. (1997). Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. In: Revista Estudos Feministas. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ vol.5, n.1, p.7-29.

SORGE, Bartolomé. (1993). A Violência. São Paulo: Loyola.

SPINK, Mary Jane (Org.). (1999). Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez.

VEIGA-NETO, Alfredo Veiga. (2000). Michel Foucault e os Estudos Culturais. In. COSTA, Marisa. Estudos Culturais em educação: mídia, ar-

quitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema.... Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, p.37-69.

WOODWARD, Kathryn. (2000). Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomas Tadeu da (org.) Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, p. 73-102.

ZALUAR, Alba, LEAL, Maria Cristina. (2001). Violência extra e intramuros. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: ANPOCS – Associação Nacional do Pós-Graduação em Ciências Sociais, Fev 2001, vol.16, no.45, p.145-164.

ZIZEK, Slavoj, BUTLER, Judith, LACLAU, Ernesto. (2000). Contingency, hegemony universality: contemporary dialogues on the left. London: Verso.

Neuza Maria de Fátima Guareschi  
e-mail: nmguares@pucrs.br

Júlio César Diniz  
e-mail: nmguares@puc

Luciele Nardi Comunello  
e-mail: luciele@bol.com.br  
ou lelicomunello@hotmail.com

Milena Nardini  
e-mail: milenanardini@pop.com.br

. recebido em janeiro de 2004.  
. aprovado em janeiro de 2005.

## Grupos *SKINHEADS* e *HIP-HOPPERS*: reflexões sobre violência coletiva.

Telma Regina de Paula Souza

Professora da Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP

### Resumo

Problematizamos os Sentidos da violência coletiva a partir de pesquisas que realizamos com dois movimentos sociais: dos *skinheads* e dos *hip-hoppers*, nas quais enfocamos a constituição das identidades coletivas nesses grupos. No presente texto, discutimos a violência como poder/força nos grupos *skinheads* problematizando as idéias de “sub-cultura”, das sociabilidades pós-modernas e da busca de uma utopia ou resgate de mitos orientados em ideologias comunitaristas. Nos grupos *hip-hoppers*, discutimos a violência como ausência de poder e a busca de um reconhecimento positivo de identidades sociais excluídas.

### Palavras-chave

*Skinheads*, *hip-hoppers*, violência, poder, sentidos políticos.

***SKINHEADS* and *HIP-HOPPERS* groups: reflections on collective violence.**

**Abstract**

A reflection is made on Meanings of collective violence based on researches developed by us with two social movements: that of the *skinheads* and that of the *hip-hoppers*, focusing on the constitution of collective identities in these groups. In the present text, violence is discussed as power/strength in the *skinheads* groups, selecting as research object ideas of “sub-culture” of the post-modern sociabilities and the search for a utopia or the rescue of myths oriented by communitarian ideologies. As for the *hip-hoppers* groups, violence is discussed as a lack of power and the search for positive recognition of excluded social identities.

**Keywords**

*Skinheads, hip-hoppers, violence, power, political meanings.*

## Sentidos da violência coletiva

Sem termos a pretensão de apreendermos todos os sentidos históricos do que tem sido identificado como violência no mundo contemporâneo, buscamos problematizar a violência coletiva, enquanto uma manifestação política, mesmo destituída de qualquer proposta de organização do espaço público, no qual o político constitui-se nos antagonismos sociais entre diversos segmentos sociais definidos nos diferentes “lugares” de poder.

Apesar de todas as polêmicas<sup>1</sup> em torno das Reflexões sobre a Violência de Sorel, partimos de sua distinção – em seu estudo acerca da greve política – entre força, como atos da autoridade, e de violência como atos de revolta.

*“Diríamos, portanto, que a força tem por objeto impor a organização de uma certa ordem social na qual uma minoria governa, enquanto a violência tende à destruição dessa ordem.” (Sorel, 1992: 195)*

Uma revolta, acrescentamos, nem sempre plasmada em uma ideologia revolucionária, mas uma revolta como uma negação de uma ordem social. Como força coloca-se na ordem do legítimo e, como violência, a ilegitimidade enquadra os atos violentos na ordem da contravenção e do ilegal, justificando o uso da força para detê-la, o que, normalmente, ocorre antes mesmo da manifestação da violência considerada ilegítima.

Na dimensão histórica, Sorel analisa a luta de classes e a revolta proletária tendo como enquadre analítico o início do século XX, portanto, momento em que o proletariado, no bojo das teses marxistas (questionadas por Sorel<sup>2</sup>), figurava como sujeito revolucionário. Um século se passou e o proletariado já não comporta essa dimensão propositiva, ele tornou-se refém das conquistas que obteve em suas lutas. Não se trata mais de se opor à ordem, mas compor a ordem que se legitima através da força do direito do Estado. Com o “fracasso” operário na legitimação de uma outra ordem, proliferaram os “sujeitos revolucionários”, quase sempre constituídos nos diálogos de segmentos da sociedade civil com o Estado, possibilitados pelo regime democrático liberal que institui a política como um dever de todos na legitimação da ordem social.

Na perspectiva dialógica, identificada como negociação (presentes nas “políticas sociais”), a violência é desqualificada como puro ato de selvageria, como um fechamento à interlocução que, por princípio, vai contra a lógica civilizada e democrática. Seguindo as reflexões de Sorel, essa desqualificação baseia-se nas conseqüências imediatas da violência e não no seu sentido histórico.

Michaud (1989) apresenta uma classificação da violência política que pode sinalizar para os sentidos históricos da violência; vejamos:

1. Violência sociopolítica difusa, que engloba rixas, motins espontâneos, revoltas, rivalidades entre grupos, seitas, comunidades, aldeias, as batalhas entre corporações, as insurreições, pilhagens e o banditismo.

*“Trata-se de uma violência primitiva que permanece local, pouco organizada e bastante espontânea. (...) não deixam traços e não suscitam a reorganização do poder. (...) Eles atestam sobretudo o estado de sociedades onde o recurso coletivo à violência ainda não está excluído, onde a violência ainda não é monopólio do Estado mas permanece um elemento normal da vida social e política.” (Michaud,1989:22)*

2. A violência contra o poder ou violência de baixo, que visa a reorganização do poder através de levantes, revoluções como também golpes de Estado e *putschs*. Para Michaud, é uma violência “(...) ‘moderna’, por oposição à violência difusa da autodefesa das comunidades. Diante de si ela encontra a organização crescente do Estado, sua apropriação cada vez maior da violência legítima, bem como os mecanismos de ritualização dos conflitos que amortecem a competição pelo poder” (Michaud,1989:23).

Nos Estados modernos ocidentais, tal violência, favorece o surgimento e desenvolvimento das forças policiais, para se garantir a repressão e manutenção da ordem transgredida por esses movimentos políticos.

3. A violência do poder ou violência de cima, que busca assegurar a estabilidade do poder político, que se manifesta nas formas

despóticas e tirânicas do poder político, na repressão e no terror.

4. O terrorismo, que consiste na eliminação sistemática dos inimigos políticos como forma de intimidação pelo terror.

*“Freqüentemente próximo de uma concepção da guerrilha urbana, o terrorismo contemporâneo nem sempre escapou dessa maneira de pensar, buscando tornar-se elo de ligação de uma vanguarda consciente e organizada junto às massas que ele deve sensibilizar” (Michaud,1989:32).*

O terrorismo também pode ser de Estado, quando esse viola os mecanismos de controle da violência que pode exercer em um processo de “deslegalização da vida política”, com estado de sítio, tribunais de exceção, lei marcial ou outros “estados de exceção”, nem sempre declarados, como aparece no sistema totalitário.

5. Violência relativa ao desmoronamento da comunidade política, visto através das guerras civis, em que há uma hiperviolência, uma vez que a comunidade política não tem poder de controle social.

*“Não se trata apenas de um alto nível de violência mas da transgressão generalizada que resulta do desmoronamento de todos os fundamentos da comunidade: é a guerra de todos contra todos no Estado de natureza, segundo Hobbes, que insiste sobre a absoluta imprevisibilidade das interações num mundo que a lei comum do Leviatã não rege” (Michaud,1989:33).*

Podemos entender que essas formas de violência têm em comum a demonstração de força, e, muitas vezes, estão presentes em um mesmo período histórico. O tipo de força utilizada pode ser diferenciado em três dimensões: força instrumental, força simbólica e força expressiva.

*“A força instrumental é orientada diretamente para perseguir um escopo (objetivo). A força simbólica é utilizada como meio*

*para transmitir uma mensagem, para afirmar diante dos outros a posição social de quem a usa. Enfim, a força expressiva manifesta as necessidades profundas e/ou situações de crise de identidade dos atores.” (Melucci, 1976:53)*

De modo geral, a função da violência é destruir os inimigos políticos ou impossibilitá-los de agir, sendo essa última, segundo Stoppino (1993), a função mais usual, violência empregada para dominar a resistência e vontade do adversário político. Outra função discutida por esse cientista político, entre outras, tem um caráter simbólico.

*“O recurso ao uso extremo da Violência exprime a gravidade de uma situação de injustiça e a legitimidade das reivindicações do grupo rebelde. A violência susta as regras da ordem social constituída: com a arma dramática e terrível da Violência, os homens que a empregam quebram a lei e se auto-proclamam legisladores em nome da justiça. Esta carga simbólica da Violência depende de certas condições: por exemplo, a Violência não deve ter sido desvalorizada por um uso endêmico ou por motivos leves; o ato de Violência deve atingir o grupo antagônico, em particular homens e coisas que simbolizam a causa do estado de injustiça do grupo rebelde” (Stoppino, 1993:1296).*

Nesse sentido, os atos de violência produzem um efeito simbólico, ao menos chamando a atenção da sociedade para os atores da violência, o que serve para dar visibilidade às reivindicações ou ressentimentos do grupo que usa tais atos. Na dimensão desse grupo, a violência pode “favorecer a formação de uma consciência de grupo e de estabelecer a identidade e os limites do próprio grupo” (Stoppino, 1993:1297).

*“São os atos violentos dotados de uma grande carga simbólica de afirmação da legitimidade os que têm maior peso na promoção de uma ‘consciência de grupo’ entre os que se encontram na mesma situação de desvantagem. Ao mesmo tempo, a Violência separa o grupo do resto da comunidade e, muito especialmente, coloca esta comunidade em contraposição com o grupo antagônico contestando sua legitimidade: a identificação do inimigo tem aqui um papel importante na busca da própria identidade” (Stoppino, 1993:1297).*



Sem discorrermos acerca de outras funções políticas da violência, tratadas pelo autor citado, nos deteremos nessa última para problematizarmos alguns grupos que estudamos em duas pesquisas realizadas nos últimos anos. Tais pesquisas problematizaram a constituição da identidade de grupos sociais bem distintos, os *skinheads*<sup>3</sup> e os *hip-hoppers*<sup>4</sup>, sociologicamente classificados nos estudos sobre grupos ou movimentos de jovens.

Embora os propósitos dos estudos realizados estavam centrados na compreensão da formação identitária<sup>5</sup>, a violência pode ser destacada enquanto modo de agir de alguns grupos e como discurso político em todos os grupos estudados, sendo que, enquanto discurso, assume diferentes significados.

De forma abrangente, compreendemos que os diferentes significados encontrados nesses grupos constituem três sentidos políticos da violência coletiva:

- (1) um sentido “representacional”, em que a ausência de poder de segmentos sociais “à margem do sistema” configura a violência como realidade cotidianamente vivida, como uma forma de linguagem tanto dentro do grupo como desse com a sociedade em geral. A violência “representa” um lugar, um pertencimento, uma condição sócio-econômica;
- (2) um sentido reativo, em que a percepção de um grupo de que seu poder está ameaçado, coloca a violência como estratégia para restauração ou criação de uma ordem que mantenha um poder imaginário; e
- (3) um sentido propositivo, em que a violência expressa uma luta de vida ou morte em torno de uma utopia, ou de um projeto individual, alicerçado no reconhecimento social.

Trataremos de cada grupo pesquisado separadamente, que em alguns aspectos se aproximam analiticamente e, em outros, são inversamente proporcional, mesmo que possam ser considerados como polaridades opostas de um mesmo processo de “modernização” da sociedade.

### ***Skinheads*: violência como poder.**

Considerando o propósito dessas reflexões, não trataremos aqui das particularidades do universo *skinheads*, embora seja importante destacar que tal universo é plural, visto que sob a denominação *skinheads* encontramos identidades múltiplas, singulares e contraditórias, que, *grosso modo*, podem ser agrupadas em três dimensões analíticas: (a) relacionada à “sub-cultura” juvenil, expressando um movimento de oposição a uma ordem sócio-cultural, com ou sem uma proposta alternativa concreta, ou um projeto societário; (b) relacionada à indústria cultural, expressando o consumo de determinados “produtos” culturais que transformam o consumidor em mercadoria, em um processo de mimese identitária que fomenta principalmente a indústria da moda e fonográfica e (c) relacionada a ideologias políticas, quer seja de direita ou esquerda, extremas.

Nesses enquadramentos já podemos pressupor que a violência assume diferentes formas e significados, todos comportando um caráter político diferenciado, não correspondente, necessariamente, as classificações discutidas por Michaud.

Abordaremos essas dimensões das formações identitárias isoladamente, embora, no plano da realidade aparente, fortemente apresentada pela mídia jornalística, sejam dimensões que se confundem ou que são tratadas indistintamente.

#### **(a) “Sub-cultura”: contra hegemonia ou expressões de singularidades possíveis?**

O enquadre analítico de grupos *skinheads*, nas teorias sociológicas, como uma sub-cultura, antes de mais nada, define um conceito de cultura que atende a manutenção de uma ordem social hegemônica.

Tanto a idéia de sub-cultura como a de contra-cultura, baseiam-se em pressupostos acerca da produção da cultura enquanto um eixo civilizador norteado para uma evolução progressiva de estados de barbárie para estados de plena coexistência pacífica entre os homens. Pressupõe-se cultura como civilização e essa como a capacidade reguladora dos humanos, que freia seus instintos em benefício de uma determinada comunidade. Assim, a cultura e sua produção são sempre moralmente elevadas, tratando a moral

como um princípio superior na ordenação das sociedades.

Só a partir desses pressupostos é que se pode classificar formas de expressões humanas como contra ou sub-culturas; a referência classificatória está plasmada em uma cultura, ou seja, em um modo “consentido” de regulação social, expressos nas formas de produção da existência humana e nos significados e sentidos que essas possibilitam, tanto na dimensão material como simbólica.

Dessa idéia pode derivar uma explicação da violência como sub-cultura da violência, como uma derivação marginal da cultura mãe, como uma patologia social o que, como nos adverte Melucci (1976), é uma explicação “*que transcreve em chave moderna e com linguagem das ciências sociais uma filosofia pessimista sobre a natureza humana e suas predisposições inatas*” (Melucci, 1976:53).

Esclarecemos, portanto, que usamos a categoria sub-cultura como uma referência analítica imperfeita<sup>6</sup> – posto que é ideologizada –, que nos permite identificar diferenciações identitárias, porém, nossa compreensão de cultura<sup>7</sup> implica que as formas de expressão analisadas nos grupos que estamos enfocando são formas “culturais filogênicas”, no sentido que compõem as possibilidades de produção cultural em sua gênese histórica.

Posta enquanto sub-cultura, nos estudos sociológicos, expressa uma negação da cultura hegemônica, revelada na construção de um estilo (Hebdige, 1983), ou seja, da construção de uma outra ordem simbólica.

Os significados atribuídos às expressões tidas como sub-culturais, normalmente, comportam a conotação de desviante e subversivo, o que não implica, necessariamente, tratá-las na esfera da ilegalidade. Podem também comportar uma conotação menos negativa e até serem valorizadas no plano da crítica cultural, geralmente analisadas como expressões contra-culturais. O “sub” carrega o peso de algo marginal, não legitimado na ordem cultural hegemônica, o “contra” indicaria uma forma de manifestação de oposição criativa em relação a elementos opressores de uma ordem social.

Nas manifestações concretas dos grupos assim classificados, a idéia de oposição a uma estrutura de poder está presente nos dois enquadres, porém, na perspectiva da contra-cultura a oposição é naturalizada através

de uma visão que entende tais expressões como típicas do comportamento juvenil, não implicando em uma ameaça à ordem social, podendo, inclusive, ser considerada como uma inovação ou modernização cultural. No caso das expressões tidas como sub-culturais, a ameaça à ordem coloca-se na perspectiva do banditismo ou vandalismo, principalmente quando tais expressões implicam em atos de violência.

Apesar de sofrerem valorizações diferentes, ambas (sub e contra) são constantemente capturadas pela indústria do espetáculo midiático e podem se converter em mercadoria, nas indústrias da informação, da moda e da música. Também são um campo profícuo no mercado de trabalho de “especialistas” do comportamento, que definem o grau de aceitabilidade das expressões desses grupos e preparam programas de controle social para os desvios, principalmente quando tais comportamentos estão associados ao uso de drogas ilícitas.

Em nossos estudos temos indicado que:

“Menos ou mais ameaçadores, os grupos juvenis rompem com a ordem estabelecida, anunciando e colaborando para o enfraquecimento dos mecanismos de formação de consenso (as instituições sociais e políticas) – o que muitas vezes é entendido, enganosamente, como uma ameaça à democracia –, pois criam fissuras no tecido social que podem permitir a construção de outros significados; assim constituem-se como um movimento social (...)”  
(Souza, 1998: 114)

Afirmar essas expressões na dimensão analítica dos movimentos sociais, sociologicamente apresentados como movimentos culturais, implica em afirmar os grupos assim enquadrados na dimensão do político, reconhecendo que eles revelam um lugar de conflitos, no sentido discutido por Rancière (1996):

“A política é assunto de sujeitos, ou melhor, de modos de subjetivação. Por subjetivação vamos entender a produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação portanto caminha a par com a

*reconfiguração do campo da experiência*” (Rancière, 1996:47).

No processo de constituição desses grupos, genericamente enquadrados como *skinheads*, ou de outros muito distintos desses em suas expressões, ocorre uma desidentificação dos lugares *a priori* definidos para os indivíduos que compõem tais grupos. Nessa desidentificação de lugares, desidentificam a si-mesmos, criando e re-criando outras identidades, constantemente “reguladas” pela mídia e pelas interpretações científico-ideológicas.

A violência, na perspectiva desses grupos, pode, então, assumir diversos significados: ( i ) estético, como produção da visibilidade de um grupo; ( ii ) antagonista, como meio de impor uma **força ou potência** contra os supostos adversários e ( iii ) como ritual de pertencimento, que busca garantir o compromisso de lealdade de um indivíduo ao grupo. É como força/potência que a violência pode ser entendida como uma expressão de luta política, mesmo que tal potência seja investida contra um grupo adversário eleito simbolicamente como representante do poder ao qual o grupo *skin* se opõe.

Para Costa (1993), a violência observada nos “carecas do subúrbio” tanto tem o sentido de “*meio de libertação do dominado*” (p. 142), como há “(...) *uma espécie de fascinação pela violência, a violência triunfante, a violência que dá a sensação de poder, de potência. É através dela que o ‘careca’, que idealmente se concebe como o guerreiro, o herói que circula pelas noites da cidade, encontra imaginariamente sua realização*” (Costa, 1993:143).<sup>8</sup>

Podemos localizar tal violência, na classificação de Michaud (1989), como violência sociopolítica, embora, esse pensador compreenda que tal violência apareça em sociedades nas quais a violência seja um elemento normal da vida social e política e o Estado ainda não tenha o seu monopólio. Nos parece claro que o Estado adquiriu o monopólio legítimo da violência, porém, mesmo em sociedades avançadas, isso não implicou na eliminação da violência fora da esfera do Estado, onde essa é qualificada como ilegítima e, muitas vezes, ilegal.

A constituição de grupos *skinheads*, e outros, que usam a violência como forma de ação, se não sócio ou psicopatologizarmos seus protago-

nistas, revela uma ruptura na lógica do consenso almejado pelos administradores políticos. Essa ruptura pode sinalizar a falência ou insuficiência de um sistema de regulação sócio-político, principalmente o Estado, ou, como nos fala Michaud, pode estar relacionada ao desmoronamento da comunidade política que produz uma hiperviolência, uma vez que a comunidade política não tem poder de controle social.

O “lugar” que a juventude foi sendo colocada, desde o final do século XIX, possibilitou um terreno propício para que essa, principalmente após a II Guerra Mundial, fosse se constituindo como uma potência, ambigualmente despotencializada nas transformações marcadamente econômicas desse período.

Nos grupos de “caráter sub-cultural” há uma tentativa, às vezes desesperada, de capturar a potência colocada cada vez mais em um horizonte invisível. Assim, a oposição à uma hegemonia ou aos poderes que sustentam a ordem social torna-se uma luta difusa na qual se constroem inimigos imaginários, mas adversários concretos, visíveis, que podem ser combatidos no confronto direto. Constituem-se as gangues e suas tretas ou se elege um bode expiatório como adversário – judeus, marroquinos, argelinos, turcos, negros, nordestinos –, que será o depositário de toda insatisfação e revolta.

Em outro sentido, a violência contra essas vítimas indica uma condição de rivalidade entre grupos distintos que colocam no mesmo objeto a satisfação de seus desejos. Seguindo as reflexões de Girard (1972), o desejo é mimético; o desejo de um objeto de alguém assinala o desejo de outrem pelo mesmo objeto, de onde decorre o conflito. A partir dessa referência de compreensão, os estrangeiros que migram para países de destino, buscando uma boa qualidade de vida, produzem o mesmo desejo entre aqueles que não vivem essa boa qualidade em seus países de origem, como expressam alguns grupos de *skinheads* europeus.

**(b) Sociabilidade pós-moderna: negação da ordem como expressão do gozo hedonista.**

A constituição de grupos *skinheads* e outros, como os *hip-hoppers* que analisaremos abaixo, pode se dar em um sentido estritamente relacionado às formas de sociabilidade especialmente fomentadas pela indús-

tría do entretenimento. Na realidade, nessa dimensão, a constituição de grupos é bastante efêmera, pois os vínculos se mantêm apenas enquanto se mantêm o prazer de “estar-juntos”.

Os teóricos pós-modernos descrevem com clareza as características desses grupos ou dos indivíduos que constituem momentaneamente tais grupos. Tais teóricos, como Maffesoli, Lipovetsky e Ilardi, entre outros, usando categorias como pessoa, indivíduo ou identidade, enfatizam a liberdade individual e a sinergia produzida pelo estar-junto nos grupos ou tribos metropolitanas. Nesses casos, não há uma oposição ou projeto, mas é algo inédito que inaugura novas formas de sociabilidade nos segmentos basicamente de jovens.

Sem entrarmos nas reflexões desenvolvidas nessa linha de análise, e mantendo nossa criticidade em relação à apologia ao novo tribalismo subjacente em tais análises, reconhecemos a presença de um número significativo de indivíduos e “grupos” constituídos, enquanto forma expressiva basicamente estética, por essa lógica pós-moderna. Tais indivíduos e grupos apolíneos e narcísicos respondem às estratégias de manutenção das sociedades de consumo, constituindo-se assim como consumidores-mercadorias. A indústria cultural forja experiências, objetos e sujeitos que devem ser consumidos para sua própria manutenção.

Nesse caso, a violência é totalitária e simbólica, voltada para a manutenção de um sistema de poder definido pelos interesses econômicos que se ocultam na espetacularização da vida e na cultura do consumo. É uma violência de cima, próxima da discutida por Michaud, no sentido de que busca assegurar a estabilidade do poder político-econômico. Não se impõe como tirania ou terror, como tratada pelo autor, visto que seu poder de sedução produz um consentimento não declarado dos que são encantados por ela. Aqui, a violência não assume o sentido da agressão física, como geralmente é tratada, mas o sentido de uma força que impõe uma obediência espontânea; nesse sentido, ela assume um caráter simbólico e totalitário.

Na dimensão dos grupos, a violência também pode estar presente seja pelo efeito que essa produz no grupo ou como uma demarcação de um certo território, o que também ocorre no enquadre anterior e que tem sido analisado como expressões típicas de gangues, como discute Morin (1990)

acerca da violência nas sociedades de consumo.

“(...) a gang exerce uma fascinação particular, porque responde a estruturas afetivas elementares do espírito humano: baseia-se na participação comunitária do grupo, na solidariedade, na fidelidade pessoal, a agressividade em relação a tudo que é estrangeiro, na vindita (vingança em relação ao outro e responsabilidade coletiva dos seus), para realização dos instintos predadores e depredadores.

*A gang é como o clã arcaico, mas purificada de todo e qualquer sistema tradicional de prescrições e de interdições, é um clã em estado nascente. É o sonho maldito e comunitário do indivíduo ao mesmo tempo reprimido e atomizado, o contrato social da alma obscura dos homens sujeitos às regras abstratas e coercitivas. É por causa disso, aliás, que os jovens, tanto nos subúrbios como os dos bairros elegantes, tanto no Leste como no Oeste, tentem naturalmente a constituir ‘bandos’, clãs-gang elementares, para viver conforme o estado natural da efetividade” (Morin, 1990:113).*

Esses indivíduos atomizados, sem um projeto ou utopia, quando juntos, podem desafiar a ordem social, pelo simples prazer do desafio. Não assinaram nenhum contrato social que limite suas ações e assim transgridem regras nas quais não vêem nenhum sentido. O Estado não representa nada, não os protege, não oferece a segurança prometida na justificação de sua origem e assim estão autorizados a negá-lo através de transgressões que podem conduzir a uma organização criminal.

Essas questões nos levam a problematizar as instituições sociais, em particular o Estado, que não têm garantido o sentimento de proteção à sociedade como um todo. Isso tem conduzido algumas análises em torno da idéia de um “Estado marginal”, no crime organizado, nas ações terroristas e mesmo de algumas organizações não governamentais, o que sugere que a sociedade civil toma em suas próprias mãos o poder do controle social, não só em relação ao “dever-ser”, mas também no que tange a uma certa autorização do uso da força, o que estava colocado na esfera do Estado, legitimamente autorizado a usá-la.

O político, nesses casos, define-se na negação da política, na nega-



ção de qualquer referência universal a favor da completa manifestação do particular. Assim, apesar de uma certa ambigüidade analítica, Ilardi (1995) discute o indivíduo na metrópole, contrapondo-se à idéia de identidade que pressupõe a presença e reconhecimento do outro:

*“(...) um indivíduo, não sujeito formal de direito, mas homem concreto que se apropria de mercadorias e que impõe, sobre qualquer outra necessidade, o seu pedido de liberdade: liberdade de mover-se, de enriquecer-se, de consumir. No seu próprio exclusivo e material interesse. E há o espaço metropolitano que pode oferecer-lhe esta possibilidade porque aqui o social morreu, e com ele a política. O social como solidariedade e mediação da política e a política como discurso geral e mediação de interesses.” (Ilardi, 1995:7-8).*

Para Ilardi, os *skinheads* representam a crise da solidariedade e a impossibilidade de se produzir, na atualidade, “*relações sociais estáveis e comunidades permanentes*” (Ilardi, 1995:105), o que, como discutiremos abaixo, os *hip-hoppers* vivem como forma de agir político.

Em um certo sentido, Wieviorka (1997) aproxima-se dessas idéias quando, ao propor um novo paradigma da violência, discute quatro novos significados da violência nas sociedades atuais que, a partir dos anos 60, imputa a violência principalmente a fenômenos de bandos e condutas juvenis.

Um dos significados, para Wieviorka, está relacionado à idéia do esgotamento do sujeito, o que ele chama de “universo sem atores”, no qual ocorre o choque das identidades e das culturas em detrimento das “*relações mais ou menos negociadas que implicam em um mínimo de reconhecimento mútuo*” (Wieviorka, 1997:14), o que, muitas vezes, tem substituído os procedimentos e mecanismos institucionais pelo simples uso da força.

Um outro significado que a violência assume atualmente, para esse cientista, está ligado ao declínio do movimento operário e às transformações no sistema de produção, no qual as relações industriais perdem sua centralidade. Assim, a luta não se coloca entre dominadores e dominados pela exploração, mas coloca-se na “*não-relação social, a ausência de*

*relação conflitual, a exclusão social, eventualmente carregada de desprezo cultural ou racial, que alimentam hoje em toda parte do mundo, inclusive na Europa ocidental, condutas amotinadoras ou uma violência social mais difusa, fruto da raiva e das frustrações.*” (Wieviorka, 1997:7). Os discursos dos “*skinheads* comunistas” italianos e dos “*carecas do subúrbio*” brasileiros, como de alguns integralistas e outros grupos juvenis brasileiros, nos apontam para essa compreensão.

*Grosso modo*, o central nessas questões, que entendemos fortemente relacionadas ao capitalismo pós-material ou pós-industrial, é a fragilidade do Estado tanto em relação ao controle social que deve exercer na organização de uma dada sociedade, como em relação à sua condição de refém do capitalismo financeiro internacional globalizado, vivido nacionalmente e cotidianamente nas relações de consumo. Alguns grupos de jovens, nessa lógica, caracterizam-se como um individualismo de massa, o que não exclui outras possibilidades de constituição grupal baseadas na solidariedade, como veremos abaixo.

**(c) Busca de uma utopia ou resgate de mitos: ideologias comunitaristas como base de ações coletivas.**

Uma terceira forma de formação identitária nos grupos *skinheads*, apóia-se em ideologias políticas, com ou sem vinculação partidária. Essa forma praticamente inexistente no Brasil, embora os *white power* apregoem o nazismo alemão como emblema identitário que supostamente daria origem a seus grupos. Tais grupos, porém, são inexpressivos no cenário brasileiro e podem até ser enquadrados na dimensão de uma identidade de consumo, como vimos acima, em que idéias, ícones, símbolos nazistas são mercadorias que os aglutinam como uma referência identitária.

Nos grupos mais ideologizados, ou que professam uma ideologia, a violência é uma estratégia de luta inevitável, pois só o confronto direto é entendido como capaz de garantir uma mudança social, quer seja no sentido de construir uma sociedade nova, no caso dos *skinheads* identificados com o comunismo, ou no sentido de resgatar uma sociedade do passado, no caso dos *skinheads* identificados com o nazi-fascismo.

A violência é um estado de guerra e essa é uma condição para a libertação da opressão.

Wieviorka (1997) discute que na atualidade temos um certo esgotamento de ações de violência política e do terrorismo de extrema-esquerda (Ação Direta, Brigadas Vermelhas, Células Revolucionárias, Facção Exército Vermelho, etc), tão presentes nos anos 70 e 80 <sup>3</sup>/<sub>4</sub> geralmente ligadas às ideologias marxistas-leninistas <sup>3</sup>/<sub>4</sub>, o que não significa que não haja possibilidades de retorno dessa violência<sup>9</sup>. A violência de extrema-direita também regrediu, “(...) muitas vezes substituída por condutas que não visam assegurar a seus atores o controle do Estado mas, ao contrário, a manter atividades privadas fora do controle do Estado” (Wieviorka, 1997:6). Apesar desse declínio da violência política em um plano mais abrangente, ela é a forma de expressão mais visível dos grupos *skinheads* da extrema direita. Violência dirigida contra aqueles identificados como obstáculo à libertação de uma nação ou continente (comunidade).

*“A violência nacionalista, desse ponto de vista, é limitada, freqüentemente mais étnica, ou até racial, do que propriamente nacionalista, e associada não tanto à idéia de assegurar a libertação de uma nação, mas de protegê-la de ameaças externas e purgá-la de tudo que poderia manchar sua homogeneidade. A idéia de nação, ontem força considerável de emancipação, hoje se associa não tanto a condutas violentas, mas, muito mais, a ideologias reativas cultivadas por uma comunidade ou por alguns de seus segmentos preocupados com o fechamento econômico e com a pureza cultural, e mesmo racial.” (Wieviorka, 1997:7).*

Isso parece evidente nas entrevistas com os *skinheads* fascistas que estudamos, tanto que consideramos como secundário, em nossas análises, o nacionalismo desses grupos italianos e destacamos o discurso da “comunidade européia”.

A ação desses grupos tem como base uma idéia de sociedade ideal, idéia que se apresenta como mito ou utopia. No caso dos *skinheads* da direita extrema a base é o mito de uma sociedade já vivida nos regimes políticos totalitários (nazismo e fascismo), ou até mesmo em um suposto reino de Atlanta. No caso dos *skinheads* identificados com a esquerda extrema a base é a utopia de uma sociedade socialista que só poderá ser vivida com a superação do capitalismo através da luta de classes. Nesse sentido, tomando as reflexões de Sorel (1992) como um ponto de referência

analítica, os *skins* nazi-fascistas atuam de forma muito mais violenta que os comunistas, pois os últimos abrem certos espaços de “negociação” ou de participação junto aqueles com quem podem se aliar, o que, para Sorel, indicaria uma perspectiva reformista possibilitada pela utopia.

*“Enquanto nossos mitos atuais conduzem os homens a se prepararem para um combate destinado a destruir o que existe, a utopia sempre teve por efeito dirigir os espíritos para reformas que poderão ser efetuadas fragmentando o sistema. Não é de surpreender, portanto, que tantos utopistas puderam tornar-se homens de Estado hábeis quando adquiriram uma maior experiência da vida política”* (Sorel, 1992:49-50).

Para alguns comunistas, a violência que vivenciam, inclusive, é uma condição do “lugar” onde estão lançados pelo sistema capitalista, ou seja, a violência é uma linguagem dos subúrbios de onde eles emergem, como é a linguagem da rua, o que aproxima os vários grupos sob a denominação *skinheads*. A rua define territórios e disputas, e autoriza o uso da força física, da violência.

*“Na ‘política da vida’ quem faz as leis são os que se apropriam simbolicamente dos territórios, é o ‘Estado marginal’, também presente em outras organizações como as do crime organizado. E nesse território é preciso combater, atacar o inimigo e se defender dele; assim a violência ganha legitimidade, não se trata de um ato puramente vândalo, pertence à racionalidade das próprias leis, o que se constitui num elemento identitário”* (Souza, 1998: 296).

Para os *skinheads*, os atos de violência são atos revolucionários, é o enfrentamento do adversário político que implica na definição de um “eles” antagonico ao “nós”. O “eles” é o inimigo objetivo (Arendt, 1989; Fisichela, 1992), aquele que impede a realização de uma utopia, ou a reencarnação de um mito.

Dentro do grupo (“nós”) a solidariedade é vivida como constituinte de uma comunidade singular, que no caso dos grupos de direita sobrepõe-

se ao indivíduo, pois a comunidade natural (família, nação ou continente) é preexistente à escolha individual, e nos grupos de esquerda é uma condição de luta (da classe operária) e uma meta a ser atingida (comunidade de destino). A ideologia que mantém uma idéia de comunidade, em ambos os casos, é romântica e a comunidade assume um caráter emocional.

Para a manutenção de uma comunidade natural, baseada na tradição, e para a construção de uma comunidade socialista, os atos de heroísmo são necessários, o que justifica a violência como estratégia de luta política de resistência, defesa e revolução.

No caso dos grupos brasileiros, tal justificação não faz sentido, a base ideológica dos grupos *skinheads* está ausente, mesmo que alguns indivíduos busquem uma sustentação ideológica, como pudemos observar quando Carecas do Subúrbio e Carecas do ABC aceitaram, temporariamente, a aproximação do extinto Partido Nacional Socialista Brasileiro e do Integralismo remanescente. A violência assume, predominantemente, o sentido da visibilidade em busca de um reconhecimento existencial de jovens marginalizados pelo sistema social, o que os “definem” no plano das “subculturas”, como discutido acima, em que a violência é uma expressão simbólica de um lugar de exclusão política.

Embora de forma difusa e ambígua, a violência coletiva expressa um dissenso que nega as formas de “consenso” produzidas no desenvolvimento dos Estados nacionais. Em certo sentido, podemos pensar que, no caso dos *skinheads*, a violência coletiva é uma forma primitiva de violência. A violência primitiva caracteriza-se, segundo Tilly (1976), por ter dimensões reduzidas, ser realizada localmente, com a participação de membros de grupos comunitários e por não ter objetivos explícitos ou políticos. Segundo esse pensador, foi uma violência típica da época pré-industrial, onde as festas, funerais, feiras permitiam a manifestação dessa violência coletiva como uma diversão para os jovens que, além da diversão, expressava as rivalidades comunitárias profundamente enraizadas.

A violência que pudemos observar em alguns grupos *skinheads* no Brasil e na Europa ocidental traz claramente uma “(...) combinação de espírito de corpo, divertimento, feroz determinação, uma combinação que os ingleses buscaram, de qualquer modo, transferir ao espírito esportivo” (Tilly, 1976: 237). Não é por menos que alguns grupos *skinheads* inglês

também pertencem aos *hooligans*.

Em outros casos, a violência coletiva desses grupos se aproxima mais do que Tilly denomina de reacionária<sup>10</sup>, uma vez que, mesmo tendo uma dimensão limitada, é uma reação a qualquer mudança que priva os participantes da violência de direitos que gozavam no passado, diferentemente da violência moderna, em que, na análise de Tilly (1976) - analisando a história da violência coletiva nos países da Europa ocidental -, seus participantes, geralmente, consideram que lutam por direitos que lhes são devidos mas ainda não gozaram. Para Tilly, a extensão dessa violência coletiva depende das reações daqueles que se opõem a ela.

No caso dos *skinheads* europeus a violência coletiva tanto pode ser primitiva, pois se vêem expropriados de direitos sociais que seus pais ou avós tiveram no passado, como moderna, pois os direitos que lhes são negados também nunca foram gozados por eles próprios a partir da crise do *welfare state*. Tilly discute a violência primitiva como predominante no desenvolvimento dos Estados nacionais, talvez possamos pensar que ela ressurgir com a ameaça a esse Estado no processo de globalização econômica. Se no período anterior havia uma reação aos lugares detentores do poder (nacional), hoje a reação mantém-se mas o alvo não é mais o Estado nacional propriamente dito e sim as forças econômicas que controlam esse Estado, cujo representante mais potente é os Estados Unidos da América. Todos os grupos que tivemos contato são contra o imperialismo norte-americano, no caso dos nazi-fascistas, associando o poder norte-americano às pretensões sionistas de dominar o mundo. Se houve resistência à nacionalização da política e da economia, também há resistência à globalização da economia e da política na atualidade, o que podemos observar claramente nas manifestações anti-globalização, ou anti-*establishment*, iniciadas em 1999 em Seattle.

Num plano mais abrangente, a “modernização da violência coletiva”, podemos dizer, está relacionada ao processo de ampliação das integrações sociais: das comunidades locais para nacionais, das nacionais para as globais. O deslocamento dos sistemas de poder produz uma exclusão dos indivíduos da comunidade política ou um enfraquecimento de seus poderes, e, organizados em grupos, os indivíduos reagem a essa exclusão no sentido de serem incorporados à “nova comunidade política”.

*“O fechamento dos canais de comunicação política, o desequilíbrio ou a ineficiência dos principais sub-sistemas funcionais, aos quais se atinge eventualmente uma crise econômica e o uso de mecanismos repressivos para controlar a demanda, explicam o caráter violento assumido pelos protestos sociais.” (Melucci, 1976: 54)*

Quanto mais os atuais sistemas de poder são refratários à inclusão ou ainda não possuem mecanismos para isso, mais se instiga a constituição de “outras comunidades políticas”: voltadas para o passado, o que tem sido predominante na forma dos fundamentalismos; ou voltadas para o futuro, na forma de uma “comunidade virtual”, cuja política é expressa no controle dos processos informáticos (comunidade política sem atores). Em ambas, a reação à ausência ou insuficiência do Estado nacional, constitui uma comunidade política sem Estado, como podemos caracterizar as manifestações anti-globalização.

Nessas manifestações, os atos de violência podem estar expressando ainda uma forma mais primitiva e reacionária (no sentido atribuído por Tilly), mas tais atos já indicam uma modernização através das ações organizadas nos *ciber*-espaços que podem fomentar novos associacionismos como foram os sindicatos e partidos no desenvolvimento dos Estados nacionais.

As questões que apresentamos acima não esgotam a compreensão dos *skinheads* e os sentidos das ações violentas que caracterizam seus modos de expressão, mas pensamos que já são suficientes para não banalizarmos as análises acerca desses grupos, assim como de outros aos quais são imputados adjetivos que só contribuem para a criação de estereótipos negativos, ao invés de contribuir para uma leitura da realidade revelada por tais grupos. Na seqüência, problematizaremos a violência coletiva tendo como foco de análise grupos que podem indicar uma outra face da violência coletiva.

***Hip-hoppers*: violência como ausência de poder.**

Novamente destacamos que, para os propósitos desse texto, não discorreremos acerca das particularidades dos grupos abrigados na denominação Hip-Hop, apenas assinalaremos questões relacionadas à temática enfocada nessas reflexões, ou seja, os sentidos da violência coletiva presente nesses grupos. Apesar desses limites, é preciso, ao menos, destacar uma particularidade, que não é exclusiva do Hip-Hop, como indicamos no caso dos *skinheads*.

Os grupos são plurais tanto nas suas formas de expressão como em relação aos indivíduos que se aglutinam em torno de tais grupos. Tal pluralidade, entretanto, tem sido homogeneizada em torno da periferia como lugar de resistência a um sistema sócio-econômico excludente, embora nem todos os indivíduos ou grupos pertencentes ao Hip-Hop pertençam à periferia como um lugar de moradia. Em alguns casos, a periferia é apenas um tema musical para jovens de classe média.

Enquanto um lugar de sociabilidade, a periferia é marcada pela violência em um sentido amplo: violência cotidianamente vivida na precariedade econômica, na ausência de recursos materiais, no crime organizado e na ação da polícia que a toma como local central da contravenção. Neste sentido, a violência é compreendida como uma característica de um lugar, via de regra, explicada pela associação entre pobreza e delito. Nessa lógica, a marginalidade social seria o vetor determinante das práticas violentas e, na impossibilidade de uma inclusão dos periféricos, a única ação possível é o controle da violência através dos aparatos repressivos.

Considerando uma leitura histórica sobre o surgimento do Hip-Hop, nos guetos de grandes cidades norte-americanas, tal movimento expressa a marginalização social desses espaços sociais e uma saída “honrosa” dessa condição marginal. Seria uma alternativa à vivência cotidiana da violência como forma de sociabilidade de grupos juvenis em permanente conflito, deslocando a violência como ação para a violência como discurso estético, normatizador de formas de sociabilidade baseadas na solidariedade entre iguais.

A violência converte-se em uma linguagem e essa em produto e, como tal, em mercadoria. Antes dessa “metamorfose” insidiosa, capturada



pela indústria cultural, o hip-hop, na sua origem, e na análise de Rose (1997), surge como uma expressão cultural da diáspora africana no cenário urbano pós-industrial. Cenário de exclusão marcante das comunidades negras e hispânicas, aglutinadas nas periferias das grandes cidades, que re-significam esses lugares como espaços de resistência que permite a constituição de uma identidade original, não afeta aos imperativos excludentes das transformações econômicas e sociais produtoras desses lugares.

A periferia, genericamente definida como tal, passa a ser valorizada e coloca-se como um eixo articulador de uma condição cidadã expressa na formação de grupos produtores da arte da periferia, arte que expõe a violência como uma forma de expressão e não como uma estratégia de ação transformadora.

No caso brasileiro, talvez<sup>11</sup> uma versão mais “branda (ca)” do Hip-Hop norte-americano, a periferia também aparece como um reconhecimento positivo, no sentido de uma valorização dos periféricos vitimados por um sistema de desigualdades sociais que é “intocável”.

Na ausência de utopias de uma transformação macro-social é na solidariedade entre iguais que o sentido político das ações *hip-hoppers* vai se constituindo. Uma política de inclusão não econômica mas na esfera da dignidade humana. Nesse sentido, discutimos em nossa pesquisa o sentido político da inclusão no Hip-Hop, através da cultura artística da periferia.

*“É a cultura das ruas que ganha evidência na música, dança e no grafismo. Cultura afirmativa que revaloriza um lugar de exclusão como produtor de significados que negam a exclusão. Lugar de encontros, denúncia, diversão e organização. Espaço de identificações forjadas no reconhecimento positivo de um pertencimento que permite a constituição de uma identidade cidadã como ponto nodal de outras identificações: ser periférico, ser pobre, ser negro, ser rebelde, ser falante, no som, no corpo, nos desenhos, que ocupam os espaços públicos das grandes e médias cidades. A política é uma manifestação, é a ocupação de espaços públicos para além de sua função operacional, na arquitetura das cidades. Uma manifestação provocante tanto na linguagem, ritmos e gestos, como na revelação da potencialidade criadora de um ‘lugar’ criatura, ou seja, de um lugar significado como efeito*

*colateral da civilização e do progresso. O lugar dos sem lugar.*

*O sentido político dessa manifestação é o reconhecimento desse lugar, reconhecimento de sua exclusão econômica, social e política e reconhecimento de uma inclusão, a auto-inclusão daqueles que vivem nesse lugar. O sentimento de pertencimento e o pertencer definem uma identidade positiva (auto-afirmativa) que legitima ações coletivas dos pertencentes.” (Souza, 2002:135).*

Nessa inclusão também pretendem o acesso e o sucesso na indústria cultural, especialmente na indústria fonográfica, o que, para muitos críticos, dentro e fora do movimento, é uma desvirtuação do próprio movimento Hip-Hop e para outros já estava posto na própria origem do movimento, como indica Rose (1997): “*Seria ingênuo imaginar que os dançarinos do break, os rappers, os DJs e os grafiteiros nunca estiveram interessados em compensação financeira pelo seu trabalho, contudo, muitos dos primeiros praticantes não sabiam o quanto podiam lucrar com seu próprio lazer*” (Rose, 1997:209).

Em que pese a pluralidade das expressões dentro do Hip-Hop e dos estilos, particularmente no Rap, a violência aparece mais como um cenário, ou como uma condição social presente nas periferias, à qual os *hip-hoppers* se opõem através da linguagem estética do próprio movimento, que também contém elementos que podem ser relacionados à violência.

Neste sentido, Herschmann (1997), nos estudos sobre os *funk* cariocas, nos diz que a violência:

*“(...) é um tipo de linguagem que expressa conflitos que às vezes emergem na forma de manifestações culturais denunciadoras da existência de expressões sociais e interesses diferenciados que encontram na elaboração de estilos juvenis uma forma de expressão, exibição pela mídia e assimilação pelo público, instituindo sentidos e ganhando adeptos. Para tais expressões culturais, a violência é tanto um recurso de expressão como uma estratégia de obtenção de visibilidade” (Herschmann, 1997:61).*

Para Herschmann (2000), a visibilidade é possibilitada pelos meios

de comunicação de massa que, mesmo exibindo e produzindo uma “realidade violenta” desses grupos, reificando e amplificando a ilegitimidade de atos e discursos de segmentos populares, também permite um reconhecimento do outro (enquanto diferença e alteridade), “(...) *permite-lhes, de certa forma, denunciar a condição de ‘proscritos’ e reivindicar cidadania*” (Herschmann, 2000:189).

Como forma de revelar conflitos, podemos supor um sentido político nessas expressões violentas do Hip-Hop, mas é preciso destacar que a violência, nessas expressões, é simbólica, manifesta nas produções artísticas dos *hip-hoppers*, e não são atos coletivos de força física contra qualquer adversário. Isso não implica na inexistência de tais atos em situações de conflito que tipicamente são caracterizados pelas gangues<sup>12</sup>, como discutido anteriormente, que no caso dos *hip-hoppers* motivou a própria construção das expressões que os identificam, especialmente nas competições de *break*.

Nesse sentido, a violência coletiva é apenas sintomática e, em si, não comporta um sentido propriamente político. A violência ou “revolta” pode estar expressando um “*conflito em torno das condições gerais da individualização - conflito que reflete a busca por cada sujeito de um lugar próprio no mundo*” (Peralva, 2000: 179).

Para Peralva, é uma forma não política de conflitualidade, que mais retrata uma conflitualidade urbana de novo tipo, formatada pelo individualismo de massa, em que os valores relacionais não são mais referências para o viver em sociedade. Soma-se a essa nova conflitualidade, para a autora, “(...) *a inépcia das instituições encarregadas de garantir a ordem pública e ao despreparo diante das novas exigências da vida em democracia*” (Peralva, 2000: 177), “(...) *frágil relação dos brasileiros com a lei*” (Peralva, 2000: 179).

Sem entrarmos no debate dessas idéias e voltando-nos para os propósitos dessa reflexão, os grupos *hip-hoppers* revelam sim uma conflitualidade vivida de forma violenta no cotidiano, mas suas ações, na dimensão coletiva, não reiteram tal violência, nem reativamente e nem propositivamente.

A violência enquanto uma linguagem estética, nesses grupos, aparece como uma denúncia despolitizada da ordem social, pois a “ideologia” do

movimento aparece como sinônimo de uma “cultura singular”. No Brasil, o político, nesse quadro, está na revelação da incapacidade do sistema político em absorver as demandas criadas pelas transformações sociais de um capitalismo tardio. Um capitalismo construído pela via autoritária, ou uma modernização conservadora em que o pacto social está plasmado entre as elites que apenas definem algumas concessões às classes subalternas, sem abalar uma hierarquia social construída desde o Brasil colônia.

Assim, no caso brasileiro, a violência predominante é estrutural, que exclui as classes subalternas de uma condição cidadã, mantendo uma hierarquia social apoiada no individualismo liberal amalgamado na cultura brasileira, especialmente, pós o milagre econômico e a transferência de grande parte de sua população das zonas rurais para as urbanas.

Tal violência assume uma modalidade criminal pouco passível de ser capturada pela lei, pois tem como agentes elites econômicas e políticas. Assim, crimes de corrupção e peculato produzem uma violência impune que mais acentua a fragilidade normativa do Estado como instância reguladora da ordem legal. As instituições políticas são desacreditadas e qualquer outro pacto social para uma sociedade pacífica torna-se uma quimera, um devaneio idealista e romântico.

A política democrático-representativa não cumpre seu ideário igualitarista universalizante, o que abre espaços para outras formas de participação social, como podemos ver na perspectiva dos trabalhos sociais almejados e implementados pelo Hip-Hop, especialmente através das posses<sup>13</sup>, como também para outras formas de poder, como ocorre no crime organizado.

A inexistência da igualdade universal é patente na sociedade brasileira, expressa nas desigualdades sociais associadas à exclusão forjada nas relações entre as “raças”. Neste sentido, o movimento Hip-Hop atua na dimensão da negação das exclusões a que estão submetidos os jovens pobres, pretos e da periferia. São, portanto, mais alvos da violência do que seus protagonistas.

*“(...) esse gênero [o RAP] procura articular, nem sempre organicamente, três dimensões: a primeira, mais próxima de suas origens, aponta para as questões específicas que afligem a popula-*

*ção negra no interior de uma sociedade marcada pela hegemonia do branco; uma segunda, de caráter social, expressa-se na denúncia das condições de vida das populações trabalhadoras da sociedade; e a terceira aponta para as dimensões excludentes das relações geracionais, remetendo a uma específica forma de discriminação que atinge os jovens, marcados pelas estreitas possibilidades de emprego, pelas dificuldades escolares, pelos dilemas presentes no mundo das drogas ou do crime e, sobretudo, porque esse setor se tornou o alvo privilegiado da violência policial e de grupos exterminadores<sup>14</sup>” (Sposito, 1993:168).*

Sposito ainda assevera que, os jovens que participam do hip-hop, nos bairros com alto índice de violência, são “(...) ‘*confundidos*’ com marginais e, portanto, submetidos à violência policial ou de justiceiros, cuja intervenção às vezes é solicitada por moradores ou comerciantes do bairro” (Sposito, 1993:175). Assim como esses jovens podem se defrontar com quadrilhas ligadas ao tráfico de drogas, disputando o mesmo território.

*“Neste embate alguns jovens chegam a sofrer ameaças ou tornam-se vítimas da violência e são assassinados. O espaço urbano deixa de ser **lócus** de disputas e negociações entre os vários agrupamentos que lutam por sua apropriação e se torna palco de guerra onde vale a lei do mais forte que detém o poder das armas (Zaluar, 1993). Diante desse quadro, muitas vezes o silêncio – que oculta a palavra, a força do RAP – e o retraimento para o espaço privado da casa são as estratégias possíveis na luta pela sobrevivência” (Sposito, 1993:175).*

## Considerações finais

Sem pretendermos estabelecer nenhuma ontologia da violência coletiva ou definir um quadro conceitual explicativo que unifique as duas expressões no texto destacadas, entendemos que há um elemento presente

nessas, como em outras, formações grupais, é o que consideramos como a busca do reconhecimento identitário. Neste sentido, nos aproximamos de Hegel especialmente em sua análise da dialética do senhor e do escravo, na Fenomenologia do Espírito. Como sintetiza Michaud (1989), a violência está no âmago da luta de duas consciências pelo reconhecimento, ela é a condição de possibilidade desse reconhecimento.

*“Para Hegel, toda consciência, em seu desejo, tende a reificar outrem e a violência é inevitável. Não pode haver comunidade, não há nós se não houver previamente essa luta pelo reconhecimento. Em outras palavras, o reconhecimento de outrem não é uma questão de amor ou de bons sentimentos, mas sim de confronto”*  
(Michaud, 1989: 107).

É com base nessas idéias hegelianas que Charles Taylor (1994; 1996) discute o reconhecimento como um “direito político” que será buscado em uma luta de vida ou morte.

Nas sociedades democráticas, alicerçadas sobre ideologias igualitárias, o reconhecimento, que confere dignidade aos cidadãos, é definido pelo Estado através dos direitos. Quando esses direitos são ameaçados ou extirpados da sociedade, a luta pelo reconhecimento pode ser dirigida contra o Estado, que também passa a não ser reconhecido, como contra todos os outros que supostamente são partícipes desse Estado, ou seja, qualquer um, o que produz uma violência difusa, cujo caráter político é apenas simbólico.

Essa ausência de reconhecimento, conseqüentemente ausência de direitos, dos supostos cidadãos brasileiros caracterizou a história política brasileira, em que a violência é um traço marcante na definição da autoridade, ou na legitimidade de um poder que se impõe à revelia dos direitos humanos, ou seja, de um autoritarismo que se constituiu ainda no período colonial brasileiro e se mantém no sistema repressivo do Estado atual.

Na lógica oficial desse Estado, a violência, tratada como criminalidade, está associada diretamente à marginalidade social, o que é corroborado por inúmeros estudos sociológicos que associam crime e po-

breza, essa última com endereço definido, o que define o local da ação direta do Estado para a manutenção da ordem ou da segurança pública.

Visto a impossibilidade de, na ordem de produção capitalista, resolver-se a marginalidade social, é sob a violência que o Estado irá agir, através do aparato policial. Aqui se destaca o que tem sido denominado de violência urbana, em que o sentido político deve ser focado na ação do Estado mais do que nas ações violentas expressas no crime contra a propriedade e contra a integridade física das pessoas. É o Estado, na sua função reguladora, que define um modelo de ação que autoriza o uso da força física em situações de conflito e assim institui formas de sociabilidade com base no uso dessa força.

Um Estado autoritário “oculto” na democracia liberal – focada no direito do indivíduo, de um lado, e num sistema de leis universais, de outro lado – que impossibilita outras formas de sociabilidade baseadas no reconhecimento dos direitos sociais de toda sociedade. Isso implica em um “consentimento” da sociedade das práticas que podem ser definidas como violência, exercidas tanto pela arbitrariedade dos agentes do Estado como na ilegalidade nas relações públicas ou privadas entre cidadãos.

*“O autoritarismo socialmente enraizado é a interiorização dos métodos impostos à força, ou com doçura (ou seja, através de preconceitos e discriminações) por parte dos grupos que detém o poder e que dele se servem para limitar a representação e as condições da participação política” (Arnaud & Damacena, 2001:27).*

Tais questões, aqui apenas esboçadas, indicam a complexidade do que podemos identificar enquanto violência coletiva, vetor de múltiplos sentidos políticos: conservadores, revolucionários ou ambos, como também apresenta o político apenas como a insuficiência do sistema político para comportar as demandas de participação dos segmentos sociais na estrutura de decisões sociais, especialmente os jovens.

## Notas

<sup>1</sup> A maior polêmica em torno dessa obra de Sorel refere-se a essa ter sido a base para o Nazismo e o Fascismo.

<sup>2</sup> Nesse sentido, Sorel afirma: “*Os que se vangloriavam de ortodoxia marxista não quiseram acrescentar nada de essencial ao que o mestre havia escrito e julgaram que deveriam utilizar, para pensar sobre o proletariado, o que haviam aprendido na história da burguesia. Não suspeitaram, pois, que havia uma diferença a estabelecer entre a força que marcha para a autoridade e busca idealizar uma obediência automática, e a violência que quer destruir essa autoridade. Segundo eles, o proletariado deve adquirir a força como a burguesia a adquiriu, utiliza-la como ela a utilizou e chegar a um Estado socialista que substitua o Estado burguês.*” (Sorel, 1990:199)

<sup>3</sup> Pesquisa de doutorado realizada no Brasil e na Itália: Mundo contemporâneo e totalitarismo: os limites da diferença. Formações identitárias de grupos *skinheads* no Brasil e na Itália. São Paulo: PUC, 1998.

<sup>4</sup> Pesquisa: Formações identitárias de grupos e comunidades singulares: o esgotamento do individualismo moderno e os sentidos dos comunitarismos atuais. Piracicaba: UNIMEP, 2002

<sup>5</sup> Neste sentido, esclarecemos que neste texto trabalhamos apenas com alguns aspectos das pesquisas realizadas, sem entrarmos na complexidade analítica de cada fenômeno estudado. Buscamos apenas destacar questões relacionadas à violência coletiva.

<sup>6</sup> Por isto usamos tal expressão em nosso texto.

<sup>7</sup> Temos discutido cultura, de forma ampla, como direção do agir social para construir, re-afirmar ou negar um modo material e simbólico de existência coletiva, que configura os sentidos do agir individual e social, no plano existencial e político.

<sup>8</sup> Na pesquisa que realizamos pudemos observar que essa sensação de poder, possibilitada pelos atos violentos, é efêmera, segundo os próprios carecas, pois muitos relatam o incômodo sentido após as tretas, visto não terem nenhum sentido.

<sup>9</sup> Esse retorno não tardou a ocorrer, como estamos vendo após 11 de setembro de 2001.

<sup>10</sup> O próprio Tilly reconhece que tal termo é complicado, porém explica reacionário como reação e não como conservadorismo.

<sup>11</sup> Definimos como “talvez” a afirmação do texto em função da pluralidade dos grupos brasileiros, sugerida nas pesquisas realizadas no Brasil. Na pesquisa que realizamos, em uma cidade do interior do estado de São Paulo (Piracicaba), os grupos mais reconhecidos na cidade, com certeza, são mais brandos e mais brancos que os norte-americanos. Em outros estudos, a questão racial ganha maior evidência no movi-



mento Hip-Hop. Sugerimos algumas leituras: ANDRADE, Elaine N.(1996) Movimento negro juvenil: um estudo de caso de jovens rappers de São Bernardo do Campo. Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo; GUASCO, Pedro P. M. (2001) Num país chamado periferia: identidade e representação da realidade entre os rappers de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Departamento de Antropologia Social, Universidade de São Paulo; GUIMARÃES, Maria E. A. (1998) Do samba ao rap: a música negra no Brasil. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas; SOUZA, Ana Raquel M. de. (2005) A favela de influência: uma análise das práticas discursivas dos Racionais MCs. Dissertação em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade estadual de Campinas, TELLA, Marco Aurélio P. (2000) Atitude, Arte, Cultura e Autoconhecimento. O Rap como Voz da Periferia. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, entre outras.

<sup>12</sup> Exemplo disso pode ser observado quando, segundo matéria jornalística, um grupo de 15 *skinheads* foi atacado, em 3 de setembro de 2005, supostamente por *rappers* nas proximidades do metrô Conceição, na cidade de São Paulo. Segundo a matéria, “os *skinheads* passavam em frente a um restaurante fast food quando foram abordados pelos rivais, que começaram a agredi-los.” (Folha de S. Paulo, A22, 4 de setembro de 2005).

<sup>13</sup> Posses são espaços organizativos dos *hip-hoppers*, onde esses se reúnem para organizar ações em torno das atividades musicais, sócio-comunitárias e, em alguns casos, políticas.

<sup>14</sup> Grifos nossos

## Referências bibliográficas

ARENDRT, H. (1989). *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras. (Trabalho originalmente publicado em 1949).

ARNAUD, E. e DAMACENA, A. (2001). Violência no Brasil: representações de um mosaico. In *Violência, sociedade e cultura. Cadernos CERIS*, 1 (1), pp.7-33.

COSTA, M. da (1993). *Os “carecas do subúrbio”*: caminhos de um *nomadismo moderno*. Petrópolis: Vozes.

FISICHELLA, D. (1992). *Totalitarismo: un regime del nostro tempo*. Roma: La Nuova Itália Scientifica.

GIRARD, R. (1990). *A violência e o sagrado*. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista. (Trabalho originalmente publicado em 1972).

HEBDIGE, D. (1983). *Sottocultura: il fascino di uno stile innaturale*. Genova/Itália: Costa & Nolan.

HEGEL, G. W.F. (1992). *Fenomenologia do Espírito* (Parte I) Petrópolis/RJ: Vozes.

HERSCHMANN, M (1997). Mídias e culturas juvenis no Rio de Janeiro: demonização e glamourização do funk nos jornais cariocas. In MENEZES, Philadelpho (org.) *Signos plurais: mídia, arte e cotidiano na globalização*. São Paulo: Experimento.

\_\_\_\_\_ (2000) As imagens das galeras funk na imprensa, In PEREIRA, Carlos A. M. (at al, ORG.) *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco. pp.163-196.

ILARDI, M. (1995). *L'individuo in rivolta: Una riflessione sulla miséria della cittadinanza*. Genova: Costa & Nolan.

LIPOVETSKY, G (1983). *A era do vazio*. Lisboa: Relógio d'Água.

MAFFESOLI, M. (1987). *O tempo das tribos; o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

\_\_\_\_\_ (1993). *Nel vuoto delle apparenza. Per un'etica dell'estetica*. Milano: Garzanti.

\_\_\_\_\_ (1996). *La contemplazione del mondo*. Genova: Costa & Nolan.

MELUCCI, A. (1976). L'azione ribelle. Formazione e struttura dei movimenti sociali. In MELUCCI, A. (a cura di) *Movimenti di rivolta*. Milano: Etas Libri S.p.A., p 3-66

MICHAUD, Y.(1989). *A Violência*. São Paulo: Ática (Publicado originalmente em 1986)

MORIN, E. (1990). *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo II: necrose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária

PERALVA, A. (2000). *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra.

RANCIÈRE, J. (1996). *O descentendimento. Política e Filosofia*. São Paulo: Ed. 34.

ROSE, T. (1997). Um estilo que ninguém segura: política, estilo e a cidade pós-industrial no hip-hop. In HERSCHMANN, M. (org.) *Abalando os anos 90: funk e hip-hop: globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco.

SOREL, G. (1992). *Reflexões sobre a Violência*. São Paulo: Martins Fontes (Publicado originalmente em 1907).

SOUZA, T. R. de P. (1998). *Mundo contemporâneo e totalitarismo: os*

limites da diferença. Formações identitárias de grupos *skinheads* no Brasil e na Itália. Tese de doutorado em Psicologia Social. São Paulo: PUC.

\_\_\_\_\_. (2002). *Formações identitárias de grupos e comunidades singulares: o esgotamento do individualismo moderno e os sentidos dos comunitarismos atuais*. Relatório científico de pesquisa. Piracicaba: UNIMEP.

SPOSITO, M. P. (1993). A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. In *Tempo Social*; Ver. Sociol. USP, S. Paulo, 5 (1-2): 161-178 (editado em nov. 1994).

STOPPINO, M. (1993). Violência. In BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. e PASQUINO GIANFRANCO. *Dicionário de Política*. Brasília, DF: Editora de Brasília, 1993, p. 1291-1298 (Publicado originalmente em 1983).

TAYLOR, C. (1994). *Il disagio della modernità*. Bari: Laterza & Figli.  
\_\_\_\_\_. (1996). The politics of recognition. In GOLDBERG, D. T. (ORG) *Multiculturalism: a critical reader*. Oxford: Blackwell Publishers.

TILLY, C. (1976). Le forme storiche della violenza collettiva. In Melucci Alberto (a cura di) *Movimenti di rivolta*. Milano: Etas Libri S.p.A., p. 235-243.

WIEVIORKA, M. (1997). O novo paradigma da violência. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, 9(1), pp. 5-41.

Telma Regina de Paula Souza  
e-mail: trsouza@unimep.br

. recebido em outubro de 2004.

. aprovado em junho de 2005.



## Feminismo de terceira geração - um debate para a Psicologia Política

Karin Ellen von Smigay

Professora aposentada do Programa de Mestrado em Psicologia / UFMG

### Resumo

O presente artigo traça algumas considerações sobre a trajetória que o movimento de mulheres, vem construindo entre as diferentes etapas, identificadas como “gerações de feministas”. Aponta contradições entre suas representantes e procura avaliar a forte tendência de institucionalização, com sua incorporação pelo Estado e/ou pelas Organizações Não-Governamentais, que este movimento tem sofrido. O foco principal deste ensaio é discutir como, o que se considera a terceira geração de feministas, passa a deter fomentos e definir as políticas sociais para mulheres, deslocando esferas de poder e, sobretudo, se apropriando de novos espaços de prestígio, mas sempre num contexto de tensões e contradições.

### Palavras Chave

Políticas de gênero; movimento social; feminismo de Estado; gerações feministas; feministas;

## Feminism of third generation - a debate for the Political Psychology

### Abstract

This article presents some considerations about the course women movements are tracing along the several stages identified as 'feminist generations'. It points to contradictions between its activists and attempts to evaluate the strong tendency to institutionalization these movements are facing with, because of their incorporation into the State or into NGO's. The principal focus is on the discussion how the so-called third generations of feminists passes to hold funds and to define social policies for women, dislocating power spheres and, above all, appropriating new territories of prestige, always in a context of tensions and contradictions.

### Key words

Gender policies; social movement; state feminism; feminist generations; feminists

## I. Apresentação

O objetivo deste artigo é mostrar alguns elementos que permitiram a passagem do movimento de mulheres, no Brasil, a movimento social - feminista - e considerar sua tendência atual, de institucionalização, pelo menos no âmbito local.

Hoje se fala em uma terceira geração feminista. Qual seria a sua marca? Estamos longe da histórica etapa das sufragistas. O que hoje inquieta o movimento? Pensar sobre as direções que o movimento vem tomando informa a academia, chamada a responder questões teóricas que a militância propõe como desafio e demanda.

Na verdade, a produção acadêmica sustenta o movimento e foi por ele alimentada, sobretudo na “segunda geração”. Esta, no entanto, não é uma afirmação consensual entre pesquisadoras. Brazilianistas, como Alvarez (2001) e Goldberg (1989), fazem uma clara separação entre militantes e intelectuais. Goldberg em 1989, qualifica como *feministas* as militantes e como *mulherólogas* as especialistas, estudiosas, acadêmicas: uma relação tensa nos anos 1970/ 80.

Os grupos de autoconsciência, estratégia utilizada pelas militantes, forjaram núcleos que lutavam para transformações usando, como campo, o debate público, enquanto as pesquisadoras “sobre mulher” ficavam confinadas nas disciplinas e nas instituições onde se produziam os denominados *women's studies*. Entre elas, estabelecia-se um estranhamento.

A conversão de intelectuais ao feminismo teria se dado por duas portas – (1) aproximação do debate através de produção de pesquisas sobre mulher, muitas vezes com conteúdos inovadores, ou (2) ingresso no movimento em virtude da temática em estudo, com forte tendência a negar a presença da opressão masculina nas esferas de vida profissional, política e pessoal. Colegas e parceiros amorosos foram poupados nesta etapa em que se compartimentavam as esferas do público e do privado. A tensão entre militantes e mulherólogas se devia ao fato de que, estas últimas, pretendiam estudar *as outras* (mulheres), na contramão dos grupos de autoconsciência, que se voltavam para *si mesmas* como estratégia para entender a opressão de um sistema de gênero (Goldberg, 1989; Soares, 1994).

Esta tensão tendeu a desaparecer na década seguinte, com a convergência de esferas de atuação: militantes procuraram ingressar na academia pela porta dos programas de pós-graduação, que se disseminaram nos últimos anos no Brasil – levando, para análise, material colhido no movimento social - e especialistas foram convocadas a assessorar grupos militantes, aproximando-se de realidades muitas vezes dramáticas, criando novas e múltiplas solidariedades entre as duas “categorias”.

Na “terceira geração feminista”, em processo de construção, há um movimento diverso em relação à etapa anterior – pode-se reconhecer, como forte tendência, o de re-trabalhar certos pressupostos e a incorporação do tema das masculinidades – um campo da pesquisa que toma os homens como um novo objeto de estudo. Novo, porque pensado a partir de uma ótica de gênero. Pressupostos um pouco ingênuos, como o da mulher-necessariamente-vítima e o debate polêmico em torno da co-produção da vitimização hoje são relidos sem perder a perspectiva de gênero e sem sofrer a banalização imposta pela leitura sexista.

Há uma efervescência teórica visível e não se pode mais deixar de lado a produção feminista, talvez uma das contribuições mais radicais para pensar as transformações que a modernidade e a pós-modernidade propõem. As relações sociais - entre gêneros e intragêneros - as instituições sociais, tudo está profundamente afetado pelas rápidas e profundas transformações de modelos, de paradigmas. Interessa à academia entendê-las – e, por isso, verifica-se tal efervescência na produção em torno do conceito de gênero e sua abrangência.

## II. Feminismo: conjugado no plural

Sardenberg & Costa (1989; 1994) dizem que, falar do feminismo, no Brasil, e nos seus desdobramentos internacionais, requer qualificativos e plurais: distinguir doutrina ou corpo teórico e os fluxos e refluxos do movimento social, além de considerar diferenças entre as várias correntes teóricas e suas práticas políticas. Seriam, pois, feminismos, e não feminismo, no singular.



Falar do feminismo é falar de uma consciência de gênero feminista, que ressurgiu quando se compreende que a opressão de classe não tem a mesma origem da opressão de gênero; resultado da experiência comum que permite, às mulheres, articular e reconhecer a identidade de seus interesses, para além das diferenças entre si, na medida em que seus direitos são negados em relação aos dos homens. É o entendimento da subordinação de sexo, mesmo reconhecendo que tal subordinação não se manifesta da mesma forma ou com a mesma intensidade nas diferentes épocas, nas diversas sociedades e entre distintas classes sociais.

Também se reconhece que se cruzam diferentes gramáticas, na feliz expressão de Saffioti (1995), articulando e amarrando, em um nó, gênero, classe e raça/etnia. São múltiplas subordinações, internamente diversas em suas hierarquias, constituindo o lugar ou os lugares designados para as mulheres e para outras categorias - igualmente de gênero: homens que abertamente recusam o modelo viril, dominante; homens/mulheres com práticas homoeróticas, e, em certas circunstâncias, também as crianças e velhos. O grande articulador das desigualdades é a desigual distribuição do poder entre os pares ou atores sociais. É esse poder - que falta ou se encontra reduzido - que permite entender a subordinação de gênero de que fala o feminismo.

Pode-se identificar, na Europa setecentista, sobretudo na França e na Inglaterra, os primeiros indicativos de uma consciência de gênero frente ao novo sistema de relações humanas desencadeado pelas revoluções burguesas, em especial a Revolução Francesa. Com suas bandeiras, a Revolução propõe o conceito de igualdade, logo apropriado pelas primeiras feministas, mas, se em tese o conceito é amplo, seu uso pelas militantes acaba por ficar limitado, na medida em que não se tocou substantivamente nos códigos patriarcais, estes, sim, os responsáveis pela condição feminina.

O documento *Vindication of Rights of Women*, de Mary Wollstonecraft, de 1792, traduzido no Brasil por Nísia Floresta, causa um impacto considerável entre os intelectuais franceses e ingleses. Ela propunha os mesmos direitos dos homens: a possibilidade de viver o 'amor livre' e filhos externos ao contrato matrimonial. Rejeitada pela inteligência européia, as "suffragettes" renegam sua obra, recuperada apenas com a emergência do feminismo contemporâneo (Sardenberg & Costa., 1994).

As questões postas por Wollstonecraft (1792) se articulavam em

torno do acesso e incentivo à educação, portanto, o crescimento intelectual como condição necessária à liberdade e equidade entre os sexos, e denunciava os processos diferenciados de socialização. Nesta etapa histórica, podemos claramente reconhecer uma inquietação entre mulheres letradas das camadas médias burguesas.

Para Sardenberg & Costa (1994), só com advento do capitalismo e a partir das mudanças das relações sociais - incluindo aí relações no interior da família, que perde seu caráter de unidade de produção, separando o mundo do trabalho do mundo doméstico, privado - é que outros segmentos entram na luta pela reversão das condições adversas do feminino, já no final do século XVIII. O debate sobre as desigualdades das relações sociais toma corpo, sobretudo nos Estados Unidos e em países europeus, em meados do século XIX.

Sardenberg & Costa (1994) consideram que, na França anterior à revolução francesa, teria havido um movimento de mulheres, tentando se organizar politicamente, dividido em dois: de um lado, o feminismo burguês, sufragista e, de outro, o feminismo socialista. Clubes políticos e científicos já existiam, assim como um expressivo segmento de mulheres famintas do operariado parisiense, sem, contudo, haver interlocução entre eles, mas parece que ganham força e coesão durante a Assembléia Constituinte, na França Revolucionária.

A partir daí, o que encontramos nos dois últimos séculos? Dificuldades e equívocos, par-a-par com avanços: de um lado, o movimento sufragista, alcançada sua proposta, mas não questionando a estrutura da sociedade - não pondo em xeque o lugar sacralizado de esposa e de mãe, delegado às mulheres - sofre refluxo e volta à cena apenas quando privilégios de classe estão sob ameaça. De outro lado, as socialistas, atreladas à leitura de que a opressão feminina equivalia à opressão de classe, creditavam à inserção das mulheres na produção social como condição e instrumento de superação das desigualdades - o que se mostrou historicamente inverdade.

Esta primeira geração se desarticula, no âmbito internacional, depois da 1ª Guerra, sobretudo a partir dos anos 1940, até que uma segunda geração (ou uma segunda onda, na expressão francesa) surge nos anos 1970, marcada pelo movimento contestatário negro e hippie, além das pautas

postas em circulação pelos acontecimentos de “maio de 1968” e da “primavera de 1969”. O destaque, em relação à primeira leva feminista, é que a segunda geração se propõe ir além das reivindicações pela igualdade jurídica dos direitos (Sardenberg & Costa, 1994).

Os questionamentos, nesta segunda geração, estão articulados em torno das transformações nas relações sociais, baseadas na discriminação por gênero; nas reordenações no campo dos afetos e do erotismo/sexualidade; na distribuição dos encargos e responsabilidades no seio do espaço privado; no pleno acesso ao trabalho e suas hierarquias de poder; na revisão das posições de sujeição e mando e nas políticas do corpo.

O que ele apresenta como prática política inovadora? A recusa de se ligar aos partidos políticos constituídos, vistos como redutos do machismo, com suas formas caducas de fazer política. A cultura política dominante e boa parte da esquerda militante e intelectual, internacionalmente falando, mas, em especial, no Brasil da segunda geração feminista – anos 1970, 1980 – eram considerados sexistas.

Para Bard (1999), nas diferentes ondas ou gerações feministas, sempre houve um poderoso movimento anti-feminista, que recrudesce, sobretudo em dois momentos: com o triunfo do familialismo, na primeira metade do século XX, entre os anos 1930 e o *baby boom* e, posteriormente, na desmobilização pós-anos 1980, depois de um forte crescimento do movimento. Instala-se o chamado *backlash*, em muitos países, inclusive no Brasil, com a estigmatização do feminismo radical: a proposta do “voltar para casa”, na verdade embute uma posição conservadora. Convivem, portanto, duas posições – de um lado, toda uma produção feminista desconstrói mitos e vai denunciando práticas e discursos sexistas em múltiplas esferas da vida social; por outro lado, há uma renovada tentativa de contestação das conquistas feministas no plano político. Cristina Bard (1999) chega a sugerir que vivemos um século de anti-feminismo – a misoginia se mantém, durante todo o tempo, no plano das mentalidades e no plano político. Uma nova direita anti-feminista atua com propostas revisionistas, enquanto ganha força a corrente masculinista de Robert Bly, com um discurso aparentemente progressista (Faludi, 2001).

O cenário é controverso, mas é difícil não reconhecer a presença de aquisições para o movimento das mulheres, indissociáveis ao projeto democrático moderno. As feministas insistem em produzir uma interpretação

sobre a presença do anti-feminismo ou do sexismo no interior de organizações, reconhecendo que a opressão das mulheres é cultural. Com isso, abandonam as teses socialistas que consideravam a questão como uma extensão das classes sociais. Tal abandono não se deu sem que houvesse tensões, conflitos e muita pressão sobre as “dissidentes”, qualificadas por seus companheiros de militância, na esquerda, como pequeno-burguesas, alienadas, divisionistas. Durante um bom período se fez dupla militância. Geralmente feministas brasileiras estavam ligadas à luta pela anistia e pela abertura política e, simultaneamente, a um feminismo bem comportado, não-radical (Goldberg, 1989; Sardenberg & Costa, 1994).

Mas, seja sob o impacto das radicais, justamente as que recusavam o “bom-comportamento” e a adesão aos valores familiares, seja com a possibilidade de se espelhar nos modelos europeus e norte-americanos, tanto militantes quanto intelectuais foram ganhando autonomia em relação aos partidos e/ou às instituições de pesquisa e, ao mesmo tempo, montando uma “cara própria”, consolidando laços de solidariedade e se constituindo como um movimento social feminista, não mais um movimento de mulheres - uma mudança de cenário nos anos 1980, se tomamos, como centro de análise, a experiência brasileira.

Como estratégia para obter a pretendida transformação da sociedade, frontalmente diversa das estratégias tradicionais da esquerda, o movimento procura estimular a socialização das experiências particulares, coletivizando o privado. Tal estratégia se mostra bem sucedida e permite a rápida expansão de grupos de autoconsciência pelo país afora; simultaneamente, algumas poucas instituições de fomento investem nos grupos e nas pequenas organizações de mulheres, a fundo perdido, permitindo-lhes sobrevivência e participação em encontros nacionais feministas, o que fortalece o movimento e lhe dá coerência interna.

Mulherólogas e militantes, agora sem as velhas diferenças, fazem uma crítica radical à esquerda, à cultura política hierarquizada, militarista, sexista, focada no geral e não no específico, no político e não no cultural, nas estruturas e instituições de dominação e não na consciência (Alvarez, 2000). As lutas, agora, seriam travadas no cotidiano, nas relações interpessoais e sociais, nas políticas do corpo, privilegiando as transformações dos processos micro, ou, em outros termos, a micropolítica.

E, como estratégia política, acionam aquelas *práxis* voltadas para a “conscientização”: oficinas; grupos de consciência; cursos sobre relações de poder entre os gêneros; enfrentamento da discriminação no trabalho; disseminação do ensino das técnicas reprodutivas; assessoria a parlamentares e organizações populares de mulheres; organização de grupos de resistência à violência doméstica.

Os grupos de autoconsciência ou de reflexão, como ficaram conhecidos, por vezes objeto de escárnio nos anos 1960, acabam por se impor como um modelo eficiente e, hoje, são recuperados pela academia como se fossem uma inovação: retomam os modelos dos grupos de discussão ou oficinas em grupo, usando técnicas que já tinham sido desenvolvidas e testadas pelas feministas. O pressuposto, neste formato de trabalho, é de que, ao falar do sofrimento, permite-se reviver este sentimento e dele escapar, coletivizando e publicizando o oculto, o desconhecido - criando laços de solidariedade de gênero (Vasconcelos, 2003). A troca de experiências é uma *práxis* política e foi baseada neste modelo que se difundiu a retórica fundamental feminista – a de que “*o pessoal é político*”.

Somando estratégias políticas da organização das mulheres e dos diversos excluídos; incorporando, em parte, as questões de minorias sociais como negros e homossexuais; debatendo a desigualdade de oportunidades no cotidiano das relações as mais diversas, esta nova geração de feministas construiu um modelo teórico-pragmático que é possível reconhecer, claramente, em uma produção acadêmica comprometida com seus resultados. Os pontos em pauta, diversos dos até então debatidos pelos grupos progressistas, incluem o direito a ter ou não filhos, o direito ao aborto, ao prazer e à sexualidade, no bojo dos direitos reprodutivos; ou se volta para punição aos agressores de mulheres, no bojo da violência doméstica; inclui, ainda, o eco-feminismo e as (novas) relações no trabalho. Nesse sentido, são novas temáticas, e, mais, são debates radicais.

Para Soares (1994), os movimentos de mulheres são não-clássicos, na medida em que transcorrem em esferas não-tradicionais de organização e ação política. A novidade é que tornam visíveis a prática e a percepção de amplos setores antes marginalizados da vida social. Trazem à luz aspectos da vida cotidiana e dos conflitos sociais até então obscurecidos, além de questionar velhos paradigmas do fazer político. Em parte se aproximam das

formas de organização de outros movimentos sociais, sobretudo dos marginalizados por práticas sexuais diversas, ou por razões étnicas. Em parte se distinguem das estruturas de movimentos como o dos sem-terra, em que o cotidiano e o pessoal não ocupa o centro das ações políticas.

Segundo Alvarez (2000), na reação às instituições excludentes e repressivas, sobretudo nos tempos de ditadura, mas também na recusa ao centralismo democrático da esquerda, feministas construíram uma política cultural distintiva, resultando no que Arruda e Heilborn (1995) vão nomear como “cultura feminista”, horizontalista. Trata-se de uma cultura pautada na descentralização e na autonomia política; na participação direta e paritária; que propõe o não-monopólio da palavra e da informação; a rotatividade de cargos e funções, a não-delegação de poderes e ainda a não-especialização.

Da etapa inicial, em que se redigiam manifestos, organizavam-se congressos, com coordenação centralizada, palavras de ordem, representação por setores, definição de prioridades estratégicas, avançou-se para uma prática compartilhada de experiências, criando uma identidade feminista definida por contraste com a esquerda, tanto revolucionária quanto teórico-acadêmica; por contraste também em relação às mulheres militantes que se proclamavam “femininas, mas não-feministas” (ou “políticas”, como algumas se auto-intitulavam); e por contraste com as mulheres de base, católicas antifeministas, organizadas em torno da sobrevivência da família e da comunidade (Alvarez, 2000).

Mas, ainda que possamos reconhecer uma *identidade feminista*, o feminismo, já então, é plural, incorporando as questões das minorias sexuais, um feminismo radical, tal como se vê praticado por lésbicas, expondo questões nem sempre incorporadas por outras correntes. Segundo Goldberg (1989), o feminismo se pauta diferentemente segundo três grandes correntes: *a liberal*, na primeira geração, que não reestrutura a sociedade, militando por direitos civis e individualistas – o feminismo das sufragistas, como em Bertha Lutz, Nísia Floresta e Beth Friedan; *a marxista*, propondo mobilização social, realizada, sobretudo pelas intelectuais, pondo em xeque a cultura e produzindo conhecimento, como em Heleieth Saffioti e Eva Blay, no Brasil, e em Clara Zetkin e Alexandra Kolontai, na Europa; e a *corrente radical*, que traz para o primeiro plano a vida afetiva e a sexualidade, propondo uma utopia: alterações na vida privada, uma dimensão para a vida psíquica, para além das teorias políticas (Goldberg, 1989).

Assim, não bastava o questionamento de uma concepção do político limitado à descrição das relações dentro da esfera pública, tidas como diferentes em conteúdo e teor - para considerar, também como político, as relações da vida “privada” (Sardenberg & Costa, 1994). “Privada” com aspas, já que esta separação é aparente: pode-se afirmar como ilusória tal diferença porque o braço da lei alcança qualquer esfera; e porque a dinâmica do poder existe em ambas as esferas. Assim, relações familiares são relações de poder entre gerações e entre categorias de sexos: portanto, são relações políticas.

Uma das grandes conquistas do movimento, segundo Sardenberg & Costa (1994), foi ter posto em circulação a concepção de política/político - redefinindo conceitualmente o pessoal e a realidade - uma nova concepção do pensamento político e filosófico, para além das concepções jurídicas de equidade da primeira fase. Segundo as autoras, essa nova concepção explica o caráter subjetivo da opressão de gênero, os aspectos emocionais da consciência e reconhece a extensão (e os danos) da ordem patriarcal sobre as diversas instâncias que regem as relações sociais/sexuais.

### III Um olhar local

Até aqui, viu-se como a passagem de uma etapa a outra pode ser pensada como de um *movimento pela emancipação feminina* a um *movimento social*, que emerge e se institucionaliza, no Brasil, no período que precede à abertura política, ao longo dos anos 1970, movimento gestado à sombra e às margens, nas entrelinhas e nos interstícios de uma produção jornalística e acadêmica, segundo a leitura de Goldberg (1989). Para esta pesquisadora, esta passagem e, por fim, o próprio movimento, resulta de dois paradigmas, por ela definidos como *modernizante* e *evolucionista*, que aparecem nos escritos fundadores do final dos anos 1960 e início dos 1970 e *marxista*, na mesma época, se opondo às correntes desenvolvimentistas. Mais recentemente, uma outra corrente pós-moderna impacta o pensamento da terceira geração feminista..

O paradigma modernizante preconiza a emancipação da mulher, a realização pessoal e participação social; questiona os valores morais e modelos estabelecidos, criando um incômodo com o destino de gênero, ligado a uma evolução de mentalidades e instigando as reivindicações de direitos e deveres, sob nova ótica. Preconiza a ab-rogação das discrimina-

ções legais e/ou de fato, que atingiam as mulheres e que dificultam sua integração e participação em amplas esferas da vida pública e social. A conversão à modernidade se traduz pela ruptura dos valores e padrões tradicionais. O modelo, então advogado, era o da complementaridade entre as categorias de sexos.

O paradigma evolucionista, que Goldberg (1989) reconhece na obra de Toscano (1976), propõe o "bom feminismo" – avesso às "anárquicas, às doidivas e às homossexuais"; propõe a organização das feministas com vistas à participação social e política, para poder fazer parte da força de trabalho, de forma efetiva, articulando-se aos demais movimentos, assim como a sindicatos de categorias profissionais em que predominam mulheres.

Já a perspectiva marxista, de Saffioti (1969), polemizando com as correntes desenvolvimentistas e evolucionistas, interpreta a inferioridade social das mulheres como derivada de uma necessidade estrutural do sistema capitalista, concretizada na exclusão do contingente feminino. Não-explicável pelo atraso econômico em que o país se encontra mergulhado, nem se apoiando na tradição, sugere que a saída está na participação do processo de transformação social e debita importância ao trabalho como força libertadora. Goldberg (1989) coloca o trabalho de Saffioti (1969) no paradigma estruturalista: conquista de direitos, superação pela consciência, novas identidades, reorganização das relações entre categorias de sexos, contracultura.

Assim, temos, em linhas gerais, o feminismo que se delineou na segunda etapa: um movimento tipicamente moderno, com a emergência da igualdade social como um objetivo político prático, não-tradicional, sugerindo um novo modo de vida. A passagem da heteronomia para a autonomia e a capacidade de pôr em xeque cânones naturalizados ou essencialistas, percebendo que méritos pessoais, técnicos ou artísticos, de inteligibilidade e rigor na argumentação, não "caem do céu", mas são mediados por um processo de aprendizado e adestramento social. Da mesma forma, um movimento moderno que percebe as diferenças entre categorias de sexos como fruto desse mesmo processo diferenciado de socialização, portanto, passível de ser revertido (Goldberg, 1989).

Há um esforço concentrado para questionar, tanto nos espaços pú-



blicos como no dia-a-dia, o modelo que impede uma nova distribuição de prestígio, de encargos, de equidade, de sociabilidades e dos afetos. Um feminismo que, demandando a igualdade, agora pode reconhecer a diferença.

Hoje, se fala do feminismo da diferença. Esta terceira geração, o que descortina - como cenário? Na leitura de Alvarez (2000), uma pluralização do feminismo: uma reconfiguração das identidades feministas e uma multiplicação dos espaços e lugares ocupados; um campo de oposição de esquerda menos homogêneo, menos unificado, mais diversificado em seus discursos e práticas; uma nova agenda e uma deliberada inserção nos órgãos de decisão – governos, bancos de desenvolvimento, Ongs<sup>1</sup>; um *descentramento* significativo das práticas feministas.

Acompanhando Alvarez (2000), o cenário que se descortina é de novas arenas: a proliferação de novas protagonistas com trajetórias políticas distintas das feministas históricas – as que enfatizavam que raça/etnia, classe, sexualidade, idade, seriam constitutivas das identidades de gênero. As particularidades reafirmadas – negras, lésbicas – ainda que compartilhando do imaginário político feminista, mas afirmando uma identidade distinta; um caráter plural, multicultural, pluri-étnico. A diversidade como tema central, não mais a equidade e as igualdades. A apropriação (ou absorção, ao menos naquilo que é palatável) dos discursos e demandas feministas por parte do Estado, de alguns sindicatos e da ONU (no âmbito internacional); aos poucos, uma nova legislação e, por fim, o surgimento de inúmeros equipamentos e programas sociais, a cargo do próprio Estado, incorporando os mais variados temas ditos feministas.

Outro elemento, compondo este cenário desenhado por Alvarez (2000), tem sido o recrutamento de intelectuais feministas e profissionais de Ongs, que encontramos, agora, redigindo documentos oficiais, representativos de órgãos de Estado, delineando políticas públicas, definindo prioridades nas agências e bancos de desenvolvimento – recrutamento que pode ser pensado não como cooptação e sim como absorção, implicando em atuação ou agenciamento.

São agora burocratas, desempenham papéis de relevo e de poder: participam ativamente na definição ou re-significação das demandas feministas, produzindo novos discursos. Na perspectiva de Alvarez (2000) é

possível, hoje, reconhecer uma forte tendência, que ela chama de “*onguização do feminismo*”. Ongs que, às vezes, são mais neo do que não-governamentais. Pode-se perguntar: o que isto traz de novo?

Ongs não constituem movimento social. O movimento é composto por coletivos feministas, com participantes voluntárias, uma organização informal, com poucos fundos operacionais e ações guiadas para alvos conjunturais, fluidamente definidos. Já as Ongs têm equipes altamente profissionais, geralmente pagas e limitado grupo de voluntárias; operam com fundos bilaterais e/ou multilaterais, em fundações privadas, fazendo planejamento pragmático, destinados a influir em políticas públicas. Operando com consultores, as Ongs aparecem na cena propondo coalizações locais, regionais, nacionais, transformando vínculos e fazendo-se presentes nos fóruns internacionais.

Para Alvarez (2000), a onguização e a transnacionalização do campo feminista, sobretudo latino-americano, tal como a autora teria reconhecido durante a Conferência em Beijing, vem levando as feministas a privilegiarem novas arenas políticas - o Estado e órgãos internacionais – mas, com riscos. Se, por um lado, parece haver novos ganhos – finalmente houve uma introdução da política feminista com seus esforços de transformar as representações por gênero; houve ênfase nas mudanças de consciência e promoção de transformação cultural. O perigo é de que a dimensão ética-cultural, do projeto fundador, se perca - ignorado e esquecido por um número crescente de (novas) feministas e de (novas) instituições políticas, econômicas e culturais dominantes, emergindo no cenário nacional, mas não comprometidas com o ideário dos primeiros tempos.

As *institucionalizadas* continuariam as lutas das *históricas*? As institucionalizadas, dentro da arena política convencional, seriam capazes de continuar sustentando uma ética feminista na sua radicalidade? Ainda que possam re-significar noções recebidas, tais como cidadania, desenvolvimento, família e gênero, dentro de uma política cultural feminista, quais os riscos de esquecimento de outras formas de intervenção cultural/política feminista, como a da mobilização local e a do trabalho de conscientização de mulheres das classes populares? Na ausência desse trabalho, a leva de novas feministas institucionalizadas não corre o risco de ficar sem base social e política mais ampla, permitindo-lhes respaldo e eficácia na implementação de modelos e de direitos nas arenas político-institucionais

em escala mais ampla – nacional, regional, global?

Para tentar responder a esta questão, pode-se tomar como modelo outros movimentos sociais, como os ambientalistas e/ou os militantes de direitos humanos, eles também reconfigurados na sua institucionalização. Ocupados com agendas e delineamento de políticas públicas, deixaram de lado o dia-a-dia das bases. Segundo alguns autores, foram engolidos pelas instituições dominantes. Mas, para Alvarez (2000), se pudermos mapear as trajetórias recentes de seus militantes, suas questões e seus discursos, eles estariam presentes nas novas arenas e nas Ongs, atuando dentro de uma matriz discursiva parcialmente compartilhada por uma gama de outros atores, num determinado campo de movimento social.

Portanto, não é necessário se preocupar com as perguntas anteriores, quanto aos riscos de desaparecimento de um discurso radical feminista e de sua dimensão ética-cultural. A tendência do Feminismo de Estado – composto por feministas ligadas diretamente aos diversos órgãos governamentais, procurando definir os rumos das políticas de gênero, vem aumentando sua influência, sua capacidade propositiva, suas incursões culturais-políticas no terreno discursivo das organizações paralelas da sociedade civil, da sociedade política e do Estado (Alvarez, 2000). O movimento social se queixa de que, salvo raras exceções, estas ainda não são, de fato, “políticas de gênero” - no sentido de inclusão de outros atores subordinados pelo gênero - mas, de qualquer forma, significam um avanço.

A pergunta, então, se desloca: que esperar dessa nova tendência?

## Notas

<sup>1</sup> Organizações não-governamentais

## Referências bibliográficas

ALVAREZ, S. (2000). A “globalização” dos feminismos latino-ameri-

canos-tendências dos anos 90 e desafios para o próximo milênio. In: ALVAREZ, S; DAGNINO, E.; ESCOBAR, (Orgs). *Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos*. (pp.383-426). Belo Horizonte: Ed. da UFMG

BARD, C. (1999). *Un siècle d'antiféminisme*. Paris: Fayard.

FALUDI, S. (2001). *Backlash. O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Rio de Janeiro, Ed. Rocco.

GOLDBERG, A. (1987). *Feminismo e Autoritarismo: A Metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos em Sociologia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GOLDBERG, A. (1989). Tudo começou antes de 1975: idéias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo “bom para o Brasil”. *Revista Relações sociais de gênero x relações de sexo*. Departamento de Sociologia, USP. Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero.

HEILBORN, M.L., ARRUDA, A. (1995). Legado feminista e ONGs de mulheres: notas preliminares. In: *Núcleo de Estudos da Mulher e Políticas Públicas* (ed). Gênero e desenvolvimento institucional em ONGs . IBAM / Instituto da Mulher . Rio de Janeiro

SAFFIOTI, H.B., ALMEIDA, S.S. (1995). *Violência de Gênero: Poder e Impotência*. Rio de Janeiro. Ed. Revinter.

SAFFIOTI (1969). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Ed. Vozes.

SARDENBERG, C.; COSTA, A. (1994). Feminismos, feministas e movimentos sociais. *Revista Mulher e Relações de Gênero*. 1 (1). 81-113.

SARDENBERG, C., COSTA, A. (1989). Seminário Nacional: O Feminismo no Brasil: Reflexões Teóricas e Perspectivas. *Revista Impressões* 1 (2). 76-81

SOARES, V. (1994). Movimento Feminista – paradigmas e desafios. *Revista Estudos Feministas*, 2 (2) 11-24.

VASCONCELOS, E.M. (2003). *O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teorias e estratégias*. São Paulo. Editora Paulus

WOLLSTONECRAFT, M. (1792). *A Vindication of the Rights of Woman*. Boston: Thomas and Andrews, Faust's statue, no. 45. Ed Newbury-street, MDCCXCII. [1792]; Ed. Bartleby. 1999.

Karin Ellen von Smigay  
e-mail: ksmigay@mgconecta.com.br

. *recebido em agosto de 2004.*  
. *aprovado em junho de 2005.*



## **“Ter saúde é poder trabalhar” : o caso de trabalhadores acidentados e aposentados por invalidez**

Izabel Cristina Ferreira Borsoi  
Professora Adjunta do Departamento de Psicologia - Universidade Federal do Ceará

### **Resumo**

O objetivo deste artigo é discutir as representações de saúde e doença construídas por trabalhadores aposentados por invalidez decorrente de acidente de trabalho. A argumentação se fundamenta em dados empíricos colhidos através de entrevistas realizadas com seis trabalhadores da construção civil afastados de suas atividades produtivas, havia pelo menos três anos. Considerando a condição de acidentados com seqüelas, a saúde é percebida como capacidade para o trabalho e ausência de doença grave, mas não, necessariamente, como ausência de dor ou mal-estar. Por este parâmetro, quase todos se dizem saudáveis. Porém, pensada a partir do período anterior ao acidente, a saúde continua sendo vista como capacidade para o trabalho, mas agora é também representada como ausência de dores e desconfortos. Daí que, a partir desta referência, os trabalhadores passam a admitir não mais ter saúde.

### **Palavras-chaves**

Saúde, acidente de trabalho, trabalhador, construção civil, representação.

**“Being healthy is being able to work”:  
the case of injured workers  
retired due to invalidity**

**Abstract**

The objective of this article is to discuss the representations of health and disease made by workers who have been retired due to invalidity caused by job related accidents. The argumentation is based on empirical data, obtained through interviews with six civil construction workers removed from their productive activities at least three years before. Considering the status of injured with disabilities, health is noticed as the aptness to work and absence of serious diseases, and not necessarily as absence of pain or physical indisposition. This way, almost all of the workers consider themselves healthy. But, thought from the period before the accident, health is still understood as the aptness to work, but now it is also represented as the absence of pain and discomfort. Thus, from this reference, the workers consider they are not healthy any longer.

**Key words**

Health, job related accident, worker, civil construction, representation.



## Introdução

Em 1948, a Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu saúde como “o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas ausência de doença”. Tomando este conceito como parâmetro, é possível conceber doença como uma interrupção deste curso de bem-estar. Entretanto, a noção de saúde aqui posta parece refletir muito mais o que é desejável e menos o que, na prática, é possível, principalmente se considerarmos (e isto é necessário) que o processo saúde-doença é “*expressão particular do processo geral da vida social, incluindo e submetendo leis dos domínios físico, biológico, psicológico e social*” (Sampaio,1998:47). É preciso, então, chamar a atenção para o caráter social do problema, não só como contexto, mas também como determinação.

É Boltanski (1989) quem afirma que o corpo realiza as condições de vida. Neste sentido a expressão e a representação de saúde e doença são resultados da inserção dos indivíduos numa determinada classe social. Assim, embora pareça um relativismo digno de um sofista, a percepção de um estado saudável ou doente depende, em muito, do ponto de vista do indivíduo em questão, ponto de vista que, obviamente, será construído a partir de uma dada condição de viver. Isto não significa, entretanto, que a percepção que um indivíduo tenha sobre sua saúde tenha que ser tomada como saúde no sentido médico da expressão. Neste caso, é importante considerar a representação como sendo “*o encontro de uma experiência individual e de modelos sociais num modo de apreensão particular do real: o da imagem-crença, que, contrariamente ao conceito e à teoria que é sua racionalização secundária, sempre tem uma tonalidade afetiva e uma carga irracional*” (Laplantine,2001:242).

É essa relação entre certa condição de vida e a representação do estado de saúde-doença que será objeto de reflexão neste artigo. A argumentação será fundamentada, principalmente, em resultados empíricos de uma pesquisa realizada junto a trabalhadores da construção civil afastados por invalidez decorrente de acidente de trabalho. Aqui, chama a atenção o fato de que a noção de saúde para esses trabalhadores inclui certo conjunto de mal-estares desde que estes não sejam impeditivos para o trabalho. A representação de saúde, posta desta forma, se distancia, em muito, da concepção abstrata desenvolvida pela OMS. Concretamente, ter saúde pode ser traduzido, basicamente, em “poder trabalhar” ou, então, simplesmente “não sentir dor”, considerando, obviamente, as implicações decorrentes

“Ter saúde é poder trabalhar”:  
o caso de trabalhadores acidentados e aposentados por invalidez

---

de tal concepção, pois, como afirma Canguilhem (1990: 163), “*saúde é uma maneira de abordar a existência com uma sensação não apenas de possuidor ou portador, mas também, se necessário, de criador de valor, de instaurador de normas vitais*”.

É preciso, então, buscar entendimento sobre tal representação de saúde que põe em questão também a compreensão da doença, pois ambas aparecem nem sempre como qualidades diferentes do processo vital, mas como sendo, em alguns momentos, quase a mesma coisa: saúde e doença se confundem.

Os trabalhadores que foram abordados em situação de entrevista estavam afastados de suas atividades produtivas havia, pelo menos, três anos. As atividades que realizavam na época do acidente eram as de pedreiro, carpinteiro, servente de pedreiro, servente de armador de concreto, auxiliar de ferreiro e vigia de obra. No grupo, três tinham entre 23 e 35 anos e outros três entre 40 e 62 anos, totalizando seis pessoas. Metade deles já estava aposentada e outra parte recebia benefício do INSS enquanto aguardava a efetivação da aposentadoria. Pedro, Severino, José, Raimundo, Antônio e João são nomes fictícios para indivíduos concretos que falam de sua saúde após um acidente incapacitante<sup>1</sup>.

O corpo, a saúde, a doença e suas representações depois do acidente

Enquanto, para os parâmetros médicos, saúde está relacionada ao bem estar integral, físico e mental, para os trabalhadores aqui abordados, saúde é, fundamentalmente, não portar uma doença grave que os indisponha para o trabalho ou os deixe acamados. Doença propriamente dita seria ter comprometimento de órgãos vitais como o coração e o pulmão, independente de um acidente. Sendo assim, diante da pergunta “você tem algum problema de saúde?”, a resposta de quase todos é “não”, acrescida, às vezes, de uma nota complementar, “o que eu tenho é só este problema do acidente”. A única dor que cabe é aquela provocada pelo acidente e todos falam de alguma dor, às vezes mais, às vezes menos intensa. Neste sentido, o corpo insiste em não manter o silêncio dos órgãos<sup>2</sup>. E é disto que falam quando se referem às conseqüências do acidente.

Pedro fraturou o tornozelo e precisa manter-se magro para evitar a dor, pois, segundo ele, o peso sobrecarrega a perna que exhibe, mais ou

menos visível, a seqüela do acidente. O problema é que passou a engordar na ausência do trabalho ao qual estava habituado que, de algum modo, lhe moldava o corpo mantendo-o ágil. Em geral, ele se considera são, embora seu corpo tenha se tornado “parado”, “pesado”, impedindo-o de trabalhar.

*“Eu hoje tô muito pesado. Além da perna, também piorou um pouco mais ainda. A pessoa pesada é muito diferente da pessoa magro. A pessoa gorda é diferente da pessoa magro. A pessoa magra é maneira pra tudo, tem mais defesa física do que o gordo. O gordo fica muito pesado, mais difícil pra gente”. (Pedro)*

Severino admite o corpo doente, pois é todo dor, dos músculos às vísceras, o que exige medicação constante para aplacar as dores e mal-estares.

*... “o que eu sinto é essa perna inchada, como a doutora tá vendo, né?! (...) Esta aqui quando a dor atravessa, não tenho tato e este braço me dói muito, essa parte aqui... eu não tenho, perdi a força dele, não tenho a força que eu tinha nele. E esta dor na minha cabeça que qualquer mexidinha que eu dou no corpo pega a doer e aí a cabeça pega a pontear. Dá as pontadas. É essa dor como eu disse, quando dá as pontadas aqui, qualquer coisinha quando dá as pontadas me dá logo vontade de urinar”. (Severino)*

O corpo de José desobedece. A perna treme e dói, torna-se estranha, pois nem sempre realiza o movimento esperado.

*“A perna, prá mim, ela é solta sabe? Se eu levar uma topada eu boto as duas mãos no chão. (...) Sinto uma coisa estranha em mim... Deus me livre, eu me acordo com a perna desse jeito assim, eu... oh! Tremendo todinha. Aqui, bota a mão aqui, fica toda se tremendo. (...) Lá em casa eu digo [para a mulher]: “Ai!”, de vez em quando. “O que é menino?”, eu digo: “nada não!”, “o que é?”, eu digo: “umas pontadas aqui”. E é mesmo, é um negócio horrível”. (José)*

Antônio está paraplégico, permanece ligado a sondas e depende de braços alheios para ser cuidado. Seu corpo apresenta escaras pelo fato de permanecer a maior parte do tempo deitado. Fala de um corpo que não sente da cintura aos pés, mas que sente a partir do tronco, e ali o que sente é dor: “*Aqui e acolá eu sinto dor no pulmão... A coluna também dói tanto! A dor de cabeça vai pela espinha, vem... até agora e tá doendo até agora*”.

Os acidentes de Raimundo e João deixaram seqüelas que os dificultam andarem e os incapacitam para o trabalho. Mas ambos se dizem saudáveis. O primeiro fala do desconforto do corpo, da necessidade de fisioterapia para recuperar a normalidade dos movimentos. O segundo atesta: “*Não sinto nenhuma dor no meu corpo, dói é a perna, né? Tem ferro dentro. Mas tá tudo normal*”.

Do que é possível constatar, dores e mal-estares estão presentes, de algum modo, na vida de todos, mas esses acidentados se percebem apenas incapacitados na medida em que constatam a falta de força física ou de um membro que funcione bem como instrumento de trabalho, o que não significa, necessariamente, se perceberem, a princípio, como doentes.

A doença, como diz Sacks (1995), implica uma contração da vida, embora tais contrações não precisem acontecer. De qualquer modo, interpela a vida e expressa o que não é saúde. Mas o que é saúde, e, por decorrência, o que é doença, para esses trabalhadores?

*“Saúde é a melhor coisa que a gente tem. Pra mim é bom demais porque o cara, com saúde, faz tudo, topa qualquer parada. Eu tô saudável, não tenho nada, não tem nada de doença e tô levando minha vida. Meu negócio é só isso aí mesmo, é só a perna mesmo, meu defeito, é só o que eu lamento. Pra mim a saúde é a mesma coisa de antes, não tem nada a dizer não”.* (João)

*“Saúde é uma coisa muito importante. Nunca... o que eu sentia mesmo era só dor de dente, nunca senti, nunca fui internado por causa de doença não. (...) Eu só não tenho saúde pro trabalho, que eu não posso pegar em peso, né? Nem posso me abaixar, nem subir escada”* (Raimundo)

*“A saúde, a saúde não tem, não tem dinheiro no mundo que pague uma saúde... Que só, você trabalhar todo dia, dormir, se sente bem, sem sentir dor, vai dormir com sentido que vai trabalhar, quando vem do serviço vem no sentido de que vai dormir...”*  
(Severino)

*“Eu não tenho doença nenhuma não. Não sinto nada desse negócio de pressão, de coração. Não sinto nada não. Somente a perna, não posso andar. Ando assim um pouquinho, mas andar muito eu não agüento, nem ficar muito tempo de pé, fazer serviço nenhum não, pegar peso, também não agüento”.* (Pedro)

É possível identificar algumas temáticas perpassando a noção de saúde construída por esses trabalhadores: a saúde como algo ímpar, um bem precioso e impagável; a percepção de que, apesar da limitação física, ainda se tem saúde, pois esta seria ausência de doença grave ou dor; e a saúde como capacidade para o trabalho.

No primeiro caso, o sentido é mais abstrato. Saúde é condição *sine qua non* para a satisfação das necessidades da própria existência, sejam elas do corpo ou da fantasia. É uma espécie de dádiva da vida e como dádiva deve sempre ser preservada e agradecida. No outro caso, saúde adquire sentido mais concreto e surge como oposição ao que não consideram doença, mas não necessariamente ao que, em termos médicos, designamos doença. Saúde passa a significar ausência tanto de dor como de doença grave que se expressa pelo comprovado funcionamento inadequado do corpo ou de algum órgão. Aqui, se o corpo está em silêncio, então está saudável. Mas também não se trata de silêncio absoluto. Sinais ruidosos de determinados mal-estares, se não põem em risco mais imediato à própria vida, não são sinais de doença. Por fim, o último sentido de saúde transforma o corpo em força de trabalho, em instrumento que não pode apresentar defeitos que inviabilize a realização das atividades para o qual foi destinado. Neste caso, os sentidos de trabalho e saúde se confundem: saúde é condição para o trabalho e trabalho é expressão da condição de saúde.

É, principalmente, com base no sentido de saúde como capacidade de trabalho que a doença é representada como oposição, pois surge, em princípio, como incapacidade generalizada, certa fragilidade do corpo, algo

que não tem determinantes visíveis, palpáveis. Neste caso, embora, em geral, haja insistência, por parte dos trabalhadores, em afirmarem a constituição saudável do organismo, em negarem, de algum modo, o estado físico comprometido, apesar da seqüela do acidente, admitem que, ao menos para o trabalho, o corpo não está totalmente saudável. Aqui vale à pena referir Adam e Herlich (2001) quando afirmam que a vivência da doença é uma relação conflituosa com o social à medida que o indivíduo se sentirá doente quando não consegue realizar atividades que lhe possibilitem participação no contexto em que vive.

Os trabalhadores em questão, apesar dos limites do próprio corpo, dos desconfortos e das dores que possam sentir, agem partindo da negação ou, no mínimo, da minimização da doença. Distúrbios ou disfunções orgânicas que não se manifestem claramente como debilidade e falência do corpo, mal-estares que não sejam visivelmente constatáveis pelos grupos de referência não podem ser considerados doença. Por este prisma, somente a falência ou o risco comprovado de falência do corpo pode ser aceito como justificativa razoável para a incapacidade para o trabalho. Então, as dorsalgias e lombalgias, as cefaléias crônicas, a insônia, as dores no corpo etc. não podem ser consideradas impeditivas para o trabalho, pois não se definem como doenças.

Em princípio, parece se tratar de certo sentimento de vergonha de estarem doentes, algo muito similar ao que Dejours (1992) constata em relação a trabalhadores subempregados na França. O problema estaria no fato de que a doença leva à incapacidade para o trabalho e, sendo assim, não trabalhar poderia ser tomado como sinal de preguiça, de falta de compromisso com a sobrevivência da própria família. Esta explicação pode ganhar mais sentido se for levado em conta o fato de que se trata de indivíduos acostumados ao trabalho desde muito cedo, que definem a própria vida como sendo quase integralmente de trabalho. Neste caso, não trabalhar poderia evocar a idéia de que o trabalhador é preguiçoso, “mole” para o trabalho, e isto é algo que, obviamente, não pode ter espaço nesse universo. Trataria-se de um silogismo, sobretudo, perverso: quem não trabalha é preguiçoso; Pedro está doente e não trabalha; logo, Pedro é preguiçoso.

Somam-se a isso, os aspectos culturais que afirmam a necessidade da expressão da virilidade em todos os atos, inclusive no trabalho. Significa dizer, por exemplo, que não trabalhar por causa de uma forte enxaqueca

pode significar apenas e tão somente uma demonstração de “moleza”, até porque homem que é homem não chora e “macho” não faz “corpo mole”<sup>3</sup>. A doença, então, para ser reconhecida como tal, precisa deixar sua marca; jamais pode ser invisível ou não ser atestada pelo olhar do especialista, no caso, o médico que, por sua vez, tem que prescrever a dieta medicamentosa a ser seguida. Na ausência destes parâmetros, é preciso resistir, o que não implica, necessariamente, a valorização da dor como uma questão moral ou mesmo religiosa no sentido da purificação da alma pelo sofrimento.

É Boltanski (1984: 153) quem afirma que, em se tratando do que ele chama de “classes populares”, entre as quais estão as famílias operárias, a resistência à dor e à doença não tem relação com princípios morais que valorizem a dor em si mesma, não seria resultado de *“uma adesão às regras e aos valores de uma ética ascética como ‘sistema de princípios explícitos destinados a determinar a conduta’* O que ocorre é a pressão da necessidade mesma; são as *“coerções cotidianas, as coerções econômicas, principalmente, que proíbem ou pelo menos tornam extremamente difícil o abandono das tarefas cotidianas, do trabalho, do trabalho físico que ele [indivíduo] exige continuamente do corpo”*. Diante disto, é possível inferir que a vergonha da doença possa até existir, mas resistir à dor e à doença é uma questão de sobrevivência, em primeiro lugar.

No caso dos trabalhadores aqui referidos, há um elemento absolutamente relevante que é o fato de que as dores e os mal-estares que sentem são seqüelas de um acidente. Este, portanto, pode justificar o não trabalho sem, necessariamente, o sentimento de vergonha. Deste modo, mesmo que o trabalhador considere que *“é só isto, o meu defeito”*, este “pouco” aparente de problema tem visibilidade, tem causa evidente e direta, pois implica existência concreta de um agente externo causador do dano. O médico pode atestar a incapacidade para o trabalho e a lei a reconhece. Como conclusão, teremos que o afastamento do trabalho por incapacidade foi determinado pelo próprio trabalho, ou seja, o trabalho é causa do não trabalho: o trabalhador adoeceu trabalhando, produzindo, portanto não trabalhar não pode ser sinônimo de preguiça. Neste sentido, é importante considerar o que Minayo (1994: 177) afirma sobre as representações que os indivíduos constroem sobre a doença:

*“A linguagem da doença não é, em primeiro lugar, linguagem em relação ao corpo, mas à sociedade e às relações sociais.*

“Ter saúde é poder trabalhar”:  
o caso de trabalhadores acidentados e aposentados por invalidez

---

*Seja qual for a dinâmica efetiva do ‘ficar doente’, no plano das representações, o indivíduo julga seu estado, não apenas por manifestações intrínsecas, mas a partir de seus efeitos: ele busca no médico (ou no correspondente a ele em cada sociedade) a legitimidade da definição de sua situação). Disso retira atitudes e comportamentos em relação a seu estado e assim se torna doente para o outro: para a sociedade” (Minayo,1994:177).*

Um outro aspecto importante a ser considerado no processo de reconhecimento médico da doença e/ou da incapacidade pode ter também caráter mais prático: a garantia de que o trabalhador poderá ter direito a determinado benefício, inclusive, à aposentadoria. Esta decisão médica, além de atestar que o corpo e a saúde estão comprometidos, ao mesmo tempo, protege o trabalhador e sua família dos problemas da sobrevivência imediata. Deste modo, não trabalhar por conta de uma doença já não mais remete à ameaça imediata de não poder sobreviver. No caso dos trabalhadores em questão, bem ou mal, a função de provedores continua mantida. Isto parece fundamental para que continuem se afirmando construtores que não trabalham, ou seja, trabalhadores que estão somente “parados”.

Entretanto, se, por um lado, a conseqüência do acidente, atestada do ponto de vista médico, de certo modo, protege o trabalhador de determinados problemas, por outro, o expõe a um novo problema: revela uma marca física, um sinal que altera a auto-imagem corporal, que chama a atenção dos demais para aquilo que difere do padrão, da norma, e constrói uma marca moral, fundada a partir da imagem do “incapaz”, do “não normal” frente aos ditos “normais” no sentido empregado por Goffman (1982). A imagem que é oferecida aos demais é a do “desacreditado”, ou seja, aquele que carrega em si um “defeito” já conhecido de todos e que é a razão da incapacidade<sup>4</sup>. Mesmo que o trabalhador acidentado queira provar o contrário, esbarra numa questão complicada, qual seja, o benefício ou aposentadoria que lhe foi concedido com base na comprovação de sua incapacidade para o trabalho. Daí que tentar provar o contrário pode gerar um dilema em torno da própria sobrevivência financeira. A imagem de “desacreditado” precisa ser mantida, mesmo que isto possa lhe custar constrangimentos sociais e, principalmente, afetivos. É o que revelam José, João e Antônio ao referirem a reação de determinadas pessoas como de ironia, vergonha ou mesmo repulsa:



*“Aqui e acolá a gente passa aí e dizem: “hei aleijado!” (...) Sempre quando tem um pessoal junto assim, três, quatro, cinco, num tem... quando a gente passa ficam dizendo lero com a pessoa: “vai aleijado! Olha o aleijado! Olha a cara desse aleijado!”, e eu não gosto. (...) Eu fico com raiva, porque eu não era aleijado”.* (José)

*“Eu não gosto de falar, sei lá, me dá uma coisa ruim. A perna tá com defeito, né. Quando ela era normal ninguém mangava, né. Tem muita gente que pensa que isso aqui foi coisa de brincadeira. Isso aqui não foi brincadeira não. Tem muita gente que fala muita coisa. “Ah não sei o que, sai daqui pé podre”, pé podre, perna podre, eu não gosto, eu entrego pra Deus, quem faz aqui, paga aqui mesmo”.* (João)

*“(...) e nem arrumei nenhuma namorada, nenhuma. Quem é que quer?! Quem é que quer um parálítico?! Quem é?! Quem é essa doida? Só se for doida mesmo do asilo”* (Antônio).

Se a conseqüência do acidente, entretanto, não se expressa tão visível no corpo, o problema do trabalhador passa a ser de ordem distinta: convencer os outros da própria incapacidade para continuar fazendo jus a um benefício sem ter que trabalhar, sem que seja adjetivado como “folgado”, como quem “não quer nada”. E mais, é necessário convencer, inclusive, à companheira sobre as limitações físicas para os encontros sexuais que, para alguns ocorrem em meio a algum desconforto ou mesmo dor. Entre os casados, há relatos sobre desconfiança e ciúmes por parte das mulheres que, pelo fato de não serem abordadas para o ato sexual na mesma freqüência de antes, passam a sentirem-se traídas.

Diante disto, todos, de um modo ou de outro, precisam concretizar suas dores diante dos olhos alheios, precisam convencer os ditos “normais” de que a marca que carregam no corpo, como um tipo de tatuagem, só que imposta e disforme, nem sempre tão visível, os impede realmente de serem produtivos e os coloca numa situação especial no que diz respeito ao que se entende por saúde e doença.

É preciso, então, falarem de uma forma de doença sem, necessaria-

mente, denominarem-se doentes. Alguns dizem que não sentem nada, só não podem trabalhar porque a perna dói, porque não há forças para sustentarem peso do corpo, porque a coluna incomoda, ou seja, porque o corpo revela sinais de perda de higidez, embora mantenha, ao menos aparentemente, a normalidade do funcionamento dos órgãos vitais. Então, como diz João, “está tudo normal”, até porque a idéia de normalidade é sempre relacional: se pode andar, está normal; se come sem necessidade de dieta específica, está normal; se a pressão sanguínea não se eleva, está normal; se não sente o pulmão e o coração expressando desconforto, está normal. O que está fora da norma é somente o “meu defeito” e a dor na perna. Neste sentido, é interessante lembrar Costa (1989: 26) quando discute a representação da doença dos nervos como estratégia de sobrevivência construída por indivíduos que freqüentam a rede pública de saúde. Afirma o autor: “não existe doença independente de seu modo de expressão. A idéia de causalidade faz parte da maneira como a doença se constrói. A representação da causalidade é indissociável da subjetividade que a produz”(Costa, 1989:26).

Assim, dependendo do comprometimento físico do trabalhador acidentado, saúde parece ganhar sentido cada vez mais relativo e pode, inclusive, se limitar à busca de normalidade de algumas funções básicas do corpo. Aqui, o caso de Antônio pode ser paradigmático. Como está dependente de uma cama e de uma cadeira de rodas, sofrendo as conseqüências fisiológicas de uma paraplegia, adota uma concepção minimalista de saúde. Para ele, saúde é compreendida dentro do limite permitido pelo corpo: não ter escaras, ter controle dos esfíncteres, não ter indigestão etc.

*“Bom, é o seguinte: hoje eu sinto... eu sinto aqui e acolá eu sinto uma dor no fígado, aqui e acolá, né. Agora, prá mim ficar de saúde completamente só se essa escara sarasse... Só! E eu fizesse uma cirurgia prá mim voltar a urinar e defecar... Pronto! Eu já num tinha mais problema nenhum. Só que eu num andava, mas aí eu não ia sofrer como eu estou sofrendo agora. Pronto! Aí minha saúde era prá cem por cento, pronto! Embora eu faça cirurgia, mas eu num tenho condições de ter relação [sexual] nunca. Mais aí, pelo menos, eu sinto urinar, pronto! Só que num tem condições de fazer mais nada... Só isso aí eu... eu ti-*

*nha... pronto! Só isso aí era tudo que eu queria” (Antônio)*

Diante da impossibilidade concreta de andar, trabalhar, ter atividade sexual, Antônio sonha com algum bem estar, algum conforto, mínimo que seja. Ao comparar seu problema com o de outras pessoas em situação semelhante, seu sofrimento é por ele percebido como sempre maior. Refere o corpo cada vez mais fraco, esquelético, ferido, mal cheiroso por causa das escaras não tratadas. Fala de um corpo que já “está morto” e “apodrece”, mas, mesmo assim, insiste na vida. Vida e morte são elementos de um processo único fazendo parte concretamente do corpo, significando não apenas opostos, mas unidades que se complementam. Antônio parece viver na busca de reverter a parte morta que quer tomar, a qualquer custo, o que está vivo (braços secando, líquido espinhal secando, pulmão enfraquecido, intestino lento etc). Diante disto, determinado controle sobre as necessidades fisiológicas básicas à sobrevivência do corpo transforma-se em sinônimo de saúde. A dor e o desconforto são tantos que, para ele, o mínimo torna-se tudo.

Esta representação de saúde, que tem como parâmetro o nível do comprometimento do corpo, torna relativa também a representação da doença. Esta, expressando-se na forma de dor e desconforto, aparece, então, quase sempre como algo ainda insuficiente para que os trabalhadores se qualifiquem como doentes. No caso, aqui analisado, é preciso considerar ainda que o acidente é um evento importante na delimitação do aspecto saudável ou não do corpo. Como a doença é mais facilmente percebida quando se trata de um processo construído no e pelo corpo ao longo de determinado tempo, dores e mal-estares decorrentes de um acontecimento abrupto e absolutamente inesperado serão mais difíceis de serem qualificados como expressões de doença. Deste modo, embora estes trabalhadores não se sintam saudáveis, eles também, a partir da referência de vida no presente, não se ajustam à categoria de doentes. Saúde e doença se confundem. Parece ser possível ter saúde apesar de alguma dor e algum mal-estar que, de tão recorrentes, já estão incorporados ao cotidiano.

O passado como parâmetro de saúde para a representação da doença no presente

Se no presente se constrói uma percepção de uma condição de saúde que incorpora sintomas que a negam, a referência ao passado anterior ao

“Ter saúde é poder trabalhar”:

o caso de trabalhadores acidentados e aposentados por invalidez

acidente começa a desvelar uma outra concepção de doença, e, portanto, de saúde. Quando a pergunta é “como era sua vida antes do acidente?”, todos evocam o tempo em que trabalhavam “sem enfado”, porque o corpo não apresentava limites físicos, todos acabam admitindo não mais terem saúde. A comparação leva a uma espécie de saudosismo em relação ao momento “quando eu tinha saúde” ao mesmo tempo em que revela que se percebem doentes hoje. Interessante notar que, também neste caso, a doença surge visível no discurso pela negação da capacidade de trabalho e, obviamente, a saúde é seu contrário, mas agora sem referências a sintomas, sequer ao cansaço.

*“Na época que eu tinha saúde eu era disposto, tá entendendo? Eu gostava, também o pessoal me tratava bem! Uma pessoa que trabalhava toda vida direito... sempre eu recebia muito agrado do pessoal, também. No tempo que eu tinha saúde, eu tinha saúde... não faltava nada prá mim. Eu gostava do meu trabalho porque eu era querido, eu era querido. Quando eu trabalhava todo mundo me dava as coisas com gosto, vontade. Tanto dava prazer quanto tinha prazer. Agora a doença que... não posso andar... não posso mais...” (Severino)*

*“Ah, antes de acontecer (o acidente) eu tinha muita saúde. Saúde, eu não sentia nada. O tanto que eu trabalhava e nem enfado eu não sentia. A pessoa que trabalha muito tem que sentir enfado, eu nem enfado eu não sentia. Não sentia nada, nada ao longo do tempo. Antes do acidente eu não sentia nada. Era sadio. Hoje, eu sinto é da perna. Doença eu não sinto outra doença não, só mesmo dessa perna que eu não posso ter mais capacidade de andar. É só o que eu sinto”. (Pedro)*

*“Tudo, saúde prá mim era tudo; porque a pessoa tendo saúde o que ela quiser fazer, ela tendo coragem de fazer ela faz. E se é dá pessoa pensar, tá bom, querer fazer as coisas não... por exemplo; tô fazendo aquilo lá, tava fazendo massa... eu não vou deixar ninguém fazer, eu mesmo fazia e agora alterou tudo na minha vida, por isso que eu*

*digo prá senhora que tudo tinha ficado ruim!” (José)*

Todos, de algum modo, falam de uma mudança brusca e das consequências físicas, sociais e psíquicas do acidente que os puseram na condição de doentes. Relatam sentimentos de tristeza e solidão. Antes, viviam sempre fazendo algo porque estavam saudáveis, hoje apenas ficam “pensando” e esperando, como “Pedro pedreiro esperando o trem”<sup>5</sup>. Antes, eram procurados para uma coisa ou outra. Depois do acidente, ninguém mais lhes pede nada. A doença, então, se torna sinônimo de inutilidade, não só em relação ao trabalho, mas, inclusive, em relação aos pequenos gestos de solidariedade para com os amigos.

Saúde é referência para o trabalho e para a vida fora dele. Doença é exatamente o oposto, é um corte brutal na linha de continuidade da vida. Estar doente é nada poder realizar, é perder o controle sobre hábitos básicos, é podar a vida ou viver pela metade, é caminhar em direção à morte e até desejá-la. Antônio diz ter tentado por fim à vida e Severino expressa desejo de morte.

Por fim, a doença reduz tudo ao “bocadinho que Deus manda mesmo”, ou seja, ao benefício da aposentadoria ou do INSS, a uma condição de vida cada vez mais minimalista. Não havendo saúde, não há trabalho, não havendo trabalho não há disposição, vontade, alegria, vínculos importantes com colegas e/ou patrões, não há como usufruir os benefícios diretos (hora-extra, trabalho extra) e indiretos (cesta de natal, presentes). Na ausência de saúde, lamentam o presente e lembram, saudosamente, o passado, penoso, mas ainda assim melhor: “Ah! Se fosse o tempo em que eu era bom”, “quando eu podia trabalhar” etc.

Saúde e doença ganham temporalidade. Então, o “está tudo normal” ou “não tenho doença nenhuma” fazem parte de uma representação do corpo, da saúde e da doença tendo como base apenas o presente. Aqui, se não há risco de debilidade maior ou se a possibilidade da morte não está posta na agenda cotidiana, como no caso de uma doença cardíaca, então não há doença, embora não se sintam totalmente saudáveis. Mas a doença surge concreta no discurso de todos quando a referência é o passado, quando o corpo não emitia sequer sinal de “enfado”, era, de fato, silencioso.

“Ter saúde é poder trabalhar”:  
o caso de trabalhadores acidentados e aposentados por invalidez

---

Agora sim, diante da vivência do corpo saudável de antes, o corpo depois do acidente é um corpo doente. Neste caso, a presença de alguma dor ou de algum desconforto físico ou psíquico, as dificuldades de locomoção, as limitações diante do trabalho, da vida social e afetiva passam a se caracterizar como sinais de doença. Saúde e doença continuam qualidades diferentes de um mesmo processo, mas como pares de opostos que não mais se confundem ou se complementam.

## Notas

<sup>1</sup> Essa pesquisa já desdobrou três trabalhos anteriores de modo que este que está sendo oferecido aqui integra um ciclo de temáticas abordadas: Borsoi (2001); Borsoi (2002); Borsoi (2005).

<sup>2</sup> Dejours (1992: 32) afirma que entre os subproletários, o “corpo só pode ser aceito no silêncio dos órgãos”.

<sup>3</sup> O trabalho para esses trabalhadores significa, entre outras coisas, também a afirmação da virilidade na medida em que é modo de expressão de força, de coragem, do caráter de “macho”, expressão adotada pelos próprios trabalhadores (Borsoi, 2002).

<sup>4</sup> Goffman distingue o “desacreditado” do “desacreditável”: o primeiro refere-se ao indivíduo que já é reconhecido pelos outros como portando uma marca, um estigma, a diferença; e o segundo diz respeito ao que poderá vir a ser desacreditado, àquele que consegue, apesar da diferença (deficiência física ou marca moral), manter aos olhos dos ditos “normais” uma imagem de alguém plenamente capaz, um igual.

<sup>5</sup> Trecho da canção “Pedro Pedreiro” composta por Chico Buarque de Holanda.

## Referências Bibliográficas

ADAM, P.; HERZLICH, C. (2001) *Sociologia da doença e da medicina*. Bauru: Edusc.

- BOLTANSKI, L. (1989). *As Classes Sociais e o Corpo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- BORSOI, I.C.F. (2001). Quando o malabarista não é um artista: o perigo, o acidente e o medo na construção civil. In: RIGOTTO, R. (Org.), *As tramas da (in)sustentabilidade: trabalho, meio ambiente e saúde no Ceará*. (pp. 145-159). Fortaleza: Edições INESP.
- \_\_\_\_\_ (2002). Os sentidos do trabalho na construção civil: o “esforço alegre” sem a alegria do esforço. In: JACQUES, M. da G. & CODO, W. (Org.), *Saúde Mental e Trabalho: Leituras*. (pp. 309-324). Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_ (2005). Acidente de trabalho, morte e fatalismo. *Revista Psicologia & Sociedade*. Jan/Apr. 2005, vol.17, no.1, p.21-28
- CANGUILHEM, G. (1990). *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- COSTA, J. F. (1989) *Psicanálise e Contexto Cultural*. Rio de Janeiro: Campus.
- DEJOURS, D. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez Editora/Oboré.
- GOFFMAN, E. (1982). *Estigma: notas sobre a manipulação sobre a identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar.
- LAPLANTINE, F. (2001) Antropologia dos sistemas de representações da doença: sobre algumas pesquisas desenvolvidas na França contemporânea reexaminadas à luz de uma experiência brasileira. In: JODELET, D.(Org.). *As Representações Sociais*. (pp.63-92).Rio de Janeiro: Eduerj
- MINAYO, M. C. de S. (1994) *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO.
- SACKS, O. (1995) *Um Antropólogo em Marte*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SAMPAIO, J. J. C. (1998). *Epidemiologia da Imprecisão: Processo saúde/doença mental como objeto da epidemiologia*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Izabel Cristina Ferreira Borsoi  
e-mail: cristinaborsoi@uol.com.br

. recebido em setembro de 2004.

. aprovado em abril de 2005.





## Normas para o envio de manuscritos e orientação editorial

### 1. Submissão de um manuscrito

Antes de enviar seu manuscrito para a *Revista Psicologia Política* siga os passos abaixo, detalhadamente, para garantir a boa apresentação do trabalho e agilizar o processo editorial. As normas estarão disponíveis sempre nos volumes da Revista, nas últimas páginas, e na internet no endereço [www.fafich.ufmg.br/~psicopol](http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol), no ícone normas.

Revise, cuidadosamente, a obediência às normas vigentes no momento e a correção de Português. A revisão dos trabalhos é de inteira responsabilidade dos próprios autores. Trabalhos que não possuem títulos em Português e Inglês, resumo, palavras-chave, *abstract e keywords* não serão iniciados em processo editorial pelo Comitê Editorial.

Todas as comunicações com a Revista Psicologia Política, via correio, devem ser encaminhadas para a Núcleo de Psicologia e Movimentos Sociais Programa de Estudos Pós Graduated em Psicologia Social Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP Rua Monte Alegre, 984 Perdizes CEP 05014-001 - São Paulo - São Paulo - Brasil. O destinatário é **REVISTA PSICOLOGIA POLÍTICA**.

Todas as comunicações via correio eletrônico devem ser enviadas para [revistapsipol@uol.com.br](mailto:revistapsipol@uol.com.br).

Não esqueça, ao enviar um manuscrito para a *Psicologia Política*, você deverá informar ao Comitê Editorial, o nome de todos os autores do manuscrito em questão, endereço completo com CEP de todos os interessados, endereço eletrônico, fone e fax, e ainda a filiação institucional de cada um dos autores.

A *Revista Psicologia Política* publica artigos originais e inéditos, ensaios originais, resenhas de temas e autores e relatório de pesquisa.

### 1.A. Submissão de um manuscrito via correio:

Os manuscritos deverão, necessariamente, obedecer às condições divulgadas pela *Psicologia Política*. **Não envie disquetes neste momento.** Envie sempre três (3) cópias do manuscrito para o Comitê Editorial, pois somente assim, nós podemos iniciar o processo editorial.

Digite seu manuscrito, utilizando o programa Word a partir do 6.0 (Windows), não utilize outro programa. Sempre utilize fonte Times New Roman, corpo 12, espaço duplo. Utilize o recurso de parágrafo. Os artigos devem conter em torno de 25 laudas. Não esqueça de apresentar os títulos em Português e Inglês. O trabalho deve ser apresentado na seguinte ordem:

- a) folha de rosto identificada contendo título do trabalho em duas línguas dentre as quatro publicadas por este periódico (português, espanhol, francês e inglês), identificação do(s) autor(es), endereço(s) completo(s), filiação institucional, resumo com 5 palavras-chaves e *abstract* com 5 *key-words*;
- b) folha de rosto não identificada contendo título do trabalho em duas línguas dentre as quatro publicadas por este periódico (português, espanhol, francês e inglês), resumo com 5 palavras-chaves e *abstract* com 5 *key-words*;
- c) corpo do texto contendo o título logo na primeira linha em português ou inglês/francês/ espanhol, caso o texto todo seja escrito em língua estrangeira;
- d) primeira página depois do fim do trabalho, deve conter as referências bibliográficas;

Notas de rodapé devem ser utilizadas somente para questões explicativas e nunca bibliográficas, apresentando numeração seqüencial, imediatamente, após a frase à qual se referem.

### 1.B. Submissão de um manuscrito via correio eletrônico:

O manuscrito deverá ser encaminhado como arquivo anexado formato Word a partir do 6.0 (Windows) em mensagem eletrônica para o endereço da *Revista* (revistapsipol@uol.com.br). A mensagem eletrônica deve ter como título "Submissão de Manuscrito". No corpo da mensagem escreva uma carta ao Comitê Editorial apresentando a submissão de seu manuscrito. Todo o resto deve estar no arquivo anexado nesta mensagem (use o recurso "attachment").

O manuscrito no arquivo anexado deve seguir a mesma ordem indicada nas alíneas a, b, c, d descritas no item 1.A. Não utilize o recurso “quebra de página”, use as divisões de páginas do próprio programa. Atenção somente a primeira página, intitulada folha de rosto identificada, deve conter o(s) nome(s) do(s) autor (es) e qualquer outro elemento de identificação.

O manuscrito enviado nestas condições e avaliado pelo Comitê Editorial quanto a sua pertinência temática, terá seu processo editorial iniciado.

## 2. Referências no corpo do trabalho:

- Citação de autores no texto: devem ser apresentadas pelo sobrenome do(s) autor(es) seguido(s) do ano da publicação.  
Exemplo: (Cantril, 1947)
- No caso de citações de trechos, estes devem estar no corpo do texto desde que não ultrapassem cinco linhas e em itálico. No caso de ultrapassar esse número de linhas, o mesmo deve ser posto separadamente no texto e entre aspas e com itálico.  
Ao final das citações devem constar entre parênteses o nome do autor, o ano do trabalho e o número da página sem itálico.  
Exemplo: (Prado, 2001:175)
- No caso de citações com dois autores, utilizar “&” quando citados entre parênteses e “e” quando citados no texto. No caso de citações com três ou mais autores, a primeira vez em que aparecem no texto devem ser citados todos os nomes; nas seguintes cita-se apenas o sobrenome do primeiro autor seguido da expressão “et al.”.  
Exemplo: (Bobbio et al., 1992)
- No caso de citação de documentos cujo autor é uma entidade coletiva, usar o nome da entidade por extenso, seguido do ano de publicação.  
Exemplo: (Associação Brasileira de Psicologia Social, 1996)
- No caso de citação textual, ou seja, na transcrição literal de um

texto, esta deve estar entre aspas, seguida do sobrenome do autor, data e página citada.

- Evite citações indiretas, mas quando for absolutamente necessário, indique com a expressão “citado por”.

Exemplo: (Moreira, 1991, citado por Gomes, 2000)

- Os quadros, tabelas, gráficos e ilustrações deverão ser apresentados no corpo do trabalho, com 2,5cm nas margens esquerda e direita. Os títulos de quadros, tabelas, gráficos e ilustrações deverão ser numerados de 1 a n, utilizando letra maiúscula somente para iniciais e obedecendo a margem esquerda do texto principal.

### 3. Referências Bibliográficas:

As referências bibliográficas devem ser apresentadas sempre no fim do manuscrito. Solicitamos que o autor inicie as referências bibliográficas em página própria, imediatamente após o fim do corpo do texto em questão.

A disposição deve ser em ordem alfabética do último sobrenome do autor e, no caso de mais de uma obra do mesmo autor, as referências devem ser dispostas em ordem cronológica de publicação.

Não esqueça que somente devem constar nas referências bibliográficas, as bibliografias citadas no corpo do texto.

As referências devem ser alinhadas a partir da terceira letra do nome do autor.

Exemplos:

- **Livro**

JACKSON, J. M. (1988). *Social Psychology, Past and Present. An Integrative Orientation*. London: LEA.

- **Tradução**

STOMPKA, P. (1998). *A Sociologia da Mudança Social* (Pedro Jorgensen Jr., Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Trabalho Originalmente publicado em 1993.)

- **Capítulo de Livro**

HONNETH, A. (2001). *Democracia como Cooperação Reflexiva*. John

Dewey e a Teoria Democrática Hoje. In: SOUZA, J. (Org.), *Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. (pp. 63-92). Brasília: Editora Universidade de Brasília.

• **Artigo de Revista Científica**

ESTANQUE, E. (2001). Do autoritarismo despótico aos novos desafios do sindicalismo: reflexões sobre o trabalho industrial na era da globalização. *Revista Psicologia Política*, 1 (2), 11-28.

• **Trabalho de evento publicado em resumos ou anais**

MERCADO, M. (2000). A Invenção da Mestiçagem: Uma interpretação dos estudos sobre as relações raciais no Brasil. In: *Anais do VIII Encontro Regional da ABRAPSO/SP* (p.118). Piracicaba/São Paulo: Universidade Metodista de Piracicaba.

• **Tese ou Dissertação**

ANSARA, S. (2000). *Repressão e Lutas Operárias na Memória Coletiva da Classe Trabalhadora em São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós Graduados em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

• **Artigo em Revista Científica virtual (Internet).**

LÖWY, M. (2003). Las formas modernas de la barbarie. *Metapolítica*, 28, artigo 1. Acessado em 6 de abril de 2003, de <http://www.cepcom.com.mx/meta/28/vimpresa/dossier/1doss.htm>

• **Artigo em Jornal**

FRANCO, C. (2003, 6 de Abril de). Os Bórgia e as orgias do desejo profano. *O Estado de S. Paulo*, [São Paulo], p. D5.

• **Artigo em Revista não científica**

OYAMA, T. (2001, 27 de junho de). Dias Alegres: Parque de Diversões Promove Dia Gay e ensina funcionários a tratar visitante homossexual. *Vêja*, 34(25), 71.

• **Artigo em Jornal ou Revista não científico (Internet)**

*Sem autor*

EUA isolam Bagdá, invadem palácios de Saddam e matam civis em bombardeio (2003, 7 de abril de). *O Estado de S. Paulo.*, Acessado em 8 de

abril de 2003, de

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u54748.shtml>

**Com autor**

WESTPHAL, W. (2003, 7 de abril de). Rubinho promete ganhar um GP do Brasil *FolhaOn-line*, Acessado em 8 de abril de 2003, de

<http://www.estadao.com.br/esportes/noticias/2003/abr/07/218.htm>

#### 4. Processo editorial:

Ao receber o manuscrito, o Comitê Editorial fará uma primeira apreciação e, caso seja aprovado, este será submetido à apreciação de dois pareceristas que sejam especialistas na temática ou área em questão. A *Revista Psicologia Política* encoraja o(s) autor(es) a indicar nomes de especialistas.

O Comitê Editorial entende que as solicitações de modificações em um manuscrito são comuns, rotineiras e importantes, pois permitem que o manuscrito passe por um diálogo entre pares de forma a torná-lo cada vez mais um “artigo a ser publicado”. Portanto, é importante que os autores entendam que tais solicitações não devem ser consideradas como críticas pessoais e sim como diálogos entre especialistas sobre uma temática ou área de pesquisa. Neste sentido, os autores receberão os indicativos dos pareceres, sendo obrigatório a apresentação de uma carta na segunda submissão do manuscrito, evidenciando quais mudanças foram feitas e quais não foram e, neste caso, apresentando as justificativas para tal. **A decisão de publicação ou não é sempre** dos Editores e do Comitê Editorial com a consultoria dos Conselheiros e Pareceristas ad. hoc.

Após os pareceres, os autores terão um prazo para modificações do manuscrito que poderá, dentro do prazo determinado na carta aos autores, ser re-enviado para a *Revista*. O manuscrito passará por uma segunda revisão do Comitê e caso aprovado será solicitado ao(s) autor(es) o envio de uma carta submetendo os direitos autorais de seu manuscrito para a *Revista Psicologia Política*.

Cada autor de um manuscrito publicado receberá um número da *Revista Psicologia Política* gratuitamente pelo correio.

Quando da recusa dos textos/manuscritos, o(s) autor(es) serão notificados com as justificativas dos pareceristas e/ou do Comitê Editorial e poderão a partir dos elementos da recusa, modificar seus manuscritos e re-

enviá-los sempre que considerarem relevante. A *Revista Psicologia Política* incentiva os autores de textos não recomendados a enviarem seus textos modificados para nova apreciação de nossos Pareceristas.

A *Revista Psicologia Política* adquire e reserva para si os direitos autorais de todos os textos que nela forem publicados, podendo vendê-los ou submetê-los a permuta. A responsabilidade pelo conteúdo de cada texto é do autor do manuscrito

Caro leitor,

A Revista Psicologia Política contém em seus exemplares os seguintes manuscritos:

Revista nº1, vol.1, 2001

- . A fase oculta do racismo: uma análise psicossociológica - *Leônio Camino, Patrícia da Silva, Aline Machado e Cícero Pereira*
- . O anti-racismo no Brasil: considerações sobre o estatuto social baseado na consciência racial - *Maria Palmira da Silva*
- . Teoria crítica da sociedade e estudos sobre preconceito - *José Leo Crochik*
- . Ideologia ou mitos totalitários? Fragmentos de discursos inigualitários - *Telma Regina de Paula Souza*
- . Violência institucional, identificação e direitos humanos - *Maria Aparecida Morgado*
- . Psicologia, direitos humanos e neo-liberalismo - *Cecília Coimbra*
- . Psicologia política e ação coletiva - *Marco Aurélio Máximo Prado*
- . The crisis of the brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s - *Salvador Sandoval*

Revista nº2, vol.1, 2001

- . Do autoritarismo despótico aos novos desafios do sindicalismo: reflexões sobre o trabalho industrial na era da globalização - *Elísio Estanque*
- . Memória coletiva: um estudo

- psicopolítico de uma luta operária em São Paulo - *Soraia Ansara*
- . A ação sindical sob a perspectiva da condição humana: uma prática anti-política - *Antonio José Rollas Brito*
- . Psicologia social Comunitária latino-americana: algumas aproximações e intersecções com psicologia política - *Maria de Fátima Quintal de Freitas*
- . Práticas psi e tortura no Brasil - *Cecília Maria Bouças Coimbra*
- . Discurso da dissidência - *Antonio C. R. Tupinambá*
- . Creativity in crisis - *Rowan Ireland*

Revista nº3, vol.1, 2002

- . Capitalismo, trabalho e tempo de prisão como pena - *Sandra Luzia de Souza Alencar*
- . Música popular, estilo estático e identidade coletiva - *Kátia Maheirie*
- . Algumas notas sobre medidas sócio-educativas aplicadas a adolescentes - *Adilson Dias Bastos*
- . The demand and supply of participation: social psychological correlates of participation in a social movement - *Bert Klandermans*
- . La política de la psicología: el caso argentino - *Angel Rodríguez Kauth*
- . Frankfurt em Nova York: controvérsias sobre o estabelecimento do Instituto de Pesquisa Social na Universidade de Columbia - *Iray Carone*
- . Psicologia política: principais contribuições norte-americanas no século XX (décadas 30-70) - *Romina Iebra Aizpurúa*



Revista nº 4, vol.2, 2002

- . Estado Del arte: psicologia política y coletiva mexicana - *Graciela A. Mota Botelho* (Universidad Nacional Autónoma Del México)
- . A beira do caminho: a jovem guarda prepara a mudança social - *Francisca Eleodora Santos Severino* (UCS)
- . Tempo como categoria analítica da subjetividade - *Ernesto Pacheco Richter* - Universidade Guarulhos, *Eliane Rivero Jover* (PUC-RS), *Deise Cardoso Nunes* (UFRS)
- . Vidas apagadas: vítimas de linchamentos ocorridos no Brasil (1990-2000) - *Lídio de Souza* (UFES), *Paulo Rogério Meira Menandro* (UFES)
- . A justificação da desigualdade em discursos sobre a posição social do negro - *Pedro de Oliveira* (UEPB)
- . Psicanálise e política no pensamento de Cornelius Castoriadis - *Marília Novais da Matta Machado* (UFSJ)
- . Relações de gênero em movimento - das relações cotidianas à participação política - *Betânia Diniz Gonçalves* (PUC-MG)

Revista nº5, vol.1, 2003

- . Bases psicossociais da (in)tolerância: reflexões políticas - *José Luis Alvaro Estramiana* (Universidad Complutense de Madrid), *Maria de Fátima Vieira Severino* (UFC)
- . Políticas compensatórias e contas no Brasil: onde realmente estão os problemas? - *Céli Regina*

*Jardim Pinto* (UFRS)

- . Consciência política, identidade coletiva, família e MST nos estudos psicossociais - *Alessandro Soares da Silva* (PUC-SP)
- . Juventude e movimento estudantil: discutindo as práticas militantes - *Marcos Ribeiro Mesquita* (UFSC)
- . Entra mãe e sai mulher? As possibilidades de redefinição do papel feminino com base em experiências públicas na escola - *Antônio Carlos Vaz* (UNICSUL)
- . O sujeito social entre o indivíduo e o ator em Alain Touraine - *Paulo Henrique de Queiroz Nogueira* (UFMG)
- . Reflexões sobre o conselho regional de estudantes de psicologia (COREP-SP) e o movimento estudantil (ME): uma análise a partir de 1960 - *Domenico Uhng Hur* (USP)

Revista nº6, vol.2, 2003

- . La construcción de ciudadanía como una respuesta posible a la agresión discursiva - *Maritza Montero* (Universidad Central de Venezuela)
- . Características e significados de rebeliões em prisões brasileiras: um estudo a partir de material jornalístico - *Gilead Marchezi Tavares* (UFES), *Paulo Rogério Meira Medrado* (UFES)
- . Participação política e psicologia social: a trajetória de lideranças de movimentos populares - *Bernadete Baltazar* (UFES)
- . Políticas de reconhecimento e ação afirmativa - *Maria Lúcia Miranda Afonso* (UFMG), *Cristiano Santos Rodrigues* (UFMG)

. Nas empresas todos têm as mesmas chances, contanto que sejam homens - *Eliana Ismael Costa* (UNJPE)  
. Sobre a consciência de classe e a teoria crítica: Rosa Luxemburgo - e o eclipse da revolução - *Ricardo Pagliuso Regatieri* (USP)  
. Estados parias: a lei da força nos assuntos internacionais - *Antonio Caúbi Ribeiro Tupinambá* (UFC)

Revista, nº7, vol.1, 2004

. Presidente eleita da Sociedade Internacional de Psicologia Política - *Maritza Montero* (Universidad Central de Venezuela)  
. O processo de formação do sujeito e o *self* na psicologia social de G. H. Mead - *Ruth Bernardes de Sant'Ana* (UFSJ)  
. Usos de si e densificação do trabalho - *Maria Inês Rosa* (UNICAMP)  
. Formações identiárias de jovens: algumas considerações sobre os *hip hoppers* piracicabanos - *Priscila Saemi Matsunaga* (UNICAMP)  
. La movilización de la cultura em la acción coletiva - *Rafael Cruz* (Universidad Complutense de Madrid)  
. Homenaje mundial a **Ignácio Martín Badaró (1942-1989)** XV años de ausencia , no de olvido - *Joel Vazquez* (Martín Badaró homenagem - Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Iztapalapa - México)

Revista, nº8, vol.4, 2004

. O mundo do trabalho na vida cotidiana: a experiência de mobilidade psicossocial em espaço de desqualificação - *Vanessa Andrade de Barros* (UFMG), *Maria Luisa Magalhães Nogueira* (UFMG)  
. A luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): contribuições da psicanálise - *Eliane Domingues* (UEM - PR)  
. Participación publica y nuevos conflictos sociales desde la sociología riesgo - *Enrique Laraña* (Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales - Universidad Complutense de Madrid - Espanha)  
. La re-habilitation d'un paradigme perdu: la psychologie politique - *Alexandre Dorna* (Université de Caen - France)  
. Cidadania sexual na democracia portuguesa - *Ana Cristina Santos* (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra - Portugal)  
. Economía política Del **Armário**: políticas del silencio, políticas de la autenticidad - *Fernando Villaamil Pérez* (Universidad Complutense de Madrid)  
. Lê Gueuloir bi ou comment la biphobie vient aux gays - *Daniel Welzer-Lang* (Université de Toulouse-le Mirail - France)